



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (FIC)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO (PPGCOM)

LUCAS DE FREITAS SANTOS

Quem somos nós?

Homossexualidades masculinas e os regimes de verdade no
Canal das Bee

GOIÂNIA
2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Lucas de Freitas Santos

3. Título do trabalho

QUEM SOMOS NÓS? homossexualidades masculinas e os regimes de verdade no Canal das Bee

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
 - b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.
- O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Lucas De Freitas Santos, Discente**, em 25/09/2024, às 13:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Suely Henrique De Aquino Gomes**, **Usuário Externo**, em 26/09/2024, às 13:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4851886** e o código CRC **96F3692A**.

Referência: Processo nº 23070.037776/2024-32

SEI nº 4851886

LUCAS DE FREITAS SANTOS

Quem somos nós?

**Homossexualidades masculinas e os regimes de verdade no
Canal das Bee**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM), da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Área de concentração: Comunicação, Cultura e Cidadania.

Linha de pesquisa: Mídia e Informação.

Orientadora: Professora Doutora Suely Henrique de Aquino Gomes.

Coorientador: Professor Doutor Deyvisson Pereira da Costa.

GOIÂNIA
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Santos, Lucas de Freitas

Quem somos nós? [manuscrito] : Homossexualidades masculinas e os regimes de verdade no Canal das Bee / Lucas de Freitas Santos. - 2024.

CLIII, 153 f.

Orientador: Profa. Dra. Suely Henrique de Aquino Gomes; co orientador Dr. Deyvisson Pereira da Costa.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), Programa de Pós Graduação em Comunicação, Goiânia, 2024.

1. Homossexualidade. 2. Genealogia. 3. Subjetividade. 4. Canal das Bee. I. Gomes, Suely Henrique de Aquino , orient. II. Título.

CDU 007



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **37/2024** da sessão de Defesa de Dissertação de **Lucas de Freitas Santos**, que confere o título de Mestre em Comunicação, na área de concentração em **Comunicação, Cultura e Cidadania**.

Aos trinta dias de agosto de dois mil e vinte e quatro, a partir das catorze horas, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada **“QUEM SOMOS NÓS? homossexualidades masculinas e os regimes de verdade no Canal das Bee”**. Os trabalhos foram instalados pela Orientadora, Professora Doutora Suely Henrique de Aquino Gomes (PPGCOM/FIC/UFG) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professora Doutora Ângela Teixeira de Moraes (PPGCOM/FIC/UFG), avaliadora titular interna; Professor Doutor Luís Antonio Bitante Fernandes (PPGS/UFMT), avaliador titular externo, com a participação de todos por videoconferência. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido o candidato **aprovado** pelos seus membros. Proclamados os resultados pela Professora Doutora Suely Henrique de Aquino Gomes, Presidenta da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos trinta dias de agosto de dois mil e vinte e quatro.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Angela Teixeira De Moraes, Professor do Magistério Superior**, em 03/09/2024, às 17:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luís Antonio Bitante Fernandes, Usuário Externo**, em 03/09/2024, às 21:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Suely Henrique De Aquino Gomes, Usuário Externo**, em 04/09/2024, às 11:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4713880** e o código CRC **FD6C4147**.

Referência: Processo nº 23070.037776/2024-32

SEI nº 4713880

Às pessoas que se dedicam a cuidar das suas próprias vidas e, com isso, deixam que os outros vivam as deles.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Suely Gomes, e ao meu orientador, Deyvisson Costa, por me ensinarem que, mesmo em meio a uma relação institucional cercada de saber e poder, é possível criar laços de amizade, empatia, carinho, respeito e confiança.

Agradeço aos professores (André Bonsanto, Ângela Moraes, Augusto Bozz, Cristina Araújo, Luciene Dias, Mayllon Oliveira e Rosana Borges) por me mostrarem como ensinar pode ser um exercício de cuidado com o outro.

Agradeço à banca examinadora (André Bonsanto, Ângela Moraes, Eduardo Sugizaki e Luis Bitante) por estarem abertos ao trabalho.

Agradeço aos integrantes do Grupo Limiar por tornarem o processo de pesquisa mais divertido e instigante.

Agradeço à minha mãe, Renata, por ensinar o valor de aprender ao sempre me incentivar a estudar.

Agradeço às minhas irmãs, Gabriela e Thais, por permitirem que eu faça a diferença na vida delas quando confidenciam seus anseios a mim.

Agradeço aos meus amigos (Flavia, Leonardo, Melissa, Rafael, Ramon, Rogério e Vanessa) que sempre me lembram o quanto é divertido viver.

Agradeço aos companheiros de pós-graduação pelas trocas de experiências nos corredores do UFG e pelas conversas nos bares de Goiânia.

Agradeço aos meus amigos (Daniel, Igor, Luis, Matheus, Roberta, Sandro e Vitor) das jogatinas virtuais por tornarem meus dias mais singulares.

Agradeço ao meu namorado, Giovane, por estar sempre ao meu lado me incentivando a continuar.

E, por fim, agradeço o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Dentro da cabeça
Há um mistério
Que se movimenta
Quem *soul* eu
Ao me olhar no espelho

Linn da Quebrada

RESUMO

Este estudo investiga a constituição e a transformação das subjetividades homossexuais no Brasil entre 1980 e 2020 para questionar quais verdades e modos de ser um homem homossexual emergem na década de 2010 nos vídeos do Canal das Bee publicados no Youtube. Para isso, são apresentadas as ideias de Michel Foucault sobre poder, sujeito e verdade, além das discussões pós-estruturalistas sobre comunicação e linguagem. Tendo em vista esses conceitos, é acionada a genealogia foucaultiana, que divide a pesquisa em dois movimentos metodológicos. Primeiro, são descritas as proveniências de gênero patriarcais e neoliberais que constituíram um ideal homonormativo na prática homossexual masculina entre 1980 e 2010 a partir da discussão sobre masculinidade e transgeneridade. Depois, na década de 2010, é descrita a emergência de um regime de verdade em que os homossexuais são impelidos pelo Canal das Bee a se questionarem acerca da generificação homonormativa. A partir desses movimentos metodológicos, é possível responder que o Canal das Bee faz emergir um homossexual que aciona estrategicamente perspectivas essencialistas e construcionistas para se desvencilhar de violências e se constituir como um homem fundamentado não mais por ideais homonormativos, mas a um universo de possibilidades antes limitado às mulheres. Através desse deslocamento da homossexualidade masculina, o canal incita o cuidado com o outro, uma vez que uma experiência egoísta e solitária não condiz com a necessidade coletiva imposta nos dias de hoje por movimentos sociais e políticos. Dessa maneira, a pesquisa destaca a importância de entender as articulações, fomentos e pedagogizações sobre gênero e sexualidade veiculados, e como essas práticas influenciam a subjetivação dos indivíduos.

Palavras-chave: homossexualidade; genealogia; subjetividade; Canal das Bee.

ABSTRACT

This study investigates the constitution and transformation of homosexual subjectivities in Brazil between 1980 and 2020 to question which truths and ways of being a homosexual man emerged in the 2010s in the Canal das Bee videos published on YouTube. To this end, Michel Foucault's ideas on power, subject, and truth are presented, in addition to post-structuralist discussions on communication and language. In view of these concepts, Foucault's genealogy is used, which divides the research into two methodological movements. First, the patriarchal and neoliberal gender origins that constituted a homonormative ideal in male homosexual practice between 1980 and 2010 are described based on the discussion on masculinity and transgenderism. Then, in the 2010s, the emergence of a regime of truth is described in which homosexuals are driven by Canal das Bee to question themselves about homonormative gendering. Based on these methodological movements, it is possible to say that Canal das Bee brings forth a homosexual who strategically uses essentialist and constructionist perspectives to free himself from violence and establish himself as a man who is no longer grounded in homonormative ideals, but in a universe of possibilities previously limited to women. Through this displacement of male homosexuality, the channel encourages care for others, since a selfish and solitary experience does not match the collective need imposed today by social and political movements. In this way, the research highlights the importance of understanding the articulations, promotions and pedagogizations about gender and sexuality that are conveyed, and how these practices influence the subjectivation of individuals.

Keywords: homosexuality; genealogy; subjectivity; Canal das Bee.

SUMÁRIO

1. Introdução	7
2. Pesquisa como devir	15
2. 1. Foucault, a genealogia e a comunicação	17
3. Saberes em confluência	23
3. 1. Poder, sujeito e corpo	24
3. 2. Comunicação e linguagem	38
3. 3. Sexualidade e homossexualidade	44
3. 4. Afetações	55
4. Proveniências de gênero entre 1980 e 2010	58
4. 1. Masculinidades e homonormatividade: a ascensão do <i>macho man</i>	59
4. 2. Transgeneridades: novas Evas	78
5. Emergências contemporâneas (2010-2020): Canal das Bee	97
5. 1. Entre a essência do ser e as escolhas de ser homossexual	101
5. 2. Meninos masculinos, homens femininos	114
5. 3. Fronteiras transitórias: antigas experiências, novos dilemas	124
6. Considerações finais	130
Referências	138

1. Introdução

Houve um tempo, como atesta Azevedo, Oliveira e Duarte (2021), em que veado designava um animal mamífero, quadrúpede, herbívoro, de costumes noturnos e normalmente introduzido em diferentes espaços através da ação humana para ser caçado e servir de alimento. Os autores ainda apontam que, distribuídos em inúmeros habitats e de hábitos elusivos, esses exemplares da zoologia pertencem à família *Cervidae*, contemplada por 55 espécies, das quais nove são encontradas no Brasil.

Mas a classificação taxonômica de animal silvestre não foi o único significado atribuído ao termo veado, já que há diferentes evidências de que a palavra designou outras coisas. A imagem desses animais, além de presente no Jogo do Bicho, também estampou os cigarros da marca Veado que, segundo Peres (2023), foram produzidos desde 1874 no Rio de Janeiro pela primeira fábrica de cigarros do Brasil, a Imperial Estabelecimento de Fumo. Em 1913, a Turma de Veado, partição do *Club de Caçadores do Distrito Federal*, tinha como alvo predefinido esses mamíferos. Provavelmente devido à propagação dessa prática, suposta pela venda e pelo consumo da carne de veado, a caça desses animais foi autorizada e regulamentada na 25ª sessão ordinária de 15 de julho de 1925 do Conselho Municipal do Rio de Janeiro¹.

Para além do animal silvestre, da sua caça e de suas representações científicas e jurídicas, um grupo particular de seres humanos também recebeu a alcunha deste termo a partir da década de 1920. Segundo Green (2019), essa nomeação tomou notoriedade pública ao ser registrado o caso de um policial que, ao falhar na tentativa de prender indivíduos que praticavam atos sexuais em vias públicas, relatou ao seu superior que os foragidos corriam como veados². Desde então, os mecanismos de vigilância da época, como a imprensa e a polícia, passaram a designar os indivíduos a serem caçados nos parques urbanos, espaços públicos onde o sexo sempre espreitava entre a penumbra das árvores. Essas

¹ As informações sobre o uso do termo veado foram obtidas no Jornal do Brasil (RJ) em um estudo autoral anterior: SANTOS, L. de F.; COSTA, D. P. da; GOMES, S. H. de A. Poder e resistência na invenção midiática da homossexualidade no Brasil. **Afluente**: Revista de Letras e Linguística, Bacabal, v. 8, n. 23, p. 253 – 276, Junho, 2023b. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/afluente/article/view/21505>. Acesso em: 29 jun 2023.

² Não se trata de atribuir exclusivamente a uma notícia publicada em um veículo da imprensa em determinada data a origem de um novo signo (significante/significado) e seu valor social. Mas de tentar localizar no tempo, as condições de emergência dos enunciados em torno das práticas sexuais que envolviam dois indivíduos.

práticas de controle, irredutíveis das formas de saber e de subjetivação, produziram um tipo muito específico de sujeito depreciado, o *viado*.

Com esse breve recorte da palavra *veado* ao longo do século XX, é possível reconhecer que não só essa palavra recebeu novos sentidos, mas também possibilitou fundar sujeitos e, conseqüentemente, um modo de ser muito específico na sociedade. No Brasil, *viado* era aquele afeminado que se deitava com um homem e deixava-se ser penetrado, enquanto o seu oposto, o homem verdadeiro, seria o penetrador. Essa configuração, até a epidemia da Aids diferente da organização da comunidade homossexual no exterior, levava em conta não uma identidade, mas papéis de gênero distribuídos no ato do sexo, ou seja, a função feminina de ser penetrada e o papel masculino de penetrar. A partir disso, Parker (2002), Parker e Daniel (2018), Trevisan (2018) e Green (2019), afirmam, ou ao menos indicam, que não eram percebidos dois homens em uma relação sexual, mas um homem verdadeiro e um outro, de *status* incerto, que desejaria ser ou ocupar a posição de mulher. Essa denominação de alguém que supostamente estaria insatisfeito com o gênero, poderia se assemelhar ao que, atualmente, convencionou-se chamar de transexual e travesti, apesar das diferenças entre essas experiências. Isso não significa que há alguma equivalência entre *viados* e experiências transgêneras, que por si só já seria um anacronismo, mas que, em determinado contexto e período da vida dessas pessoas, essas experiências são embaralhadas antes de serem separadas.

Essa percepção gendrificada, que borrava as fronteiras entre *viados* e travestis, se fixou em uma fatia considerável do imaginário popular brasileiro. Entretanto, Parker (2002) e Green (2019) notaram que, ao mesmo tempo que a população em geral passava a conhecer a figura do *viado*; outra parte, uma elite intelectual, incluindo alguns desses ditos *viados*, e também a classe científica, tinha outra percepção sobre esses indivíduos. Em contato com compreensões estrangeiras, esse outro extrato social reconhecia os homens envolvidos nessas práticas sexuais como homossexuais masculinos, que eram classificados a partir de uma identidade determinada pelo interesse por seu igual, não importando se desempenhavam a função ativa ou passiva nessas relações. Porém, apesar dessas diferenças, vale destacar, tal qual faz Green (2019), que a perspectiva popular manteve-se presente nos resultados de estudos psiquiátricos e médicos sobre essas

práticas sexuais quando usualmente enfatizavam as figuras passivas e afeminadas nas observações, descrições e análises. Assim, esses indivíduos, viados para alguns e homossexuais para outros, não só foram alvos de julgamentos morais, mas também serviram como objetos de saber, uma vez que foram constituídos pelas ciências de seu tempo a partir de um dispositivo de sexualidade, ou seja, uma rede estruturada por instituições como família, medicina, psiquiatria, segurança pública, igreja e direito.

Foi só a partir da década de 1980, quando o sexo anal entre dois homens foi repetidamente associado à causa da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, a Aids (Sontag, 1989; Parker, 2002; Trevisan, 2018; Parker; Daniel, 2018; Quinalha, 2022), que houve a sobreposição da verdade científica sobre a verdade popular dessas dissidências sexuais. Um dos elementos que sobrepuseram essas verdades foi o uso massivo do termo “câncer-gay” pelos meios de comunicação ao fazerem a cobertura da pandemia da Aids. Como afirma Trevisan (2018), as informações veiculadas sobre a pandemia foram fundamentais para a constituição de um novo modo de ser e trazer à superfície as práticas sexuais entre homens, pois a população “pôde se informar, de maneira inédita pelo constante impacto [causado pela Aids], sobre o *que* é ser homossexual, *como* se pratica a homossexualidade e, mais ainda, *onde* homossexuais se encontram” (Trevisan, 2018, p. 427, grifo do autor).

Ao mesmo tempo em que a relação entre a Aids e as práticas sexuais entre homens materializa-se como uma abjetificação dos homossexuais na verdade produzida pela mídia brasileira, também dessa relação eclodiu um movimento de resistência, uma recusa a essa e outras verdades produzidas e veiculadas pela imprensa. Tais resistências reivindicavam outros espaços e diferentes sentidos do que significava, naquele momento, ser esse sujeito de uma sexualidade abjeta. No interior dessas diversas disputas sociais em torno de uma verdade sobre o sexo, estruturada por uma *scientia sexualis* com moldes brasileiros, foram deslocadas as posições dos sujeitos de uma sexualidade abjeta, seus modos de ser e seus processos de subjetivação. Assim, a partir do atrito entre o acontecimento da verdade sobre o sexo e os acontecimentos de outras ordens, como as questões biológicas emergentes durante a pandemia da Aids e os acontecimentos sociais que dela ecoaram, emergiu o homem homossexual, um modo de ser singular e de se

relacionar com o outro, com o mundo e consigo mesmo (Parker, 2002; Parker; Daniel, 2018; Trevisan, 2018; Santos; Costa; Gomes, 2023).

Desde a pandemia da Aids, a noção de uma identidade homossexual masculina ganhou cada vez mais espaço e passou a ser compreendida como uma relação entre dois corpos masculinos iguais e não mais com um homem verdadeiro e uma versão pastiche do feminino (Parker, 2002; Parker; Daniel, 2018; Trevisan, 2018; Santos; Costa; Gomes, 2023). Portanto, se antes a concepção de uma identidade homossexual estava restrita a parte da elite brasileira e aos cientistas da época, após a pandemia da Aids, a população brasileira foi aos poucos tornando hegemônica a ideia que é sustentada ainda hoje sobre a homossexualidade masculina, que se configura pela conjunção de dois homens que se interessam sexualmente e/ou afetivamente um pelo outro. Vale destacar que os modos pelos quais os indivíduos podem e devem ser pensados estão implicados nos modos de ser deles, portanto, não só as percepções dos observadores externos a essas relações mudam, mas os próprios praticantes dessa sexualidade passam a se reconhecer desse modo, como percebeu Parker (2002) a partir das respostas de seus entrevistados.

Considerando a emergência desse modo de subjetivação e de objetivação dos sujeitos homossexuais como efeito e instrumento de uma ruptura na história da sexualidade desde a pandemia da Aids, este trabalho visa investigar novas disputas em torno da verdade sobre o gênero e dos sujeitos homossexuais contemporaneamente. Para isso, este trabalho se debruça sobre os regimes de verdade que passaram a constituir sujeitos de uma sexualidade abjeta entre 1980 e 2010, período que esses sujeitos conquistaram, enquanto homens, outros espaços e direitos, além de obrigações, especialmente com a entrada em cena das discussões sobre transgeneridade, quando também é interrogada a homossexualidade masculina. Em seguida, serão analisados os vídeos do Canal das Bee publicados na década de 2010, para observar na contemporaneidade os desdobramentos do que foi constituído entre o final do século XX e o começo do século XXI sobre a homossexualidade masculina.

Com vistas em compreender as discussões contemporâneas sobre as sexualidades abjetas, este trabalho apresenta inicialmente os capítulos metodológicos e teóricos. No destrinchamento metodológico, serão abordados os

pressupostos sobre o procedimento genealógico desenvolvido por Foucault (2004; 2014; 2020; 2021) e outras perspectivas metódicas que ecoam neste trabalho. No que diz respeito à fundamentação teórica, serão discutidos conceitos como poder, verdade, corpo, sujeito, comunicação e sexualidades embasados em perspectivas pós-estruturalistas.

Em seguida, em um movimento genealógico, no capítulo “masculinidades e homonormatividade: a ascensão do *macho man*”, a dissertação parte da década de 1980 para descrever como o homem gay se afasta cada vez mais da bicha afeminada para se encontrar com o ideal do homem macho e viril, ora constituído pela coalização entre movimentos sociais e Estado, ora pela mercantilização desse estilo de vida, que se consagrou para além das já conhecidas práticas sexuais. Em confluência com as observações iniciais deste período, aprofunda-se a correlação entre a construção da homossexualidade e da transgeneridade. Desta forma, no capítulo “transgeneridades: novas Evas”, serão tratadas as questões em torno desse outro grupo de pessoas e os conflitos que ora os aproximam dos homossexuais, ora os afastam. É preciso evidenciar que há um esforço em produzir essas proveniências de gêneros primordialmente através de autores nacionais, visto a importância e a multiplicidade que as perspectivas brasileiras podem trazer para o debate sobre as sexualidades. Dessa maneira, esses capítulos colocam em evidência a característica histórica das genealogias ao mesmo tempo que fazem algumas observações teóricas que pareceram necessárias ao longo dos acontecimentos narrados.

Espera-se que as discussões aqui apresentadas possam contribuir para a constatação e a descrição das rupturas históricas em torno das sexualidades humanas. Dessa forma, este trabalho orienta-se pela perspectiva de que as inúmeras mudanças de objetivação e subjetivação de homens homossexuais, desencadeadas pelas questões de gênero entre homens homossexuais e as reflexões, que ocorreram paralelamente, sobre a transgeneridade, propiciaram novos debates e rupturas nessa aparente homossexualidade homogênea e universal que emergiu após a pandemia da Aids. Esse anseio desta pesquisa visa evidenciar que as práticas sexuais entre iguais não são sempre interpretadas e performadas da mesma maneira, uma vez que são produtos de um espaço-tempo específico e, por isso, suscetíveis a variações. Assim, apesar de não ter ocorrido um outro

acontecimento tão expressivo para a experiência sexual quanto a pandemia da Aids, é possível retomar diferentes sentidos socialmente atribuídos à homossexualidade masculina a partir de outros acontecimentos e agentes entre o final do século XX e o começo do século XXI no Brasil.

Traçadas as discussões sobre homossexualidade e transgeneridade entre 1980 e 2010, a dissertação se volta para a década de 2010, quando foram mobilizadas outras discussões em torno da homossexualidade, da masculinidade e da transgeneridade, emergentes nos vídeos do Canal das Bee no Youtube. Esse período parece importante, já que, devido à grande perseguição religiosa contra as práticas sexuais e de gênero dissidentes no campo político brasileiro (Quinalha, 2022), se supõe o desejo de resposta desses perseguidos. É também quando é questionada, entre as minorias, a supremacia dos homens homossexuais ao mesmo tempo que as pautas de gênero, principalmente de pessoas transexuais, ganham ainda mais destaque no território nacional (Trevisan, 2018). E, por fim, esse período parece profícuo porque é, como indica Aguião e Lopes (2023), a década seguinte do deslocamento da sexualidade do campo da saúde para outros domínios, como as discussões em torno dos direitos humanos e, principalmente, do combate a violência.

Por meio dessa estrutura³, o objetivo deste trabalho é produzir uma genealogia que parte da figura do homossexual masculino em constituição desde a pandemia da Aids no Brasil e acompanha os deslocamentos dessa figura até a década de 2010. Para isso, descrevem-se as condições históricas da homossexualidade nesse período, apresenta-se a correlação entre homossexualidade e transgeneridade, para, por fim, analisar os jogos de verdade e os processos de subjetivação acionados, reelaborados e veiculados pelo Canal das Bee. Assim, diante do campo agonístico entre sexualidades e gêneros, espera-se responder a seguinte questão: como os processos de subjetivação de homens gays foram deslocados, recompostos e reinventados desde a pandemia de Aids, considerando os jogos de verdade articulados entre diferentes formações de saber e as relações de poder nessa época? Em outras palavras, como as relações saber-poder produzem diferentes masculinidades atualmente, incluindo

³ É preciso salientar que, apesar da linearidade exigida para a compreensão do texto, a investigação deste trabalho passou por movimentos de idas e vindas, o que significa dizer que nem sempre as enumerações dos capítulos correspondem à ordem de escrita deles.

masculinidades homossexuais? Especificamente, quais modos de ser um homem homossexual emergem entre 2010 e 2020 na produção midiática destinada a esse grupo? Afinal, qual sujeito o Canal das Bee objetiva como o verdadeiro homossexual masculino e como os indivíduos são incitados a subjetivarem-se como tal?

Para esse conjunto de questões, trabalha-se com a hipótese de que, ao articular, fomentar e pedagogizar temas sobre gênero e sexualidade na década de 2010, o Canal das Bee objetivou um homem homossexual desafixado do ideal homem-macho-pênis, para constituir uma subjetividade masculina mais flexível por flertar com as feminilidades. Diante disso, supõe-se que essa comunidade conquiste direitos, mas também inaugure outras obrigações. Nessa hipótese, o canal contrasta com os jogos de verdades instaurados na virada do século XX para o XXI, para organizar seus jogos de verdade a partir da constituição de um saber-poder que visa contra-atacar o ideal viril e másculo fundamental para a noção de homem.

Ao se rastrear a relação do Canal das Bee com os processos de subjetivação que fundamentam a construção do homem gay contemporâneo, esta pesquisa se mostra justificável, para o campo de estudos que se encontra, ao aproximar as áreas da comunicação e dos processos de subjetivação a partir da noção de que a comunicação é “capaz de realizar encontros, sínteses disjuntivas, devires e agenciamentos” (Araujo, 2020, p.14) e não apenas ditar “um consenso racionalista que afirma o bom senso e o senso comum” (Araujo, 2020, p.14). Tal comunicação-devir, a partir da questão homossexual masculina, evidência uma comunicação produtiva e combativa de sistemas de sujeição de corpos. Assim, se a comunicação é acontecimento (agenciamento de corpos que ocorrem sob um determinado diagrama de forças), conforme discutido por Araujo (2020) a partir dos escritos deleuzeanos, então os estudos sobre as dimensões e rastros comunicacionais desse acontecimento sobre os corpos e suas constituições integram o campo investigativo da comunicação.

Além disso, esta pesquisa se justifica não só por visar contribuir com essa perspectiva comunicacional ou com os estudos pós-estruturalista em sexualidade e sua luta contra preconceitos ainda presentes na sociedade, que é um dos motivos pessoais e políticos que sustentam esta pesquisa, mas também por se somar aos esforços em construir pontes entre essa proposta disruptiva das sexualidades e o papel da comunicação como efeito-instrumento (Ferraz, 2013), ou produto e

produtor, na constituição dos sentidos e sujeitos que rondam a prática homossexual masculina contemporânea. Isso é feito levando-se em consideração a crítica sobre o uso das perspectivas pós-estruturalistas nas teses e dissertações em comunicação que abordam questões sobre sexualidade e/ou gênero feita por Tomazetti (2019). O autor afirma, segundo a maioria dos casos analisados por ele, que as teorias pós-estruturalistas são usualmente acionadas de forma incoerente com o proposto por essa perspectiva, já que, muitas vezes, se atentam para questões identitárias ou de representação, reafirmando o que perspectivas pós-estruturalistas normalmente visam combater, ou seja, as lógicas binárias e fixadoras.

2. Pesquisa como devir

É importante identificar qual é a modalidade de pesquisa que este trabalho visa constituir, pois há diferentes possibilidades para a prática de pesquisa, já que, ao longo da história, a própria produção científica é alvo de interesses, críticas e mudanças, como enfatiza Fourez (1995). O autor aponta que a ciência moderna é fruto de um desenvolvimento burguês e iluminista, que elegeu os pilares desse modo de produzir saber através de características como objetividade, neutralidade e imparcialidade. Porém, como destaca Foucault (2014a; 2020a; 2021), não existem saberes separados das condições de poder que os tornaram possíveis, muito menos saberes desinteressados ou capazes de se separarem dos interesses daqueles que os constituíram. Portanto, tendo em vista esses pressupostos foucaultianos, este trabalho pretende se afastar dos ideais metafísicos que fundaram a ciência na Modernidade para se aproximar de outras concepções de pesquisa que serão apresentadas aqui.

Para isso, a partir das indicações de Lopes (2016) para pesquisas em comunicação, o que se empreende nesta investigação é uma prática metodológica que combina níveis e fases emprestados do esquema paradigma/sintagma da Linguística. Os níveis dizem respeito ao paradigma, portanto, à reserva de possibilidades disponíveis a partir de epistemologias, teorias, métodos e técnicas, enquanto as fases, o eixo sintagmático, salienta a prática da pesquisa, ou seja, definição do objeto, observação, descrição e interpretação, além da atualização das combinações possíveis do paradigma. Essa “concepção metodológica ressalta que a pesquisa não é redutível a uma sequência de operações, de procedimentos necessários e imutáveis, de normas rigidamente codificadas” (Lopes, 2016, p. 101). Ou seja, não se trata de um modo estático e rígido de fazer ciência, mas de levar em consideração o que já foi produzido, discutido e traçado até o momento, e ao mesmo tempo evidenciar o potencial criativo do pesquisador e a sua responsabilidade em relação ao produto final. Portanto, esta pesquisa pretende ser construída a partir de um trajeto operacional, dinâmico, aberto e rigoroso, como sugere Lopes (2016).

No contexto da proposta de pesquisa de Lopes (2016), é preciso ressaltar que essas escolhas não pertencem totalmente ao acaso, pois, apesar das surpresas fazerem parte de todo processo de pesquisa, as decisões paradigmáticas e sintagmáticas partem de um autor atravessado por questões acadêmicas, familiares,

religiosas, políticas, pedagógicas e inúmeras outras, que ora se somam e ora se excluem. É diante da constatação da existência do autor no mundo, da posição que ele ocupa na sociedade e de como isso afeta a produção de um conhecimento, que Haraway (2009), ao enfatizar a posição dos sujeitos que produzem saberes, propõe uma ciência posicionada, ou seja, um saber que parte de uma perspectiva parcial e localizada que deixa nítido as escolhas e os caminhos traçados durante a pesquisa, tal como Foucault (2021) indica sobre seu processo genealógico. Para Haraway (2009), isso culmina em uma pesquisa que é da responsabilidade do autor e da sua relação com o objeto, que não é subordinado à “lógica da ‘descoberta’, mas de uma relação social de ‘conversa’ carregada de poder”, já que “os códigos do mundo não jazem inertes, apenas à espera de serem lidos” (Haraway, 2009, p. 37).

A autora retoma, assim como Foucault (2021), o perspectivismo nietzschiano que recusa “um *ver* subsistente em si próprio e sem órgão visual, ou um olho sem direção, sem faculdades ativas e interpretativas” (Nietzsche, 2017, p. 109, grifo do autor), em outras palavras, uma visão objetiva, neutra e imparcial que ocupa um vácuo sem afetações. Para o filósofo alemão, tal qual para os estudiosos que seus escritos inspiraram, “só há *um* ver em perspectiva, *um* conhecer em perspectiva” (Nietzsche, 2017, p. 109, grifo do autor), visto que não há possibilidade de saber ou conhecer sem um referencial a qual recorrer. Além de contribuir com a percepção de que as interpretações partem de algum lugar, o perspectivismo de Nietzsche (2017), como aponta Souza (2016), enfatiza a possibilidade da existência de outras perspectivas, mesmo sem a obrigação de somar essas outras visões a sua própria, pois cabe mais conhecer e ponderar essas outras possibilidades do que simplesmente agrupá-las.

Tendo em vista o perspectivismo do filósofo alemão, fazer pesquisa passa a ser menos um ato de descobrir, encontrar ou achar algo à espera de um olhar atento e especializado e mais uma ação de interpretar, que aqui significa “se efetivar, fazer-se presente, marcar posição, aparecer no mundo” (Souza, 2016, p. 114). Dessa forma, vale descrever a posição que ocupa os olhos que aqui interpretam o cenário apresentado. Além de ser alguém que acompanhou o Canal das Bee, trata-se de um homem cisgênero, ateu, gay, branco, criado nas margens da capital paulista e, ao mesmo tempo, frequentador de seu centro, que se formou-se jornalista no interior do Mato Grosso e está mestrando em uma universidade da capital de

Goiás. Dessa forma, entre as possibilidades propiciadas pelo jogo das margens e dos centros, aqui se assume uma perspectiva genealógica, um caminho ou uma possibilidade dentre inúmeras outras que seriam possíveis a partir de outros campos teóricos, outras experiências de vida, outros orientadores, outras cidades e, principalmente, outras leituras. Tendo como horizonte o perspectivismo, neste capítulo são discutidos os procedimentos metodológicos que serão acionados nesta dissertação.

2. 1. Foucault, a genealogia e a comunicação

Inicialmente apresentada por Nietzsche (2017), a genealogia é uma análise crítica que pretende observar os antecedentes e a validade da moral. Melo Neto (2017) reforça esses dois pontos ao explicar as duas etapas da genealogia: a primeira diz respeito à observação dos jogos de força pelos quais a moral foi constituída e a segunda sugere a produção de uma crítica desses valores. Isso porque, para Nietzsche (2017), os valores morais não são substanciais ou essenciais, mas produtos humanos que surgem a partir de um ponto de vista construído em um espaço-tempo localizável através de vestígios históricos, principalmente os deixados pelos documentos.

Apesar da importância da história para esse método, vale lembrar que as genealogias “são estudos de ‘história’ pelos campos que tratam e pelas referências que assumem; mas não são trabalhos de ‘historiador’” (Foucault, 2020b, p. 14). Também é preciso deixar evidente que Nietzsche cindiu o significado de história e tomou partido de um dos lados. Michel Foucault (2021) afirma que o filósofo alemão pretendia se afastar da ideia supra-histórica, uma perspectiva metafísica que supõe “uma verdade eterna, uma alma que não morre, uma consciência idêntica a si mesma” (Foucault, 2021, p. 71), para se aproximar do conceito de sentido histórico, que “reintroduz no devir tudo o que se tinha acreditado imortal no homem” (Foucault, 2021, p. 71), ou seja, não se fixa em nenhum alicerce pré-linguístico, reiterando a máxima nietzschiana sobre o valor da verdade e a possibilidade de questioná-la. É a partir do sentido histórico que a genealogia torna possível “redimensionar o entendimento acerca das condições pelas quais o desenvolvimento do homem se deu” (Carvalho, 2012, p. 225).

Foucault (2021) define a origem (Ursprung) como o objetivo principal da supra-história. Enquanto o sentido histórico, oposto a isso, estaria mais preocupado

com as questões em torno da proveniência (*Herkunft*) e da emergência (*Entstehung*). O primeiro conceito se aproxima do universo da repetição e da identidade, já os dois últimos estariam mais próximos da diferença e da subjetividade. É a partir da distinção desses três conceitos que Foucault vai lapidar e expandir o método utilizado por Nietzsche, para firmar a genealogia como um “fazer da história uma contramemória e de desdobrar conseqüentemente toda uma outra forma do tempo” (Foucault, 2021, p. 80).

A busca supra-histórica pela origem se volta para o tempo que já foi para apagar as diferenças, descobrir as semelhanças e aglutiná-las, isso porque visa constituir uma verdade substancial sobre a humanidade para instituir uma história linear, ininterrupta e evolutiva. Já o estudo em torno da proveniência e da emergência busca “conhecer as condições históricas que motivam um tipo de ligação ou modo de relação de um objeto com a sua historicidade” (Carvalho, 2012, p. 227), assim, retoma o antigo pertencimento a um grupo para apresentar as heterogeneidades dispersas no início das coisas e descreve o campo agonístico no qual um desses elementos dispersos e heterogêneos foi canonizado para questionar o status de verdade vigente no presente. Com o intuito de retratar jogos sociais e históricos, segundo Carvalho (2012), a genealogia atualiza os dois conceitos de Nietzsche que se opõem à origem (*Ursprung*): a proveniência (*Herkunft*) e a emergência (*Entstehung*).

Na proveniência, “o antigo pertencimento a um grupo” (Foucault, 2021, p. 61), é possível evidenciar os disparates presentes nos surgimentos das coisas ao registrar “a proliferação dos acontecimentos através dos quais (graças aos quais, contra os quais) eles se formaram” para destituir uma dada origem única e estável (Foucault, 2021, p. 62). Em resumo, “a genealogia toma a proveniência a partir de um entroncamento de fatos, perspectivas, forças que afastam qualquer possibilidade de identidade ou de fundo original, pois o que está em constante jogo são forças” (Carvalho, 2012, p. 234).

Nessa etapa do trabalho, a partir de uma pesquisa bibliográfica, será descrita, no contexto brasileiro, a proveniência da homossexualidade diante das discussões sobre masculinidade e transgeneridade. Stumpf (2017) afirma que a pesquisa bibliográfica é “um conjunto de procedimentos para identificar, selecionar, localizar e obter documentos de interesse para a realização de trabalhos acadêmicos e de

pesquisa” (Stumpf, 2017, p. 54). Além de contribuir para o conhecimento do que já foi pesquisado sobre o tema, a autora aponta que um levantamento bibliográfico pode fazer emergir novas questões, objetivos e hipóteses de pesquisa a cada texto selecionado lido. Para esta pesquisa, as principais fontes bibliográficas serão livros e artigos publicados em revistas acadêmicas ou disponíveis em anais de eventos que cobrem o período entre 1980 e 2010, período em que as experiências de subjetivação aqui analisadas ganharam destaque no cenário brasileiro devido a institucionalização de suas reivindicações. Esses textos foram encontrados no Google Acadêmico através da busca por termos como homossexualidade, transexualidade e masculinidade, além dos textos lidos por indicação dos orientadores ou selecionados a partir das bibliografias lidas para a execução deste trabalho. Através desse levantamento bibliográfico, será possível descrever parte do dispositivo que propagou uma verdade em torno da homossexualidade e seus praticantes na virada do século brasileiro.

Já na emergência, “o princípio e a lei singular de um aparecimento” (Foucault, 2021, p. 65), fica em destaque o discurso consagrado como verdadeiro. Aqui, é destacada “a entrada em cena das forças; é sua interrupção, o salto pelo qual elas passam dos bastidores para o teatro, cada uma com seu vigor e sua juventude” (Foucault, 2021, p. 67). Neste ponto, são elencadas as forças que são sobrepostas às outras, quando uma ideia, um discurso ou um sujeito ganha legitimidade em detrimento de outros, ou seja, quando algo se torna verdadeiro e, portanto, natural.

Levando em conta as informações descritas na proveniência, a emergência que aqui será apresentada partirá das mobilizações propiciadas pelas discussões em torno da homossexualidade, masculinidade e transgeneridade publicadas no Youtube pelo Canal das Bee ao longo da década de 2010. Os vídeos foram selecionados através de seus títulos e a proximidade deles com as temáticas que interessam este trabalho, ou seja, homossexualidade, masculinidade e transgeneridade, termos decorrentes de estudos bibliográficos que fizeram emergir a pertinência deles para a compreensão da homossexualidade masculina na atualidade.

Os vídeos passarão por uma análise discursiva sustentada pela arqueologia de Foucault (2004; 2014b), um período anterior à fase genealógica do autor que, como aponta Yazbek (2015), está incorporada, em certa medida, nos seus estudos

genealógicos. Portanto, já que não há uma ruptura entre esses dois períodos, aqui, a passagem de uma para a outra é entendida como uma complexificação dos estudos de Foucault, uma vez que o autor aciona elementos de seus antigos estudos arqueológicos para dar seguimento a produção de seus novos estudos genealógicos.

A arqueologia “designa o tema geral de uma descrição que interroga o já dito no nível de sua existência; da função enunciativa que nele se exerce, da formação discursiva a que pertence, do sistema geral de arquivo de que faz parte” (Foucault, 2004, p. 149). Para efetivar essa proposta, Foucault (2014b) elenca quatro exigências de método. Primeiro, o autor indica uma inversão na ideia de que a figura do autor ou a formação das disciplinas tornam múltiplos os discursos, pois, na realidade, ele é rarefeito, ou seja, o discurso é cada vez mais limitado e classificado conforme jogos de verdade que tornam possíveis enunciados e sujeitos em detrimento de outros. Apesar de destacar essa rarefação, o autor evidencia que isso não significa que há uma miríade de discursos ocultos que o arqueólogo deveria desvelar, pelo contrário, ele deve reconhecer a descontinuidade desses discursos e destacar os cruzamentos e exclusões que ocorrem entre eles - é aí que se encontra sua segunda indicação para essas análises. Em meio a essas observações, em sua terceira proposição, o filósofo francês indica que os discursos não devem ser interpretados a partir de significações prévias, mas em um jogo de significações que constitui as coisas ao mesmo tempo que as nomeia, o que impõe certa regularidade de sentidos. Por fim, na sua última observação sobre esse método, ele afirma ser preciso partir da exterioridade do discurso para compreender as suas condições de possibilidade, ao invés de procurar um sentido no discurso em si.

Nessa breve retomada das indicações de Foucault (2014b), estão descritos os princípios de rarefação, descontinuidade, regularidade e exterioridade, que organizam a arqueologia foucaultiana. Para além dessas ponderações metodológicas, é importante também conceituar três ideias centrais para essas análises: enunciado, regras de formação e discurso. Primeiramente, o enunciado é aquilo que confere sentido para um conjunto de signos dentro de um determinado tempo e espaço e, permite aos signos, “estar em relação com um domínio de objetos, prescrever uma posição definida a qualquer sujeito possível, estar situado entre outras *performances* verbais, estar dotado, enfim, de uma materialidade

repetível” (Foucault, 2004, p. 121-122, grifo do autor). Evidentemente, o enunciado não surge pronto no mundo, desta forma, ele é constituído através das regras de formação, que são as suas condições de aparecimento e de existência. Por fim, o conjunto limitado de enunciados sustentados pelas mesmas condições de existência constituem o discurso.

Dessa forma, a arqueologia, de maneira semelhante à genealogia, visa suspender os sentidos dados para

restituir ao enunciado sua singularidade de acontecimento e mostrar que a descontinuidade não é somente um desses grandes acidentes que produzem uma falha na geologia da história, mas já no simples fato do enunciado; faz-se, assim, com que ele surja em sua irrupção histórica; o que se tenta observar é essa incisão que ele constitui, essa irreduzível - e muito frequentemente minúscula - *emergência* (Foucault, 2004, p. 31, grifo nosso).

É diante da proveniência e da emergência, e a partir da sua própria ideia de poder, que Foucault (2014a; 2020a) irá sustentar “uma das teses fundamentais da genealogia: o poder é produtor de individualidade. O indivíduo é uma produção do poder e do saber” (Machado, 2021, p. 24). Diferente do poder repressivo e jurídico que emana dos mais fortes aos mais fracos para dominar os indivíduos a partir de superestruturas de uma sociedade, em sua genealogia, Foucault (2014b, p. 65) discorre sobre relações de poder capazes de “constituir domínios de objetos, a propósito dos quais se poderia afirmar ou negar proposições verdadeiras ou falsas”. As ações de todos são atravessadas por esse poder que “categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele” (Foucault, 1995, p. 235).

Para analisar tais relações de poder a partir da genealogia, o intelectual francês desenvolveu a ideia de dispositivo. Foucault (2021) define os dispositivos como uma relação entre elementos heterogêneos, discursivos e não discursivos, que constituem verdades, sujeitos, subjetividades, barragens, mudanças e experiências. Na relação entre esses elementos não há uma posição estável, mas um jogo onde essas partes são movidas conforme uma urgência histórica, isso deixa em evidência a função estratégica que todo dispositivo tem. Assim, o dispositivo surge nos escritos foucaultianos como um operador metodológico que “auxilia na análise das práticas discursivas, de poder e de subjetivação” (Lemos; Cardoso Júnior, 2009, p. 356). Diante dessas características, Foucault (2021) ainda explica o

funcionamento do dispositivo. O autor determina dois processos: o de sobredeterminação funcional que, a partir de um novo efeito ou elemento, seja ele negativo ou positivo para a estratégia dominante, rearticula toda essa rede e, com isso, exige um preenchimento estratégico, que nada mais é que rearticular e tornar útil, para tal estratégia, esses elementos e efeitos inesperados propagados pelas relações de poder.

É através dessa visada genealógica sobre o poder que Foucault (1995) aponta certa dependência e proximidade entre as relações de poder e as relações comunicacionais. Mesmo que Foucault enfatize que tais relações não são a mesma coisa, apesar de interdependentes, parece ser possível afirmar que uma relação comunicacional pode fazer propagar certas relações de poder. Devido a isso, apesar de não ser muito comum nos estudos comunicacionais, a genealogia parece promissora para o campo ao contribuir com “a investigação acerca da produção e disseminação de sentidos, de ‘verdades’ e crenças em distintos horizontes culturais” (Ferraz, 2013, p. 165). Assim, a investigação genealógica busca menos restringir a pesquisa a objetos da comunicação, do que captar esses objetos dentro de uma rede que não se limite a eles, mas da qual eles são parte como produtos e produtores.

Tendo em vista a observação de Ferraz (2013) sobre os ganhos do campo comunicacional com o acionamento da genealogia, é possível interpretar a comunicação para além da perspectiva de circulação e conformação de ideias previamente dadas, já que a genealogia fomenta uma comunicação produtiva, no qual comunicar é produzir mundos e sujeitos, como será discutido mais detalhadamente no capítulo teórico sobre comunicação. Portanto, ao enfatizar a característica comunicacional da constituição do sujeito homossexual diante do poder, esta pesquisa destaca o interesse genealógico, e aqui também comunicacional, de “desnaturalizar o presente, mostrando-o sempre como resultado de um conflito e de um arranjo de forças e, portanto, arbitrário, não necessário, justo ou lógico” (Tucherman, 2005, p. 41). Assim, é possível apresentar um agora em devir e como resultado dos jogos de verdade constituídos através de relações de poder, saber e resistência que perpassam as estratégias de comunicação da sociedade, sejam elas os próprios meios de comunicação ou até mesmo as produções de sentidos distribuídas socialmente através de relações interpessoais.

3. Saberes em confluência

Para fundamentar teoricamente um estudo em comunicação, pode-se ter em mente que esses trabalhos estão organizados de maneira paradigmática, ou seja, as “linhas de pesquisas, escolas e tendências foram construídas a partir de diferentes pressupostos teóricos filosóficos, de diferentes modelos e conceitos chaves” (Temer; Nery, 2004, p. 33). Em decorrência dessa organização, esses embasamentos ecoaram através de múltiplas perspectivas e não consagraram um conceito universal e homogêneo de *comunicação*, mas construíram diferentes noções sobre o que é comunicação. Apesar da importância desse vasto campo que almejou definir o que é a comunicação, este trabalho não pretende resolver essa questão, mas se ater à problematização do sujeito e suas possibilidades, elemento que parece ser decisivo também para os estudos em comunicação e seus desdobramentos, conforme mostra Baptista (2020).

Assim, mais do que definir o que é a comunicação diante do extenso mapa epistemológico da comunicação, este trabalho visa contribuir com a crítica ao modelo de sujeito - subordinado à lógica científica do descobrimento e separado de seu extrato social - que foi idealizado também nos estudos comunicacionais desenvolvidos no final do século XIX e início do século XX. Nesse período, o sujeito da comunicação corresponde à figura do “emissor poderoso, detentor das tecnologias que possibilitaram o contato com a ‘massa manipulada’” (Baptista, 2020, p. 155), resultado da interpretação da “comunicação como um processo em que um emissor emite e um receptor recebe uma mensagem, utilizando um canal, um código, para um receptor que recebe ou, no máximo, poder responder, reagir, produzindo feedback” (Baptista, 2020, p. 156). Nessa interpretação da matriz informacional, o sujeito aparece como afetado apenas pelos efeitos dos meios de comunicação e separado dos outros contextos sociais que pareciam não afetar em nada a recepção dessas mensagens veiculadas.

Baptista (2020) mostra que só com os estudos comunicacionais elaborados Pós-68 e consolidados na década de 1990 que foram superadas essas visadas limitantes do sujeito comunicacional. Desde então, o sujeito é interpretado a partir de um cenário mais complexo, que leva em conta outros elementos, dinâmicas e aspectos que o constituem, uma vez que esses estudos olham “para os processos de interação de sujeitos, para a produção simbólica, para a movimentação subjetiva

no tecido social” (Baptista, 2020, p. 156) que expandem a compreensão do que é ser sujeito. Desde então, os leitores, os telespectadores, os internautas ou como quer que chamem, serão atravessados não só pelos programas de televisão que assistem ou as notícias que leem, mas também por todo um aparato social que inclui relações afetivas, econômicas, profissionais, familiares, comunicacionais e muitas outras.

Em confluência com esse movimento de desestabilização da noção do sujeito fixo e pré-determinado, este trabalho se alinha a pensadores interdisciplinares que, influenciados pelos escritos de Friedrich Nietzsche e de Martin Heidegger, foram agrupados sob o título do pós-estruturalismo (Uberti, 2006). Preocupados com os riscos das universalidades transversais, autores como Foucault (1981; 1995; 2004; 2013; 2014a; 2014b; 2016; 2020a; 2020b; 2021), Butler (2003; 2017) e Deleuze (1995; 2011; 2015; 2019), ao revisarem o estruturalismo (Aguilar; Gonçalves, 2017), propuseram novas concepções em torno da questão do sujeito, da linguagem, da verdade e da homossexualidade, pontos que serão abordados neste capítulo.

3. 1. Poder, sujeito e corpo

Diferente de descobrir essências e construir ideais sem história, para Foucault (1995), estudar o sujeito, interesse desta pesquisa, é descrever uma história das possibilidades de sujeição diante das relações de poder-saber sustentadas por regimes de verdade fundados em determinada formação histórica. Ao organizar seus escritos em torno dessas relações, Foucault (1995; 2020a; 2021) não elabora uma teoria do poder, mas propõe uma analítica do poder e de como ele funciona, dando continuidade, em outras proporções, aos estudos arqueológicos anteriores, como aponta Yazbek (2015). Nessa segunda fase, também chamada de genealógica, ao propor um método para questionar o poder, ao mesmo tempo que tenta se esquivar de um método rigidamente composto, o autor afasta o poder de uma perspectiva jurídica, ou soberana, para reformulá-lo em uma concepção relacional e entrelaçada com o saber.

Foucault (1995; 2020a; 2021) descreve a noção de poder jurídico-soberano como uma lei capaz de produzir apenas relações negativas, ou seja, seu ímpeto é sempre proibir e instaurar barreiras e, o que consegue produzir, é tido apenas como o que se deve combater. Por conta disso, constitui uma divisão entre o que é afetado pelo poder e aquilo que lhe escapa, fomentando uma dicotomia entre os acometidos

por essa força e os que a fazem funcionar sobre os oprimidos. Nessa perspectiva, o poder seria um universal homogêneo que funcionaria de maneira vertical, por isso pertenceria apenas a algumas pessoas de destaque na sociedade. Esse grupo dominante seria o alvo a ser combatido, pois só assim seria possível libertar a sociedade desse poder malfeitor sob controle de poucos sobre muitos. Portanto, nesse regime jurídico-soberano, a liberdade só seria alcançada diante de um grande ato de rebeldia e revolta que libertaria das garras do poder a sociedade e aqueles que nela vivem.

De modo exemplar, a manifestação empírica dessa concepção ficaria evidente ao se olhar para as organizações políticas-econômicas do Estado e os modos de resistir às forças dessas entidades. Os políticos e os mais ricos seriam os detentores do poder, aqueles que o acionam apenas para impedir e vetar as ações dos oprimidos em direção a esse poder. Como alternativa, o único modo de resistir a essa força opressora e alcançar a liberdade, prometida por essa perspectiva, seria destronar os donos do poder para obliterá-lo. Com isso, todos passariam a viver em um mundo livre dessa alcunha. Porém, entre os críticos dessa perspectiva, os escritos foucaultianos questionam esse estatuto universal e atemporal do poder para afirmá-lo como uma forma muito peculiar e mutável. Assim, ao afirmar que “uma sociedade ‘sem relações de poder’ só pode ser uma abstração” (Foucault, 1995, p. 246), o autor vira às avessas essa perspectiva e leva os estudos sobre o poder para outros rumos, sem as utopias de um paraíso onde não haveria mais exercício de poder de uns sobre muitos.

Ao conceber relações de poder que vão além de puras questões econômicas e estatais, mas localizadas na história, Foucault (1995; 2020a; 2021) apresenta uma perspectiva que pode ser compreendida como “uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (Foucault, 2020a, p. 101). Sob essa definição, não cabe objetivar ou definir quem detém o poder e quem são os infligidos por esse mal, mas descrever as relações que o poder constitui, o modo como elas são organizadas e quais são os seus efeitos de conjunto. Isso porque o poder está espalhado em toda a sociedade e funciona como uma relação assimétrica móvel, portanto, não é algo que uns poucos sempre detêm, já que ele está diluído de maneira capilar em todas as interações humanas, como as estabelecidas entre pai e filho, médico e doente, padre e confessor, além das inúmeras outras formas que os

indivíduos se relacionam, ultrapassando as relações econômicas e estáticas entre burgueses e proletários.

Porém, vale destacar que, ao tratar desse poder relacional, Foucault não nega questões econômicas e de subalternidade que fomentam imposições de barragem e violência, mas aponta que elas não são as únicas maneiras de funcionamento do poder. Sempre presente em um campo agonístico, ou seja, de batalha constante, o poder é a relação que deve sempre ser administrada, pois nunca é encerrada. É evidente que violências sejam produzidas no intuito de manter certo *status quo*, porém não se deve reduzir o poder a elas, pois “ao fundo, ressoa uma batalha, com suas táticas locais, suas estratégias de conjunto, que não procedem, todavia, por totalização, mas por transmissão, concordância, convergência, prolongamento” (Deleuze, 2019, p. 37). Diante dessas percepções, o autor nega a substância destrutiva e negativa do poder para, além disso, o descrever como uma relação produtora de sujeitos, realidades e possibilidades. Portanto, as relações de poder não visam destruir o sujeito, mas sim produzi-lo e fazer incidir nele inúmeras possibilidades, além, é claro, das interdições, que deixam de ser a essência do poder para ser uma dentre suas múltiplas maneiras de afetar.

Esses modos de funcionamento do poder em meio aos indivíduos não são, como já dito, apenas intervenções, mas incluem excitações e provocações que, no intuito de alcançar um objetivo estratégico e não subjetivado, não cessam de agir sobre os indivíduos. Dessa forma, essas relações de poder podem ser descritas como “ações sobre as condutas, sobre as possibilidades de ação dos outros” (Rodrigues, 2021, p. 289), ou seja, formas de conduzir condutas (Foucault, 1995). Porém, vale destacar mais uma vez, que o poder não carrega consigo sentidos universais e atemporais, pois, se, como destacou Nietzsche (2017), todas as práticas humanas e os sentidos a elas atribuídos são consequências do seu próprio espaço-tempo, o modo de incidir sobre tais ações também deverá ser outro a cada nova possibilidade de sujeição desencadeada por devires temporais e geográficos, além das inúmeras outras variáveis que esses elementos afetam. É sob esse *insight* que a liberdade do sujeito, uma condição para a existência das relações de poder, recebe novos contornos na perspectiva foucaultiana.

Se para o poder jurídico-soberano a liberdade é caracterizada como uma fuga, uma exterioridade, Foucault (1995; 2020a; 2021) demonstra que as relações

de poder e suas resistências são inseparáveis, já que se sustentam no campo agonístico em que estão colocadas. Diante desse jogo de forças, o exercício de poder vigente visa manter o domínio dos objetos e dos sujeitos, enquanto as resistências pretendem alterá-lo e, até mesmo, tomar seu lugar de soberano para investir nos sujeitos a partir de outras verdades e lógicas. Com isso, todo sujeito pode afetar com mais ou menos intensidade a ação do outro, a depender das posições em que estão distribuídos no cenário social. Dessa maneira, a liberdade pode ser entendida como as “formas de resistências e reações possíveis às formas de sujeição, de delimitação” (Santos, 2021, p. 309), por isso poder e liberdade são, reciprocamente, alvos de investimento e confronto, não de recusa. Santos (2021) evidencia que, entre essas duas instâncias, não há um traçado linear de liberdade que evolua até o limite do poder, a escapatória, mas uma relação circular onde ambas se reforçam e apoiam-se sempre retornando uma à outra. Por isso, a mesma sociedade que institui relações de poder, também prevê formas de resistir, enfraquecer, minar, redirecionar e torcer ele. É sempre dentro, nunca fora do exercício do poder, que é possível algum exercício de liberdade.

De maneira semelhante ao modo como concebeu as relações entre exercício de poder e práticas de liberdade, Michel Foucault considera a relação entre poder e saber, pois ambos também se sustentam, como sintetiza Machado (2006), ao tratar da empreitada arqueológica de Foucault. Nessa primeira fase, o autor francês se empenhou em demonstrar que não há saberes neutros ou apolíticos, uma vez que o conhecimento, seja ele interpretado como científico ou ideológico, é sempre constituído por sujeitos históricos que não podem ser apartados das inúmeras relações de poder que os constituíram. Portanto, ao invés de advogar em favor de saberes mais verdadeiros ou úteis, ou saberes que poderiam libertar plenamente os sujeitos do exercício do poder, é preciso reconhecer que conhecimento acadêmico ou literatura são saberes. Portanto, “ciência e poesia são, igualmente, saber” (Deleuze, 2019, p. 29, grifo do autor). Com a destituição da possibilidade de um conhecimento neutro ou superior, Machado (2006) aponta que Foucault destrói a ilusão de um saber desinteressado e linear, pois, para o filósofo francês, os saberes não estão apartados dos efeitos do poder, uma vez que há relação constante e mútua entre saber e poder.

Juntos, poder e saber se sustentam e propagam verdades, que dizem respeito a elementos discursivos e não discursivos, não possuindo um *a priori* a ser descoberto ou resgatado, como indica Candiotta (2006). O autor ainda aponta que, em termos foucaultianos, a verdade irrefutável, universal e homogênea se trata de um efeito de verdade, no qual torna útil e válido certas proposições em detrimento de outras para instituir e validar “regras para o governo das pessoas, dividindo-as, examinando-as, adestrando-as, sujeitando-as” (Candiotta, 2006, p. 70). Portanto, o que se entende por verdade é “o conjunto de regras segundo as quais se separa o verdadeiro do falso e se atam ao verdadeiro efeitos específicos de poder” (Foucault, 2016, p. 218). Para a construção da verdade, saber e poder se emaranham e constituem modos de barrar ou promover certas perspectivas, como é o caso da ordem do discurso percebida por Foucault (2014b). Assim, essas vontades de verdade podem constituir quais famílias são as possíveis (Oliveira; Becker, 2018), quais as sexualidades razoáveis (Foucault, 2020a; 2020b), quais gêneros existem e são inteligíveis (Butler, 2003) e inúmeras outras práticas constituídas por mecanismos de poder-saber.

É na esteira da aproximação entre poder e saber e das características descritas até aqui, que Foucault (1995; 2020a; 2021) amplia a compreensão em torno do poder, ou como preferiu chamar, das relações de saber e poder. Em resumo, é possível apresentar tais relações a partir de cinco proposições organizadas por Foucault (2020a): 1) elas emanam de todos os lugares da sociedade de maneira desigual e móvel; 2) são forças produtivas e positivas; 3) se desenvolvem de maneira capilar e os sujeitos não possuem uma posição rígida ou fixa em meio aos outros; 4) apesar de possuir objetivos e interesses, não é possível localizar o sujeito que originou suas intenções; e 5) a liberdade, ou resistência, não é exterior a essas relações, mas sim uma parte do campo agonístico no qual poder e liberdade existem em um confronto contínuo. Portanto, as análises do intelectual francês

não consideram o poder como uma realidade que possua uma natureza, uma essência que ele procuraria definir por suas características universais. Não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente (Machado, 2021, p. 12).

Dessa forma, Foucault (2021) recusa uma teoria do poder e organiza um modo de analisá-lo em seus estudos genealógicos. Rodrigues (2021) salienta que, a partir desses estudos em torno das relações de saber-poder, são descritas históricas tecnologias de poder e suas dinâmicas de funcionamento, tais como o poder soberano, o poder disciplinar, o poder pastoral e o biopoder. Por meio dessas tecnologias, diferentes cenários, verdades e sujeitos são constituídos, por isso se torna inviável a concepção de um sujeito fundamentado em uma metafísica, ou uma vontade de verdade, com a qual ele teria uma dívida eterna e, por isso, dever de retomá-la.

Ferreira Neto (2017) aponta que, nesse cenário de análise de relações de poder e saber, Foucault privilegiou as relações entre sujeito e jogos de verdade dando ênfase nas práticas coercitivas. Porém, continua o autor, no final da década de 1970, o filósofo francês passa a interpretar essas relações de poder não mais diante de uma dinâmica bélica, mas a partir da ordem do governo ou da governamentalidade, que amplifica as análises do filósofo francês e define governo como “uma série de mecanismos e procedimentos destinados a conduzir a conduta de seres humanos” (Lorenzini, 2020, p. 198). Através da problematização do poder em termos de governo, Foucault, como aponta Lorenzini (2020), não evidencia apenas a organização estatal em si, mas toda direção de condutas e dos espaços que elas se desenrolam. Dessa forma, os próprios processos de sujeição e subjetivação se dão diante da constatação de que o indivíduo não é dominado, mas parcialmente governado, o que deixa brechas para uma contra conduta crítica.

Esse poder-governo se organiza e fundamenta-se a partir da verdade, que, para Foucault, como brevemente já dito, não corresponde a um ideal imutável e previamente dado, uma vez que a verdade só é válida (e seguida) quando correspondente aos regimes de verdade presentes na sociedade, que dizem respeito aos

tipos de discurso acolhidos por ela os quais ela faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros ou falsos, a maneira como se sancionam uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para obter a verdade; o *status* dos que têm a tarefa de dizer o que funciona como verdade (Foucault, 2016, p. 217, grifo do autor).

Desta maneira, os regimes de verdade possibilitam e qualificam as verdades reconhecidas na sociedade e tornam possíveis as relações de poder. Em outras palavras, “um regime de verdade é portanto o que constrange os indivíduos a esses

atos de verdade, o que define, determina a forma desses atos e estabelece para esses atos condições de efetivação e efeitos específicos” (Foucault, 2014c, p. 85).

Diante dessa definição, é preciso destacar que o autor não faz coincidir regimes de verdade com uma suposta essência da verdade anterior aos homens e passível de ser descoberta, uma vez que o regime de verdade é a “coercitividade e constrangência do não-verificável” (Foucault, 2014c, p. 87). Isso porque, mesmo diante de evidências, continua o autor, a afirmação de algo como verdadeiro passa, inevitavelmente, pelo reconhecimento e comprometimento do sujeito diante daquilo que é afirmado: isso é verdade, logo eu me inclino. Diante desse “logo”, Foucault (2014c) mostra que não é só o *status* verdadeiro, lógico, que inclina o sujeito a essa verdade, mas também um comprometimento, que não emerge porque o objeto ou o sujeito são lógicos em si, mas porque a lógica só o é diante da construção dela pelos próprios sujeitos que a acionam.

Não é por lógica, porque não é a verdade da proposição que o obriga efetivamente, não é por ser lógica, é porque ele é lógico, ou antes, é na medida em que ele *faz* lógica, porque não é seu estatuto de lógico ou sua qualificação de lógico que faz que ele se incline (ele poderia não ser lógico por profissão, que também se inclinaria), mas é porque ele faz lógica, isto é, porque ele mesmo se constituiu, ou foi convidado a se constituir, como operador num certo número de práticas ou como parceiro num certo tipo de jogo (Foucault, 2014c, p. 89).

Foucault (2016) mostra que, nas sociedades contemporâneas, essa economia política da verdade corresponde a certas características. Primeiro, o autor nota que a verdade é cerceada pelos discursos científicos e as instituições que os formulam. Depois, ele afirma que ela sempre é incitada, devido ao seu valor para produção econômica e política da sociedade. Além disso, a verdade é difundida e consumida em larga escala, como é possível notar através dos aparelhos de educação e de informação. Ademais, a produção e a transmissão da verdade passam pelo controle de grandes aparelhos políticos ou econômicos, como as universidades, o exército e as mídias, mas esse controle não é exclusivo, é sempre parcial. Por fim, o autor destaca que em debates políticos e confrontos sociais é a verdade que está em questão, portanto, é pelo domínio da verdade, possível de separar o verdadeiro do falso, que lutam os atores sociais.

Entre poder-governo e saber-verdade está o sujeito, que nunca estará completamente livre dessas dimensões, o que não quer dizer que ele não tenha possibilidade de ação em meio a essas relações. Para demonstrar essa

possibilidade de práticas de liberdade diante de imperativos e constrangimentos, o Foucault (2010) retoma a ideia do cuidado de si. O autor define cuidado de si como “uma atitude - para consigo, para os outros, para com o mundo” (Foucault, 2010, p. 11), uma vez que não se trata de um ato a parte dos imperativos colocados para os indivíduos, mas um tratamento individualizado, apesar de em relação com o outro, do que é posto por esses jogos de poder-governo, portanto “um certo modo de encarar as coisas, de estar no mundo, de praticar ações, de ter relações com o outro” (Foucault, 2010, p. 11), pois somente aquele que governa a si mesmo pode conduzir o outro. Essa ação de si para com o mundo e o os outros exige um olhar que se converte de fora para dentro, ou seja, “o cuidado de si implica uma certa maneira de estar atento ao que se pensa e ao que se passa no pensamento” (Foucault, 2010, p. 12), portanto, um saber de si. No entanto, não se trata apenas de um exercício mental, uma vez que esse cuidado exige também técnicas de si, “ações que são exercidas de si para consigo, ações pelas quais nos assumimos, nos modificamos, nos purificamos, nos transformamos e nos transfiguramos” (Foucault, 2010, p. 12)

Tendo em vista a noção de cuidado de si, é possível compreendê-la como um movimento do indivíduo de se apresentar no mundo no contexto das relações de poder e saber que lhe são postas. Assim, não se trata de uma ação apartada, e por isso livre de relações de poder, mas uma atitude crítica diante das relações de poder que tornam possíveis não só as possibilidades impostas, mas também a abertura para outros modos de existência não previstos antes. Porém, vale destacar que o cuidado de si, essa atitude crítica, não equivale a uma descoberta de um modo ideal de existir que estava à espera do sujeito, mas sim uma ação criativa diante da realidade composta e atravessada pelos jogos de poder e pelos regimes de verdade que circulam entre os espaços que os indivíduos habitam.

Essa possibilidade de ação do indivíduo reafirma o poder não como uma imposição que não deixaria espaço para a ação, mas como um jogo que se sustenta diante de saberes constituídos a partir de regimes de verdade nem sempre verificáveis, mas, mesmo assim, acionados por aqueles que se encontram no embate pelo poder e, conseqüentemente, pela verdade. Dessa forma, essa expansão da concepção de poder, desenvolvida pelo intelectual francês, não só contribuiu para a formação de um novo e diferente modo de observar as relações

em sociedade, mas também fomentou a discussão em torno do sujeito substancial, elemento anteriormente criticado por Nietzsche (2017).

Paschoal (2018) afirma que a ideia de um sujeito substancial é germinada na concepção platônica do sujeito como conhecedor neutro e apartado de suas ações no mundo. Porém, o sujeito metafísico, universal e soberano, criticado por Nietzsche, é fruto da Idade Moderna, período em que Descartes e Kant centraram a razão do homem como fonte de produção do conhecimento verdadeiro, como apontam Santos e Pereira (2020). Esses comentadores destacam que as críticas de Nietzsche a esse sujeito pré-existente decorriam da vontade de verdade, e também da vontade de poder, atrelada à ideia de um sujeito original, constituído em si mesmo, recortado do mundo em que o precedeu e no qual passa a viver.

Dessa forma, Nietzsche não pretende afirmar a inexistência do sujeito, mas a irreabilidade de uma essência que pode retomar a substância metafísica, neutra, objetiva e verdadeira da humanidade. Essa contraposição do autor “se dirige àquela concepção que compreende o sujeito como uma unidade autônoma, capaz de conhecer a si mesmo e o mundo ao seu redor e de tomar decisões e agir livremente nesse mundo” (Paschoal, 2018, p. 97). Portanto, ao recusar a essência humana, o filósofo alemão “nega o platonismo e o cristianismo (acrescente-se a estes dois o cartesianismo), desvinculando-se da ilusão e da cegueira racionalista e religiosa” (Santos; Pereira, 2020, p. 388).

Os escritos do filósofo alemão não só constituíram críticas em torno da noção dominante de sujeito, mas também propuseram uma outra perspectiva sobre essa ideia. Paschoal (2018) aponta que Nietzsche tratou o sujeito “como uma pluralidade fluída” (Paschoal, 2018, p. 107), ou seja, diverso, oscilante e provisório, pois o sujeito só pode ser percebido diante da organização histórica e geográfica no qual está localizado. Dois pontos dessa noção de sujeito chamam a atenção de Paschoal (2018): primeiro, que os diversos fatores que o constituem não são todos conscientemente assimilados por ele e, segundo, que esse sujeito é afetado por um passado que persiste no presente em que vive.

É nesse jogo de afetação e elaboração de si que a ideia de sujeito é acionada aqui. Porém, vale ressaltar que não se trata de uma sujeição passiva, mas um exercício constante e ativo de assimilações e exclusões, ou seja, um indivíduo “que reconhece e demarca a sua posição no jogo em que está inserido” (Paschoal, 2018,

p. 112), portanto, o sujeito enquanto produto e produtor de uma dada realidade que está em constante movimento devido aos jogos de poder que nela se relacionam. É diante dessa concepção de sujeito que Nietzsche recusa “todo um sistema de pensamento sustentado por imutabilidade do ser e da vontade” (Santos; Pereira, 2020, p. 387) para sustentar a perspectiva de um sujeito que pode ser localizado diante dos jogos de verdade presentes no tempo e no espaço que vive.

A partir disso, muitas discussões sobre o sujeito constituem o campo dos estudos pós-estruturalistas, como é possível observar nas obras de Foucault (1981; 1995; 2004; 2008; 2013; 2014a; 2014b; 2016; 2019; 2020a; 2020b; 2021), Butler (2003; 2017) e Deleuze (2015; 2019), além de suas obras em coautoria com Guattari (1995; 2011). Aguiar e Gonçalves (2017) indicam que os autores dessa escola desestabilizaram a ideia de um sujeito universal e racional e, com isso, descentraram o sujeito, ou seja, o sujeito não é dono de si, pois está em um jogo de afetação, onde afeta e é afetado constantemente. Assim, o pós-estruturalismo compreende os sujeitos a partir de múltiplos vetores que agem com e sobre eles, levando em conta não só o contexto no qual estão inseridos, mas também observando as ações desses sujeitos diante do mundo em que vivem. É o que as autoras, Aguiar e Gonçalves (2017), chamam de uma concepção bio-psico-histórica-social-cultural do sujeito.

Para os autores dessa tradição o sujeito é “multifacetado, produzido em meio a relações desiguais e móveis, as quais circunscrevem uma possível alteridade” (Uberti, 2006, p. 98). A autora ainda indica que, nessa perspectiva, são criticadas as ideias que buscam fixar o sujeito a partir de um molde pré-estabelecido e organizado binariamente, portanto, esses estudos, não suprimem a ambiguidade que compõe os sujeitos, mas a levam em consideração, já que ela compõe o processo de racionalização do mundo constituído pelo sujeito. O sujeito pensado nessa perspectiva “é constituído por múltiplas identidades e não mais caracterizado de acordo com os padrões heteronormativos” (Casali; Gonçalves, 2018, p. 90), quando observamos especificamente a sexualidade humana.

Tendo em mente a concepção de poder de Foucault (1995; 2020a; 2021) e as proposições acerca do sujeito desenvolvidas por Nietzsche (2017), cabe, por fim, apresentar o cruzamento dessas perspectivas feito por Butler (2003; 2017) para descrever como ocorrem os processos de subjetivação (Foucault, 2020b) através

das relações de poder. Para Furlin (2013), a autora se apropria da “perspectiva foucaultiana de que o discurso é constitutivo, produtivo e performativo de subjetividades generalizadas e de práticas sociais” (Furlin, 2013, p. 396), levando em consideração não só a condição de subordinado do sujeito, mas também seus atos de resistência dentro do campo das relações de poder.

A partir das já discutidas formulações foucaultianas sobre relações de poder, Butler (2017) visa descrever como ocorrem os processos de sujeição entre sujeito e poder. Para a autora norte-americana, o poder como modo de sujeição é paradoxal, pois ele

não é apenas aquilo a que nos opomos, mas também, e de modo bem marcado, aquilo de que dependemos para existir e que abrigamos e preservamos nos seres que somos. (...) A sujeição consiste precisamente nessa dependência fundamental de um discurso que nunca escolhemos, mas que, paradoxalmente, inicia e sustenta nossa ação (Butler, 2017, p. 10).

Portanto, sujeição não significa apenas estar externamente subordinado às relações de poder, mas também é o processo interno pelo qual o indivíduo se organiza para se tornar sujeito. Nesta perspectiva, não há poder que não implique sujeitos, assim como não há sujeitos que não deixem rastros de poder, pois, por mais que o poder apareça inicialmente como externo, ele “assume uma forma psíquica que constitui a identidade pessoal do sujeito” (Butler, 2017, p. 11), que toma essas intercepções do poder de bom grado e como inerentemente seu, tal qual uma substância que preexiste e sem a qual o sujeito não seria ele mesmo. Diante dessa constatação, em sua tentativa de aproximar o pensamento pós-estruturalista e os estudos psicanalíticos, a autora aponta que esse apego do sujeito à subordinação se explicaria através da dependência desenvolvida na infância, quando as crianças dependem mais de seus responsáveis. A partir desse primário apego apaixonado, a subjetividade do indivíduo fica “vulnerável à subordinação e à exploração” (Butler, 2017, p. 15).

Demetri e Toneli (2017) observam que esse contato familiar indicado pela autora, o cuidado que todo ser humano exige nos primeiros anos de vida, tornam o sujeito vulnerável a processos linguísticos de um outro, que, mais do que ser refutado ou aceito, afeta o sujeito e seus modos de existir. Portanto, o sujeito é explorado por essas relações de poder, que não só barram práticas, mas também excitam e provocam modos de ser no sujeito recém exposto a linhas de penetração

infinita, ou seja, vigilâncias constantes, armadilhas de confissão e discursos corretivos distribuídos em diferentes processos de socialização, como apontou Foucault (2020a) ao observar a participação dos pais e pedagogos na caça às crianças masturbadoras.

Vale destacar que essa sujeição, nunca totalmente perceptível para o sujeito, não se desenvolve só através da aceitação e apropriação dessas ideias, mas também da recusa vinda com o passar do tempo, uma negação parcial, ou seja, um confronto com essa dependência primária que organiza a vida humana. É o que a autora estadunidense chama de sujeito ao poder, quando o indivíduo é assujeitado pelo poder, e sujeito de poder, quando o próprio indivíduo se impõe diante das relações de poder e o exerce (Butler, 2017). Diante disso, a autora demonstra que o poder não só é exercido sobre o sujeito, mas também é assumido por ele, o que não equivale dizer que são o mesmo tipo de relação, já que há uma descontinuidade entre o que efetiva o poder e as possibilidades que ele assume, e nem que o poder é detido, já que ele é exercido nas relações quando o indivíduo assume determinada posição social. O poder assumido, evidentemente, carrega as condições de seu proponente, mas se volta contra ele no mesmo instante, é uma ambivalência, como afirma a autora. Isso ocorre porque a força que o poder exerce não é totalizante, ela deixa espaço para ação do sujeito, inclusive para o movimento contrário a esse poder, como indicou Foucault (2020a) ao afirmar que onde há poder sempre há resistência.

Essa leitura dos escritos foucaultianos desenvolvida por Butler (2017) evidencia mais ainda a qualidade produtiva do poder-saber. A autora estadunidense aponta o poder como o elemento que proporciona a própria vida do sujeito, pois é ele que organiza o mundo a ser vivido, é ele o próprio sentido da vida, sempre mutável, nunca dado e muito menos acabado. Vale ressaltar que isso não quer dizer que há um poder intacto ou anterior ao sujeito, assim como também não há sujeito anterior a ele, pois “o poder nunca é apenas uma condição externa ou anterior ao sujeito nem pode ser identificado exclusivamente com o sujeito” (Butler, 2017, p. 24). Desse modo, sujeito e poder constituem uma relação de codependência sem exigir que nenhum dos dois tenham uma forma previamente estabelecida ou que um preceda o outro. Já que se afetam e constituem-se em um jogo agonístico de

constante movimento, não há uma estrutura ou um sujeito acabado, mas o campo no qual o devir de ambos se estende.

Em sua leitura sobre as proposições da autora sobre o sujeito, Furlin (2013) sintetiza a ideia do sujeito butleriano como “performativo, ou seja, uma produção ritualizada, uma reiteração ritual de normas, que não o determinam totalmente” (Furlin, 2013, p. 397). Segundo o autor, essa concepção torna possível o agenciamento, esse modo de assumir o poder que a autora atribui ao sujeito, ou seja, a capacidade de subverter o poder no qual está submetido desde seu surgimento no mundo. O objeto desse agenciamento, desse vir a ser sujeito, é o próprio corpo, uma vez que ele é o ponto de encontro das relações de poder e saber com os processos de subjetivação. É no corpo que possibilidades

são interditas enquanto outras são incentivadas. Antes de qualquer coisa, o exercício do poder - que pensamos na produção de sujeitos - é o governo das possibilidades do corpo, o enquadramento que seleciona algumas possibilidades para que sejam as possibilidades desse corpo (Souza, 2021, p. 172).

Isso porque o corpo não é apenas um meio, pois, como indica Butler (2003), ele mesmo é um produto histórico e político organizado e difundido socialmente, dotado de qualidades e utilidades, já que “só ganha significado no discurso no contexto das relações de poder” (Butler, 2003, p. 137). É sempre o corpo o objeto do poder e é ele quem paga o preço da sujeição, é ele o marcado e destruído pela história, como também mostra Foucault (2020a).

Tal como fez Butler (2003; 2017), vale retomar as observações de Foucault (2014a) sobre a questão do corpo. Segundo o autor francês, na Época Clássica foram desenvolvidos inúmeros dispositivos disciplinares em torno do corpo, o principal alvo dessas relações de poder. Diante dessa constatação, o autor descreve uma tecnologia política do corpo: o investimento econômico e político do corpo, o qual não se efetua apenas através da violência física, do castigo ou do suplício, mas também a partir de uma rede produtiva de forças sociais, no qual poder e saber estão intimamente imbricados.

Dado o corpo como um elemento crucial para o agenciamento entre poder-saber e os processos de subjetivação, Foucault (2014a) aponta que o corpo é investido de dois modos. Primeiro, economicamente através de sua força de produção, assim afetando a materialidade do corpo, a própria carne, os movimentos, posições e ocupações dessa matéria tangível, e, segundo, sob um viés político, por

meio da dependência de um sistema de sujeição inerente ao sujeito que investe na alma, não no sentido cristão da palavra, mas enquanto consciência, como evidenciou Butler (2017) ao abordar a vida psíquica do poder.

A importância atribuída à questão do corpo parte da filosofia estóica, que permite reconhecer inúmeras coisas como corpos, não apenas o humano, mas os inúmeros corpos "estoicos" que constituem relações. Assim, nesta perspectiva, tudo é corpo, inclusive os corpos falantes, humanos, que serão considerados para esta pesquisa. Desse modo, é importante destacar as distinções das coisas, conforme mobilizadas por autores inspirados no estoicismo. Segundo Temple (2013), o estoicismo tem duas categorias para trabalhar essa temática: a ideia de corpo e, atrelado a ele, os elementos incorpóreos. Para o estoicos, corpo é tudo aquilo que afeta e pode ser afetado, é, em suma, toda materialidade, por isso não só o corpo humano, mas as diversas tangencialidades do mundo. Enquanto os incorpóreos, seria tudo aquilo que é sobreposto ou atribuído às superfícies dos corpos, então não se trata de uma substância que funda, retoma ou descobre uma essência para o corpo, mas algo que dá-lhe sentido, o movimenta e o organiza diante e através do mundo, ou seja, o próprio acontecimento, a emergência de uma sequência de agenciamentos que conduz a vida provisoriamente.

Deleuze (2015), ao também evidenciar essa dualidade estóica, observa que os incorpóreos são resultados das misturas entre os corpos, verdadeiros efeitos manifestos que desempenham papéis no mundo. Para o autor, essa visão dos estoicos sobre os efeitos de superfície desmantela a perspectiva de uma essência estática da humanidade e coloca em evidência as qualidades atribuídas ao corpo como distribuídas e em constante movimento. Foucault (2013) também localiza o corpo no mundo, sem o qual ele não seria nada, pois o corpo só ganha sentido através dos processos de sujeição pelos quais ele se constitui, seja aderindo ou recusando essas afetações incorpóreas. O corpo não o é por si só, pois só pode ser através dos jogos de poder-saber que o constituem como um corpo humano dotado de qualidades atribuídas desde a primeira infância, tal como percebe Foucault (2013; 2014a; 2020a) e Butler (2003; 2017).

Tendo em vista as noções de poder-saber, sujeito e corpo apresentadas aqui, é possível afirmar que o corpo é o alvo concreto do poder, objeto de saber e substância ética para subjetivação. Nele são investidos esforços e também é onde

são distribuídos os incorpóreos, que, segundo Deleuze (2015) e Temple (2013), são efeitos da linguagem e, aqui, da comunicação também, como veremos no tópico seguinte. É nesse investimento, simultaneamente opressivo e produtivo, que se forma um sujeito nunca dado e acabado, tal qual as relações de saber-poder que o produz. O que há é o sujeito sempre em devir, um corpo sempre afetando outros corpos.

3. 2. Comunicação e linguagem⁴

Agora, em vista de agregar à dinâmica entre saber e poder os processos linguísticos postos em circulação pelas relações comunicacionais, é aproximado o pensamento foucaultiano das discussões em torno da comunicação e da linguística, apesar da explícita falta de interesse de Michel Foucault pela temática da comunicação. Para isso, parece proveitoso retomar e discutir o breve momento no qual o autor aproxima o processo comunicacional de suas considerações sobre as relações de saber e poder. Ao tratar das relações de comunicação, Foucault (1995) afirma que a comunicação é sempre uma maneira de agir sobre o outro por meio dos sistemas de signos. Isso cria um vínculo de codependência entre relação de poder e relação comunicacional, já que relações de poder dizem respeito ao modo de agir sobre outro, enquanto a comunicação faria circular esses modos através dos signos. Portanto, parece não haver poder sem o exercício da comunicação, assim como o inverso parece improvável também.

Nessa aproximação entre comunicação e poder, a comunicação pode ser compreendida enquanto processo social de produção de sentido, já que o autor não limita a comunicação às empirias técnicas que os estudos comunicacionais nomearam de meios de comunicação. Assim, é possível abordar a comunicação não só a partir dos *mass media*, como direciona alguns estudos em torno da comunicação, mas também diante de diferentes processos comunicacionais que se valem de variados suportes, como uma conversa informal, as cartas enviadas, as notícias disponíveis na internet, os outdoors à vista dos que passam por rodovias, as aulas proferidas em instituições de ensino, os pôsteres nos corredores do metrô, as

⁴ Discussão apresentada em: SANTOS, L. de F.; COSTA, D. P. da; GOMES, S. H. de A. Do efeito dos meios às palavras de ordem. In: BORGES, R. M. R.; CORDEIRO, D. F. (ed.). **XVII Seminário Internacional de Mídia, Cultura, Cidadania e Informação**. Goiânia, 2023a. v. 17, p. 664 – 684. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1072/o/ANAIS_ELETRONICOS_XVII_SEMIC_III_SEMI_JOVEM.pdf?1707507241. Acesso em: 10 maio 2024.

publicações acadêmicas, as reverberações científicas e outras inúmeras possibilidades. Por meio desses diferentes instrumentos contingenciais e contextuais, trata-se em suma de ações que permitem conduzir condutas por meio da produção de sentido em diferentes sistemas de mediação.

Tendo em mente esse imbricamento entre relações comunicacionais e relações de poder, é possível afirmar que os sistemas de signos, além dos próprios meios de fazer circular as palavras, também dimensionam o mundo. Próxima dessa ideia, Gomes (2003a) aponta ser cabível tratar a realidade como construída pela e na linguagem, que, por sua vez, não é dada *a priori* por forças metafísicas. Dessa maneira, levada em conta essa relação entre comunicação e sistemas de signos, o que é comunicado também é produzido, portanto não é um ato apartado da sociedade, mas sempre constituído na realidade e constituinte de mundos, como indica Cordeiro (2007). Porém, apesar de evidenciar a comunicação a partir dessa mesma lógica não determinista, Ferraz (2013) aponta que produzir sentido também é um gesto de apropriação violenta, pois, ao mesmo tempo que é capaz de agrupar, sintetizar e dar sentido, como indicado anteriormente, igualmente separa, generaliza e exclui outras possibilidades de significação. De maneira semelhante, Orlandi (1995) afirma que a produção de sentido pela linguagem é um adestramento funcional e segmentado das realidades possíveis para signos calculáveis.

É no intervalo entre produção e reprodução que Deleuze, como aponta Araujo (2020) em seus estudos sobre a questão comunicacional nas obras do filósofo, afirma a comunicação como uma relação necessária para a produção de diferenças, ao mesmo tempo que reproduz identidades. Dessa forma, nos processos comunicacionais há, intrinsecamente, exclusão e repetição de alguns sentidos em detrimento de outros e, ao mesmo tempo, espaço para a alteridade e, por isso, reterritorialização. Ao também descrever essa dinâmica, Caiafa (2004) aponta que essas constâncias e variações não se opõem, mas coexistem, o que remete a máxima, afirmada por Foucault (2020a), de que poder e resistência ocupam o mesmo espaço.

Dessa maneira, pelo fato da linguagem ser um fenômeno social em constante repetição e transformação, regularidade e descontinuidade, a verdade de um discurso não se dá internamente nele, mas na adesão social, pois é só entre, através e para os sujeitos de uma linguagem que os signos significam, como aponta

Martins (1998). Quando se pensa no início de uma língua, por exemplo, é humanamente impossível retomar puramente seu início em decorrência do que foi perdido pelo tempo. É por isso que Gimbo (2016) aponta que tal sistema não pode mais ser recuperado enquanto origem da verdade e nem ponto de definição da essência humana, pois as gêneses da linguagem encontram-se inconscientes e perdidas.

Trata-se, portanto, da recusa da linguagem como estrutura e o reconhecimento dela enquanto ato de fala, ou seja, uma “linguagem em ação, na qual dizer é, antes de tudo, fazer” (Vasconcelos, 2021, p. 6). Assim, não é possível verbalizar sem agir sobre o outro ou se referenciar a algo. É nesta perspectiva que o sujeito ganha espaço como agente de comunicação, e que, simultaneamente, é produto e produtor da realidade na qual se vive. Assim, o sujeito é, ao mesmo tempo, aquele que constrói o mundo no qual vive e quem apresenta formas de intervir nele, apesar de o mundo preceder o nascimento do indivíduo e, portanto, o produzir também. Entre o mundo e o sujeito há relações de poder em disputa, há um jogo agonístico. É por isso que a comunicação, através dessa perspectiva semiológica, se apresenta mais como um mapa de possibilidades e decisões do que como um decalque determinista encontrado pronto no mundo.

Essa perspectiva contribui com a suspensão de tendências essencialistas sobre o mundo, já que desnaturaliza a relação entre as palavras e as coisas para operar com uma linguagem que não está apartada dos fatores extralinguísticos como se por si só bastasse. É no convívio entre os indivíduos que as palavras e as coisas, os incorpóreos e os corpos, se sobrepõem ganhando sentido, pois não há nada no mundo que não tenha sido localizado a partir de um sistema de signos socialmente constituído.

É nessa interseção entre campo linguístico e o extralinguístico que Foucault (2008) localiza o enunciado, que não é perceptível apenas pelo significante, mas sim pela aproximação do nível linguístico com o nível material. “Enunciados não são frases, mas a linguagem recortada pelo que não é linguagem, pelas práticas sociais, instituições, etc.” (Caiafa, 2004, p. 49). A partir dos enunciados, é possível não só legitimar, ou não, determinados usos das palavras e seus sistemas, mas também constituir campos de emergência e delimitação para objetos e relações, aponta Vasconcelos (2021).

Essas legitimações são constituídas a partir do que Nietzsche (2012) chamou de um pensar consciente. Isso suprime toda a diversidade e conflito das emergências dos signos comunicacionais para constituir um uno inteligível e substancial, que, em tese, seria capaz de revelar a própria origem da consciência. Porém, como defende Nietzsche (2017), esse desejo universalizante só favorece a superficialização da consciência, pois, a partir de uma perspectiva puramente metafísica, não se percebe que ser consciente só é possível enquanto um agir em devir, nada pronto de início ou dado por encerrado.

Próximo disso, Cordeiro (2007) evidencia que a enunciação é intrinsecamente social, pois é a ordem do discurso que determina condições de enunciação e significação. Ou seja, todo enunciado remete a pressupostos e, a partir desses, produz outros, que, assim como os anteriores, correspondem aos regimes políticos de uma determinada sociedade, afirma Caiafa (2004). É através dessas inúmeras vozes que antecedem e sobrepõem o locutor que o significado de um enunciado pode ser descrito, aponta Martins (1998).

Qualquer enunciado se encontra assim especificado: não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo, onde tem sua participação, por ligeira e ínfima que seja. (...) Não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistências, efeitos de série e de sucessão, uma distribuição de funções e de papéis (Foucault, 2004, p. 112).

Dessa maneira, um enunciado não só aponta para pontos de atrito entre as coisas, pois “significa mais do que o literal expresso” (Souza; Rodrigues, 2010, p. 2), mas também torna possível a linguagem e é, ao mesmo tempo, uma palavra de ordem, como aponta Deleuze e Guattari (1995). A palavra de ordem é uma lei que relaciona e diferencia os signos, ou seja, agrupa diferentes enunciados, organiza as enunciações e suas funções enunciativas a partir das relações humanas e das relações de poder que delas derivam. É a relação das palavras com pressupostos socialmente implícitos que fomenta comandos prescritivos a partir da linguagem, explica Vasconcelos (2021). Portanto, há algo na linguagem agindo sobre os outros, mesmo que sem intenção direta dos interlocutores, pois isso se dá no próprio funcionamento dela.

Chamamos palavras de ordem não uma categoria particular de enunciados explícitos (por exemplo, no imperativo), mas a relação de qualquer palavra ou de qualquer enunciado com pressupostos implícitos, ou seja, com atos de fala que se realizam no enunciado, e que podem se realizar apenas nele. As palavras de ordem não remetem, então, somente aos comandos, mas a todos os atos que estão ligados aos enunciados por uma "obrigação social". Não existe enunciado que não apresente esse vínculo, direta ou indiretamente. Uma pergunta, uma promessa, são palavras de ordem. A linguagem só pode ser definida pelo conjunto das palavras de ordem, pressupostos implícitos ou atos de fala que percorrem uma língua em um dado momento (Deleuze; Guattari, 1995, p. 15).

Para Gomes (2003a), as palavras de ordem modelam os sujeitos e determinam as realidades possíveis e impossíveis, porém elas apenas estimulam o outro, não o comanda, pois não transmitem de forma equiparada os sentidos, já que, como aponta Gimbo (2016), não há correspondência entre as mentes e as palavras. Portanto, efetiva na organização das relações sociais, a palavra de ordem é intrínseca à linguagem, faz parte do seu aspecto repetitivo, como indica Caiafa (2004), já que sempre remete a um pressuposto implícito, e “determina a legitimidade e a aceitabilidade de um discurso” (Martins, 1998, p. 11).

Vasconcelos (2021) declara que toda comunicação é afetada pela palavra de ordem, pois, mesmo que involuntariamente, determina para os interlocutores o que deve ser pensado e retido, por mais que não sejam proferidos imperativos. O autor destaca que na comunicação não há primeiro troca de informação, enquanto conhecimento que se torna comum, mas comandos socialmente organizados que se efetuem no ato de fala. Desta maneira, para Vasconcelos (2021), linguagem e comunicação são propagações de palavras de ordem, já informação, segundo Cordeiro (2007), seria o sistema controlado de palavras de ordem que circulam numa determinada sociedade. Gomes (2003a) reforça isso ao apontar que, em suas respectivas esferas, a linguagem, a comunicação e a informação ordenam, educam, disciplinam e controlam o que é cabível e inteligível.

Desta maneira, comunicar através de signos é “produzir e efetivar processos de exclusão, organização e controle do corpo social” (Gimbo, 2016, p. 153). É nesse jogo de constituição de realidades e sujeitos que as relações comunicacionais podem implicar relações de poder e saber, pois Foucault (1995) reconhece que comunicação e poder “estão sempre imbricados uns nos outros, apoiando-se reciprocamente e servindo-se mutuamente de instrumento” (Foucault, 1995, p. 241). A partir disso, é possível inferir que toda relação de poder exige uma relação de

comunicação e que toda relação de comunicação faz emergir uma relação de poder. Portanto, a comunicação, suas informações e seus meios integram os mecanismos de poder na sociedade. É nesta perspectiva que, aqui, parece viável uma interpretação pós-estruturalista do campo da comunicação. Uma alternativa que não pressupõe o sujeito, menos ainda o entende como causa, ou simplesmente apenas um efeito dos meios de comunicação; mas o reconhece como múltiplo, descentrado, efêmero, incompleto, ou seja, efeito-instrumento dos dispositivos comunicacionais e vice-versa.

Alinhada com essa concepção de poder-saber foucaultiano, Gomes (2003b) afirma que a linguagem e, conseqüentemente, a comunicação funcionam “como um mapa, quadriculando o mundo em eixos de latitude e longitude. É assim no aprendizado dual que ela nos propõe entre masculino e feminino, ou sujeito e objeto, um quadro de oposições fazendo o recorte da paisagem” (Gomes, 2003b, p. 56). A autora ainda afirma que, nesse processo de conhecer o mundo e se localizar através da linguagem, o que implica em comunicação verbal e não verbal, “nunca temos um elemento que signifique por si, ele só se coloca em significância por oposição e sua significância se determina somente em relação a outro” (Gomes, 2003b, p. 26).

É próximo dessa concepção produtiva do poder, da linguagem e da comunicação que, segundo Araujo (2020), Deleuze defende “uma comunicação pautada pela diferença e disjunção de um ponto de vista ontológico” (Araujo, 2020, p. 24). Fugindo da ideia transcendental da comunicação e suas representações, esta pesquisa pretende valorizar o potencial construtivo da comunicação ao mesmo tempo que critica a intenção universalizante de algumas comunicações ao longo da vida de homens homossexuais, como é o caso do discurso determinista. É na mistura entre a proposição foucaultiana de comunicação e a proposta de comunicação deleuziana, organizada por Araujo (2020), que a comunicação “torna possível o novo: é a partir da relação entre diferenças, entre heterogêneos, que a criação se produz” (Araujo, 2020). Dessa maneira, é possível observar alguns efeitos das relações comunicacionais e de poder-saber na distribuição de sujeitos e suas experiências em sociedade, como veremos em mais detalhes no tópico seguinte a partir da sexualidade.

3. 3. Sexualidade e homossexualidade⁵

Levando em conta os autores e informações que serão apresentados a seguir, parece que a aproximação entre as instituições científicas de comunicação e os estudos sobre sexualidade foi lenta e ainda está em consolidação. Apesar da temática sexualidade poder aparecer diluída em trabalhos dispersos em diferentes agrupamentos, como é o caso dos estudos sobre cidadania, nos dois principais eventos sobre comunicação no Brasil, os grupos voltados especificamente para a apresentação de trabalhos com essa temática aparecem tardiamente. No encontro anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS), que ocorre desde 1992, só foi implementado o eixo temático “comunicação, gênero e sexualidade” em 2019, na vigésima oitava edição do evento. No Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (INTERCOM), realizado desde 1977, o primeiro eixo temática que de modo mais explícito pareceu estar aberto às questões sobre a sexualidade surgiu em 2018, o “GP Estéticas, Políticas do Corpo e Gênero”, além dele, em 2022, foi adicionado o “GP Comunicação, Alteridade e Diversidade”. Já no Seminário Internacional de Mídia, Cultura, Cidadania e Informação (Semic), organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal de Goiás (UFG), no “GT Corpo, Gênero e Subjetividade”, a temática ganhou evidência mais cedo, em 2009. Apesar das discussões, é curioso notar que na maioria desses títulos a palavra “sexualidade” não aparece.

Além dessa tardia inclusão da temática sexualidade nesses eventos científicos dos estudos comunicacionais, é possível observar o baixo interesse nessa temática nos próprios pós-graduandos do campo. Segundo os dados levantados por Tomazetti (2019), foram defendidas 13.265 pesquisas de mestrado e doutorado no campo da comunicação entre 1972 e 2015, dos quais apenas 62 abordaram problemáticas sobre sexualidades destoantes da normatividade. Até a década de 2000, foram defendidos apenas 4 trabalhos sobre sexualidades divergentes, porém, a partir da virada do milênio, o interesse por essa temática

⁵ Parte dessa discussão foi iniciada em: SANTOS, L. de F.; COSTA, D. P. da; GOMES, S. H. de A. Poder e resistência na invenção midiática da homossexualidade no Brasil. **Afluente: Revista de Letras e Linguística**, Bacabal, v. 8, n. 23, p. 253 – 276, Junho 2023. Disponível em: <https://periodicos.eletronicos.ufma.br/index.php/afluente/article/view/21505>. Acesso em: 29 jun 2023.

aumentou, já que entre os anos 2000 e 2015 foram feitas 58 pesquisas com esse tema.

Diante desses dados quantitativos, Tomazetti (2019) tece uma crítica que vale a pena ser retomada para ser acionada como fio condutor da lógica teórica que constrói este trabalho. Para o autor, apesar desses trabalhos acionarem categorias teóricas a partir de autoras pós-estruturalistas, como Butler e Scott, há certa descontinuidade com as ideias propostas por essas teóricas e o uso delas nessas pesquisas. Isso ocorre porque os acionamentos teóricos dessas “reflexões não estão somadas às questões metodológicas e até mesmo epistemológicas, na configuração de um olhar para o universo empírico das pesquisas. Com alguns casos divergentes, elas são apropriadas com certa descontinuidade e fragmentação na interpretação dos dados e, até mesmo, na análise dos resultados” (Tomazetti, 2019, p. 182). Isso resulta em um tratamento das ideias de gêneros e sexualidades como categorias identitárias essencialistas - uma grave incongruência teórica se tomado o pós-estruturalismo como base para essa discussão. Portanto, tendo em mente essas críticas feitas por Tomazetti (2019) e os riscos assumidos por esse tipo de pesquisa, cabe abordar quais as duas perspectivas pela qual a sexualidade é comumente tratada e qual este trabalho pretende se filiar.

Quinalha (2022) indica, em geral, a existência de duas abordagens em torno da sexualidade, a essencialista e a construcionista. A perspectiva essencialista desenvolve a ideia de que as sexualidades seriam uma categoria inata à humanidade e dissociada das condições históricas e sociais no qual as pessoas estão expostas, portanto imutável e permanente tanto no que diz respeito ao seu sentido quanto ao modo de se apresentar na realidade. Quinalha (2022) afirma que essa perspectiva contribuiu para algumas conquistas políticas para o movimento das sexualidades não consonantes com a heterossexualidade, como a organização de uma hereditariedade que permite a luta por direitos civis sob a justificativa da constante existência e, portanto, naturalidade dessas práticas sexuais.

Porém, Quinalha (2022) também indica alguns prejuízos que devem ser levados em consideração. O autor aponta a característica a-histórica dessa linha de interpretação, pois, mesmo com os inúmeros registros de diferentes formas de expressão da prática sexual entre homens, essa visão apaga as diferenças em detrimento de uma continuidade supostamente estável. Isso resulta em um

anacronismo em torno das práticas homossexuais, por exemplo, que, como demonstra Foucault (2020a; 2020b), não podem ser tratadas como sempre a mesma ao longa da história da humanidade, porque os contextos, motivações e sujeições eram completamente diferentes, resultando em modos distintos de praticar e ser o sujeito dessas ações, além de até mesmo as nomeações serem outras.

Para além das problemáticas descritas por Quinalha (2022), é possível observar a inerente normatividade dessa percepção. Pois, apesar de não ser objetivo dessa lógica centrar um modo ideal de ser e praticar as sexualidades divergentes da heteronormatividade, está implícita na sua lógica um modelo resgatado historicamente a ser seguido e propagado. Desta maneira, podem ser reproduzidas entre os integrantes desses grupos divergentes, como é o caso das comunidades gays ou lésbicas, a mesma violência que o ideal heterossexual inflige nelas, já que alguns modos de expressão dessas sexualidades podem ser vistos como desviantes da norma instituída por uma tal hereditariedade. Isso resulta em problemas políticos como o enfraquecimento da luta por direitos que garantiriam uma qualidade melhor de vida a essas pessoas em detrimento de discussões de quem viveria, ou não, da maneira correta. Isso é notável em aplicativos de relacionamento para homens que fazem sexo com outros homens quando observado a supervalorização de ideais heterocentrados como a exacerbação da masculinidade ideal.

Como uma alternativa a essa primeira perspectiva, Quinalha (2022) apresenta a abordagem construcionista, na qual esse trabalho se apoia, como foi possível identificar nos tópicos anteriores, quando se tratou do sujeito. Esse movimento ganhou evidência a partir da segunda metade do século XX e destacou o fato de que as práticas e identidades sexuais estariam intimamente ligadas a valores sociais pertinentes a tempos e locais específicos, não havendo, portanto, uma generalização temporal ou local, como ocorre na perspectiva essencialista. A principal contribuição desse modo de abordar a sexualidade é colocar em evidência as mudanças e diferentes modos de ser um sujeito com uma sexualidade, além de integrar com mais facilidade as inúmeras possibilidades ainda não pensadas, mas que surgem com os deslocamentos históricos recorrentes na realidade.

Essa perspectiva, mesmo ao reconhecer as estruturas históricas, sociais e linguísticas que precedem o sujeito, não ignora as possibilidades das imprevisíveis

ações dos sujeitos, pois eles não são nem totalmente dominados pelo que os precede nem mesmo se libertarão delas totalmente ao alcançarem um suposto domínio racional do mundo, já que essa relação entre sujeito e o mundo é sempre um jogo de adequações, exclusões, associações, conformidades e resistências. Assim, “nada mais poderia ser considerado transcultural; antes, tudo é definido pela e na história” (Quinalha, 2022, p. 30) nessa perspectiva. Quinalha (2022) aponta Simone de Beauvoir, Jeffrey Weeks, Thomas Laqueur, Judith Butler e Michel Foucault como alguns dos principais nomes dessa alternativa para a questão teórica da sexualidade.

Evidentemente, assim como a perspectiva essencialista, essa interpretação construcionista desemboca em alguns problemas. O que parece mais evidente é a dificuldade de sua adesão e compreensão para um público mais amplo, já que, ao retirar a possibilidade de um pano de fundo pré-linguístico da realidade, também resulta no apagamento de ideais muito difundidos, como a presença de um deus proponente do mundo e da humanidade ou uma norma ditada por ciências biologizantes. Além disso, diante do seu caráter crítico e da sua recusa dos ideais tidos como obrigatórios, o construcionismo enfrenta tanto adversários intelectuais conservadores quanto progressistas.

Tendo em vista as discussões apresentadas anteriormente sobre poder, sujeito, corpo e linguagem, enquanto afiliado aos estudos pós-estruturalistas, este trabalho pretende se embasar na perspectiva construcionista para abordar a questão da sexualidade. Portanto, para realizar a conceituação de sexualidade, a discussão partirá das observações feitas por Foucault (2020a) sobre o dispositivo de sexualidade e seus desdobramentos no território europeu e, depois, será descrito os laços do Brasil com essa herança de relações de saber-poder e seus desdobramentos.

Como dito no tópico anterior, o poder disciplinar observado por Foucault (2014a) se voltou para o corpo-indivíduo, porém, no avanço de seus escritos, Foucault (2020a) notou na categoria de sexualidade um laço entre poder disciplinar e biopoder, uma outra tecnologia de poder com suas dinâmicas voltadas não para o indivíduo, mas à espécie humana e sua continuidade. Isso não significa que ocorre a supressão do poder disciplinar em detrimento do biopoder, pois essas tecnologias de poder são sobrepostas, tendo algumas características adaptadas enquanto outras

caem em desuso. Nessa aproximação, as relações de poder investem no corpo individual e social tendo em vista a espécie, que só pode ser gerida a partir dos corpos que povoam a sociedade.

Através dessa constatação, Oliveira e Diniz (2021) observam que o filósofo francês encontrou no sexo um ponto fronteiro privilegiado para a observação das relações de poder-saber em torno do corpo do indivíduo e do coletivo. Para descrever os modos de ação dessa imbricação de poderes, Foucault (2020a) propõe o instrumental metodológico da genealogia, o dispositivo de sexualidade, no qual os corpos e suas práticas são objeto de constantes barragens e provocações, não para destruí-los, mas para geri-los e fazê-los funcionar tanto individualmente quanto coletivamente.

Foucault (2021) afirma o dispositivo como uma relação entre elementos heterogêneos, discursivos e não discursivos, que visam estabelecer um regime de verdade através da apropriação, organização e redistribuição de práticas e sujeitos em sociedade. A partir de um objetivo estratégico, o dispositivo funciona como um jogo instável, no qual os elementos podem ser articulados constantemente diante de uma emergência histórica, que não só realoca os elementos do dispositivo, mas também produz outros, sejam eles desejáveis ou não, portanto funciona a partir dos movimentos de ressonância e contradição desses elementos.

Weinmann (2006) apresenta dois sentidos para a ideia de dispositivo nas obras de Foucault. O primeiro, diz respeito ao agrupamento de práticas atravessadas por poder e saber. Já o segundo, aponta para o dispositivo como uma configuração de domínios organizados por relações de poder-saber e circunscritos por exigências históricas, que podem fomentar novos e inesperados elementos. Essas duas descrições feitas por Weinmann (2006) parecem complementares, uma vez que os domínios cerceados pelos dispositivos só podem ser organizados a partir das práticas capturadas pelas inúmeras técnicas e tecnologias dispostas na sociedade. Porém, tal como coloca Foucault (2020a; 2020b; 2021), Weinmann (2006) destaca que a mobilidade inata aos dispositivos deixa brechas para rupturas, espaços para ação do sujeito, uma vez que ele é um participante ativo dos processos de subjetivação, assim como as relações de poder e saber. Desta maneira, nos dispositivos, não estão localizadas apenas práticas de saber e poder, mas também de subjetivação.

Em resumo, o dispositivo é a rede que agrupa elementos heterogêneos e difusos, “uma série de práticas e de mecanismos (ao mesmo tempo linguísticos e não linguísticos, jurídicos, técnicos e militares) com o objetivo de fazer frente a uma urgência e de obter um efeito” (Agamben, 2005, p. 11), junto a isso, se adiciona o “processo de subjetivação, sem o qual o dispositivo não pode funcionar como dispositivo de governo, mas se reduz a um mero exercício de violência” (Agamben, 2005, p. 14). É a partir desse elemento metodológico e político que os estudos foucaultianos irão descrever a sexualidade.

Foucault (2020a) aponta que o dispositivo de sexualidade tem como objetivo distribuir os prazeres, os discursos, as verdades e os modos de sujeição, para isso, no século XVIII, foi instaurado a polícia dos enunciados, uma regulação do sexo através da formação de discursos úteis e públicos, diferente de uma organização moldada apenas a partir de violências e proibições. Essa organização discursiva fomentou em torno do sexo discursos, mecanismos e regras utilitárias, econômicas, biológicas, pedagógicas, comunicacionais, médicas, religiosas, científicas e muitas outras.

Essa polícia discursiva se deu, principalmente, pela tecnologia das confissões estimuladas pela pastoral cristã, que encarnou o desejo em discursos que o fizesse útil e aceitável. Porém, esse modo de inspeção da consciência não ficou restrito ao âmbito religioso, já que foi adaptada na psicologia, psiquiatria, medicina e no direito para a produção de saberes sobre o sujeito, dessa vez não com o intuito de detectar os pecados, mas as anomalias. O autor francês percebe nessa tecnologia um grande potencial de descrição e registro das práticas sexuais e dos desejos da população para construir um saber sobre o sexo que visa gerir a vida sexual, os indivíduos sexuais e as consequências dessas práticas.

É através da organização dos discursos que as práticas e os sujeitos tomam forma. Foucault (2014b) indica que os discursos não estão apartados do mundo, mas surgem conforme alguns sistemas de exclusão. Em resumo, Cordeiro aponta essas exclusões como moderações

que limitam o que pode ser dito, o que pode ser dito de verdadeiro, o que pode ser dito de razoável, operando uma espécie de bloqueio no “murmúrio anônimo”, sejam aqueles mecanismos que prendem tudo aquilo que aparece na ordem do discurso a um mesmo - texto primeiro, autor, disciplinas -, sejam aqueles que, pela instituição de uma cena a repetir, pela constituição de “sociedades de discurso”,

pele funcionamento doutrinal do discurso, pelas apropriações sociais, limitam os sujeitos falantes (Cordeiro, 1995, p. 3).

Dessa maneira, como reforça Azevedo (2013), o discurso é uma prática linguística atrelada às outras práticas sociais, ou seja, o discurso não está apartado do mundo e dos indivíduos, mas faz parte e é constituinte tanto nas enunciações quanto nas práticas distribuídas sob as empirias do mundo. Isso denota uma fragilidade nas organizações discursivas, uma vez que faz delas algo maleável e, por isso, objeto de luta e desejo.

Essas práticas discursivas, segundo Silva e Machado Júnior (2014), são reverberações envoltas de saber e poder que fomentam verdades organizadas no mundo e entre os indivíduos. Os autores indicam que os discursos visam atender interesses de um tempo específico a partir de seus polos discursivos, como as igrejas e a ciência, que fomentam procedimentos de controle e a produção discursiva para constituir sujeitos e práticas. Segundo Foucault (2020a), foi desse modo que a organização discursiva sobre o sexo foi instaurada a partir da confissão religiosa e, depois, reapropriada por discursos científicos.

A partir da confissão pastoral, as instituições religiosas incitaram as pessoas a produzir discursos sobre suas práticas sexuais com o intuito de geri-las, uma vez que essa escuta não era passiva, pois a liderança religiosa tinha a autoridade necessária, diante dessas confissões, para inocentar, purificar, libertar, salvar, culpar e denunciar, segundo o autor francês. Porém, com o declínio do poder pastoral e, conseqüentemente, a valorização religiosa que instiga a purificação da alma, a ciência se apropriou da tecnologia da confissão para tomar posse do dito verdadeiro discurso sobre o sexo e, assim, o administrou com respeitável estabilidade ao longo dos séculos. Nessa apropriação da técnica católica, Foucault (2020a) afirma que a ciência transformou o momento da confissão em um exame, no qual o sexo é uma categoria privilegiada por ser causadora de muitos males que nem mesmo o acometido por eles pode perceber sozinho, assim, aquele que escuta a confissão tem o papel de interpretar, intervir e prescrever tratamentos e medicamentos para tratar dessas coisas anormais ou patológicas advindas do sexo e das suas práticas descuidadas. A partir dessa mudança de domínio do saber sobre o sexo, a questão da alma e da vida eterna cede lugar para o corpo e a vida da espécie.

A apropriação e propagação desse dispositivo pela burguesia e sua ciência, segundo Oliveira (2015), é justificado pelo interesse em dar continuidade para o

próprio modo de viver burguês. Foi primeiro a classe mais abastada da sociedade o alvo desse dispositivo, só depois os mais pobres foram almeçados por essa regulamentação do sexo para efetivar “a organização da família e o controle judiciário e médico das perversões, que visa proteger a sociedade” (Oliveira, 2015, p. 100). O que está em jogo não é só mais a questão econômica, manter os bens, mas sua própria hereditariedade, sustentar e gerir esse modo de existir no mundo.

Essa descontinuidade temporal, afirmada por Foucault (2020a), não evidencia uma relação de opressão fixa e violenta entre burguesia e proletariado, mas uma continuidade, na qual a burguesia não se sustentaria sem seus trabalhadores, portanto sobreposição do modo burguês de viver em detrimento do estilo de vida do proletário. Dessa maneira, o dispositivo de sexualidade foi dissolvido em toda a sociedade europeia, mas não de maneira homogênea ou simétrica, já que as condições de sua efetivação não seriam favoráveis a uma simples adequação universal e nem mesmo os sujeitos estariam em estado de inércia ou passividade, portanto demonstraram resistência e exerceram negociações para essa colocação do sexo em termos de jogos de poder.

Nessa exaltação da vida burguesa, a família foi um importante elemento político e estratégico, pois, como afirma Foucault (2020a), sobrepôs ao dispositivo de aliança, responsável até então pela organização hereditária e financeira da família, o dispositivo de sexualidade. Portanto, dupla função familiar: não só efetivar os matrimônios e a sucessão de nomes e bens, mas também propagar e restringir os limites da sexualidade, além de vigiar e rastrear qualquer possível problema sexual para relatá-los aos médicos e pedagogos. Quatro grupos foram os principais alvos dessa vigilância infinita e constante: a criança masturbadora, a mulher histérica, o casal malthusiano e o adulto perverso.

No século XIX, esses quatro grupos se tornaram objetos privilegiados de observação para a formação do saber-poder em torno da sexualidade e para a formação desse dispositivo. Segundo o autor francês, o dispositivo de sexualidade engendrou forças sob esses sujeitos para 1) saturar o corpo feminino de sexualidade e funções devido a sua capacidade de gerar vida; 2) pedagogizar o corpo infantil sob a ameaça de risco para o futuro da espécie e do corpo da prole; 3) educar e gerir a capacidade procriativa dos casais; e 4) definir, corrigir e combater sujeitos e práticas tidas como anormais, como, por exemplo, era tido o sexo entre iguais. Com o auxílio

das famílias era possível não só rastrear os sinais desses problemas na intimidade, mas também legitimar qualquer ação que pudesse parecer violenta ou danosa ao sujeito, já que os próprios parentes reconheciam os sinais desses desvios e os denunciavam como problemas a serem tratados a todo custo.

Diante dessa constatação da função familiar para esse dispositivo, é possível retomar a questão sobre a exposição primária ao poder que todo indivíduo está sujeito na infância. De início, alheia a dimensão do mundo que precede sua existência, a criança recebe de seus familiares todas as regras e condutas sociais necessárias para a vivência em sociedade. São os parentes, com seus costumes sexuais e de gênero, além das inúmeras outras categorias propagadas pelo círculo familiar, que fomentam os elementos necessários para justificar e fixar esse dispositivo. Só então, após ser iniciado por essas condutas, que evidentemente não encerra as possibilidades de existir no mundo, que o sujeito pode se voltar contra esse poder e produzir agenciamentos que o constituirão.

Com a intenção de criar e normatizar uma relação pré-discursiva entre corpo, sexualidade, desejo e gênero, como observou Butler (2003), o dispositivo de sexualidade fez do sexo

uma instância privilegiada de determinação da verdade mais íntima dos sujeitos e de sua classificação enquanto pertencentes à classe das anomalias ou da normalidade, separando-se os indivíduos e as populações entre os que constituem perigos a serem socialmente disciplinados, vigiados, castigados e os que fornecem o parâmetro para as boas sociabilizações (César, 2017, p. 244).

Diante do que Butler (2003) chamou de heterossexualidade compulsória, o dispositivo de sexualidade elegeu o casal monogâmico e heterossexual como o ideal não só para o corpo individual, mas para toda a espécie, já que seria apenas esse o tipo de relação passível de reproduzir outros corpos e condizente não só com os escritos cristão, mas também a normalidade da natureza humana “descoberta” pela *scientia sexualis*. Essas duas instâncias, monogamia e heterossexualidade, juntas ao Estado, se sobrepuseram e formaram os corpos-objetos e os corpos-abjetos da sexualidade.

É diante dessa virada intelectual sobre a sexualidade e sua relação com o poder-saber que essa categoria será tratada neste trabalho. Portanto, não será abordado aqui nenhuma categoria a-histórica, dada *a priori* ou fechada em seus sentidos descobertos, mas a sexualidade enquanto “conjunto dos efeitos produzidos

nos corpos, nos comportamentos, nas relações sociais, por um certo dispositivo pertencente a uma tecnologia política complexa” (Foucault, 2020a, p. 139). Se trata, vale destacar, da produção de modos de exercer uma sexualidade em detrimento de outra, de agenciamentos dos modos de ser pensados e, até mesmo, dos impensados até o momento do seu acontecimento, da sua emergência.

A homossexualidade, segundo Foucault (2020a), tomou forma diante desse dispositivo a partir da caça pelo adulto perverso e da especificação das anormalidades. Até então, o sexo entre iguais era conhecido como sodomia, um crime perante a lei do homem e de Deus, só após a implantação desse dispositivo foi reconhecido o homossexual enquanto uma identidade carregada de gestos, vestimentas, penteados, práticas, dialeto, gostos e inúmeras outras características passíveis de rastrear essa sexualidade tida como anormal. O autor demonstra que nada do sujeito escaparia da formação de sua sexualidade e seu entendimento enquanto um corpo assujeitado.

Foucault, dentre outros historiadores, situa no século XIX uma mudança no pensamento europeu, que deixa de ver a sexualidade do mesmo sexo como uma função de atos genitais isolados e proibidos (atos aos quais, nessa visão, qualquer um estaria sujeito, se não mantivesse controle sobre seus apetites em geral) e passa a vê-la como uma função de definições estáveis de *identidade* (de tal modo que a estrutura da personalidade de alguém pode marcá-lo como *homossexual* mesmo na ausência de qualquer atividade genital) (Sedgwick, 2016, p. 42, grifo da autora).

Em uma entrevista sobre a questão da homossexualidade, Foucault (1981) tece uma crítica a questão dessa identidade gay instaurada, pois, para o autor, a organização dessa prática enquanto uma identidade estática e programada por sinais que os corpos acusariam faria imperar uma lei, um vir a ser ideal. Precavendo os riscos de questões como “quem sou eu?” e “qual o segredo do meu desejo?”, o autor sugere tratar a prática homossexual como um ponto de partida para possibilidades ainda não totalmente estratificadas pelo poder, dando abertura para virtualidades ainda inimaginadas, mas, diante de condições que a possibilitem, ainda possíveis de um devir. O Foucault (1981) vai propor perguntar “quais relações podem ser estabelecidas, inventadas, multiplicadas, moduladas através da homossexualidade?” para provocar outras possibilidades para essa sexualidade, que, na perspectiva do autor, constitui um modo de vida, uma estética de si, passível

de construções e subversões temporárias que negam a necessidade para dar espaço às possibilidades de invenção diante das relações de saber-poder.

Evidentemente, essa perspectiva do autor diante da questão da sexualidade e da própria homossexualidade não se configura apenas como um elemento teórico ou metodológico de suas pesquisas, mas também uma afirmação política proposta a partir dos rastros empíricos disponíveis da categoria sexualidade, como os documentos analisados por Foucault (2020a) para formação de sua genealogia da sexualidade europeia. É desta maneira também que as categorias definidoras das práticas homossexuais emergem nesta pesquisa, uma vez que não são apartadas de sua constituição social e cultural, mas afetam e são afetadas por elas.

Tendo em vista esse aporte teórico, cabe, por fim, descrever o que esse trabalho chama de concepção moderna da homossexualidade masculina brasileira. Para isso, parece interessante retomar as ideias que circundavam os homens que faziam sexo com outros homens no Brasil. Antes de tomar forma nesse sujeito dotado de uma essência, um passado, uma história e de rastros de sua sexualidade em seus gostos e comportamentos, como descrito por Foucault (2020a), essas práticas foram cooptadas pela igreja e pelo direito no Brasil colonial diante da figura do sodomita. Só na segunda metade do século XIX, segundo Oliveira Júnior (2005), que saberes com vontades científicas começaram a circundar os corpos a partir de certos determinismos, principalmente o biológico, inclusive para observar e higienizar as sexualidades aberrantes (Green, 2019; Trevisan, 2018).

Nessa cooptação desses corpos de sexualidades abjetas, se instaurou, principalmente a partir da observação de estudos norte-americanos e europeus, a ideia do indivíduo homossexual para definir os praticantes desses atos em território brasileiro, mas isso de forma restrita, uma vez que, segundo Parker (2002), essa ideia circulou inicialmente apenas entre os cientistas, os médicos e os intelectuais que já se autoproclamavam homossexuais, pois mantinham contato com a concepção internacional desse termo através da figura do homem gay. Já na camada mais popular e geral da sociedade brasileira, sob titulações como putos, frescos e viados, segundo Green (2019), ainda imperava a perspectiva colonial de que esse era um corpo masculino com interesse em se tornar seu oposto, o feminino, pois deixava-se ser penetrado, enquanto os bofes e o fanchonos seriam os sujeitos ativos da relação sexual que nada tinham a ver com essa concepção, uma

vez que eram tidos como os homens verdadeiros e, por isso, pouco observado pelos estudos que viam com curiosidade os comportamentos e práticas sexuais dos homens que sentiam prazer ao serem passivos durante o ato sexual.

Essa descontinuidade temporal e espacial dessas formulações, ideias e conceitos sobre essas práticas, reforça a perspectiva foucaultiana de que os dispositivos, através do poder, alcançam todas as zonas de contato, mas não de modo linear ou evolutivo, menos ainda de forma homogênea. Essas concepções foram sobrepostas, em parte, graças à cobertura midiática da pandemia de Aids. A partir do informado pelos grandes meios de comunicação no Brasil, Trevisan (2018) e Parker (2002) afirmam ter ocorrido uma distribuição e consagração do que seria ser um homem homossexual, desde seus gostos, modos de ser e até os lugares que frequentavam. Diante da exposição desses sujeitos pelo dispositivo midiático da época, cristalizou-se a ideia de que o homem homossexual seria o sujeito com interesses pelo seu semelhante, o que nada tinha a ver com as antigas e constantes confusões entre categorias de gênero e sexualidade.

É, em parte, dessa maneira que a homossexualidade brasileira e seus praticantes tomaram forma. Assim como observou Foucault (2020a) no território europeu, nascido assim, o sujeito homossexual ganhou um corpo, com suas próprias histórias, memórias, culturas, interesses, incitações e barragens, uma identidade fundadora na qual fazia do homossexual parte da espécie humana. É essa visão sobre a homossexualidade masculina que agora impera no Brasil, portanto, discutido a homossexualidade, o ser gay no Brasil, cabe discutir essa outra categoria que desde então parece inseparável do problema aqui proposto, o homem e a formação da sua masculinidade, temas do tópico a seguir.

3. 4. Afetações

Apresentadas essas ideias e conceitos que organizam e dão suporte a este trabalho, cabe então entrelaçá-las, ainda mais, e exprimir o que se pretende com elas ao longo do desenvolvimento desta pesquisa. Para isso, cabe elaborar e acionar os conceitos apresentados até aqui e explicar como essas ideias se convergem.

Como já discutido, o corpo não possui um sentido *a priori*, é sempre no choque entre os corpos, humanos e não humanos, que ele ganha sentido. É através da passagem do tempo e da ocupação dos espaços que o corpo é emaranhado

pelas malhas de saber e poder, desse modo, os corpos são provocados, acionados, convocados a agirem também por meio de signos, assim, há aqui comunicação. Atravessado por relações de poder que visam estimular, provocar, construir e/ou incitar o corpo, mais do que apenas coibir, enfraquecer, destruir e/ou proibir ele, nele há produções efetivas e, em certa medida, repetitivas de possibilidades de vir a ser um sujeito e não outro. Já o saber, surge como um suporte indispensável para a efetivação e qualificação desses processos, já que através dele são constituídas as justificativas que sustentam determinados tipos de corpos em detrimento de outros, práticas sexuais ideais enquanto outras são dispensáveis ou, até mesmo, quais indivíduos valem a pena fazer viver e quais precisam morrer para garantir a sobrevivência desses outros.

Essa organização entre saber e poder sustenta e retroalimenta diversos modos de ser na sociedade. Através desse jogo são delimitados os órgãos sexuais, são classificadas as cores de pele, são definidas as funções e utilidades de cada orifício corporal e são estratificadas as práticas e identidades sexuais, além de inúmeros outros modos de categorização e organização do corpo. Porém, o sujeito não é absorvido completamente por esse processo, já que faz parte ativamente dessa sujeição ao ter liberdade para escolher entre as possibilidades estabelecidas e disponíveis, algumas mais e outras menos visadas ou estimuladas, mas distribuídas e passíveis de ocorrer. É através dessas virtualidades que o sujeito entra em cena e se apropria das forças que o constituíram para se subjetivar diante delas.

É nessa relação entre saber, poder e processos de subjetivação que a sexualidade, e, conseqüentemente, a homossexualidade, é constituída, segmentada, direcionada e organizada. Essa categoria, um incorpóreo, sobrepõe os corpos, não como uma imposição ou conversão, como alguns discursos conservadores pretendem afirmar, mas como um estímulo para esse corpo desejante, o que não quer dizer que esses desejos também não sejam, mais ou menos, incitados ou delimitados.

Afetado por poderes e saberes imanentes dos Estados, das igrejas, das pedagogias, das psiquiatrias, das prisões, das ciências, das famílias e das inúmeras outras instituições vigentes na sociedade, o sujeito homossexual foi constituído historicamente. Assim como as inúmeras outras práticas e categorias que organizam

um corpo, a homossexualidade é gerida pelos discursos, enunciados e palavras de ordem que circulam pelos espaços sociais com o intuito de validar e fazer funcionar alguns modos de ser um homem homossexual em detrimento de outros. Isso não quer dizer que as pessoas sejam obrigadas ou forçadas, mas instigadas e provocadas através das possibilidades que lhe são apresentadas ao longo da vida, pois são nas pequenas rupturas e disjunções entre possibilidades e desejos que o vão da diferença se abre e faz emergir uma outra prática ou um diferente sujeito.

A homossexualidade, assim como outros modos de ser, é organizada através de elementos discursivos e não-discursivos propagados pela comunicação, uma vez que comunicar é agir sobre o outro por meio dos sistemas de signos. Essas ações comunicacionais, vindas de inúmeros meios e relações, instituem ideais, objetos, sujeitos, corpos e práticas possíveis a partir de repetições e produções de diferença. Dessa maneira, através do corpo afetado, emergem sujeitos, modos de ser mais ou menos estabilizados que afetam e são afetados pelos jogos de verdade instituídos provisoriamente.

São os dispositivos que garantem a estabilidade desses jogos de verdade, que organizam modos ideais e úteis de ser no mundo visando objetivos construídos ao longo da história humana para restringir alguns modos de existir em detrimento de outros. Porém, não são só os que estão em posições privilegiadas de poder que alteram e fazem emergir verdades, mas também os que tentam resistir aos modos de sujeição, pois, visando fazer emergir outras verdades, constituem outras possibilidades de vir a ser no mundo através do cuidado de si. É entre esse jogo de imposições e resistências que é possível descrever proveniências gendrificadas da homossexualidade masculina, como será mostrado no próximo capítulo.

4. Proveniências de gênero entre 1980 e 2010

A proveniência (Foucault, 2021), como já apontado anteriormente, é esse passado sob o qual o presente se faz possível, mas não como um passado ao qual se deve retornar, e sim um amontoado de acontecimentos dispersos que combinados tornam possíveis, na atualidade, realidades e sujeitos em detrimento de possibilidades e experiências alternativas. Dessa forma, fazer uma genealogia não pressupõe uma descoberta, mas um exercício de cartografar através dos rastros da constituição dos processos e dos modos de subjetivação que emergem na história. Sem um *a priori* fixado, a genealogia da homossexualidade iniciada neste capítulo combina acontecimentos que parecem centrais para essa história, apesar deles poderem compor outras genealogias e até mesmo esta genealogia poderia ser constituída por outros acontecimentos. Por isso, a genealogia é sempre um trabalho parcial, incompleto e nunca encerrado que visa cobrir territórios de emergência de modos singulares de ser, estar no mundo e nele intervir.

Dessa maneira, identificar proveniências corresponde ao exercício de interpretar o passado a partir do presente com vistas para o futuro, uma relação já discutida por Bergson (2006). Para o autor, passado, presente e futuro estão entrelaçados, uma vez que um torna possível o outro quando o presente só é compreensível através de um passado que é sempre reinaugurado para efetivar um futuro. Com isso, acionar o passado nunca é apenas uma retomada dele, como se o passado tivesse um significado em si mesmo e estático, mas diz respeito a uma reinauguração dele através de realidades e olhares diferentes. Porém, vale destacar que não se trata de recorrer a uma espécie de anacronismo, mas reconhecer que o sentido do passado não está nele mesmo, e sim na lógica acionada por aquele que o interpreta, que também é afetado por fragmentos desse passado que ele rememora. É assim que se constrói essa genealogia da homossexualidade aqui, lembrando que os significados do passado não são transportados de sujeito a sujeito de maneira integral, tal qual as ideias e seus sentidos.

Tendo em vista essas ressalvas, este capítulo apresenta um fragmento da proveniência homossexual a partir de dois eixos. Primeiro, através da discussão sobre construção de um ideal complementar entre a figura feminina e masculina no patriarcado, discute-se sobre a masculinidade ideal e as consequências dela na construção de uma homonormatividade através, principalmente, de alguns estudos

sobre veículos de comunicação impressos voltados para a comunidade gay. E, depois, apresenta o contexto no qual as pessoas transgêneras emergiram, uma vez que essas experiências foram essenciais para a consagração da homossexualidade masculina ao se diferenciar dela. Isso será mostrado através das relações entre as experiências transgêneras e suas relações com o Movimento Homossexual Brasileiro. Sobre esse ponto, vale destacar que se tem consciência da contribuição que a transexualidade masculina teve e ainda tem para a percepção da masculinidade, mas devido ao momento inicial em que as fronteiras entre travestis, bichas e viados parecem confusas, são as figuras femininas da transgeneridade que ganham destaque nessas proveniências.

4. 1. Masculinidades e homonormatividade: a ascensão do *macho man*

Como ser homem é uma questão que atravessa a história da humanidade colocando de diferentes maneiras um problema ético. De maneira dispersa, a divisão binária entre os gêneros existe desde o período paleolítico e se estende até hoje. Com isso, foram distribuídas funções, tarefas, obrigações e restrições aos homens e às mulheres, como demonstra Jablonka (2021). O autor afirma que, a partir de faraós, reis, padres, pastores, presidentes, professores, médicos, filósofos e outras inúmeras figuras masculinas de liderança e prestígio, um ideal masculino criou raízes e proliferou na sociedade. Isso funda o patriarcado,

um *sistema de pensamento*, baseado em leis, normas, crenças, tradições, práticas - e esse sistema se “sustenta” sozinho. Ele envolve instituições tão complexas quanto o Estado, a religião e a família, delas tirando argumentos que convergem na justificativa da subordinação das mulheres, de tal modo que ela pareça uma coisa “normal”, estabelecida pela natureza, fundada na razão, de acordo com o que “sempre se fez” (Jablonka, 2021, p. 72-73, grifo do autor).

Essa ideologia que concebe as assimetrias entre homens e mulheres em posições de inferioridade e superioridade como naturais foi transplantada pelo imperialismo colonial europeu para o continente americano através da catequização dos nativos, afetando diversas comunidades do continente. Como mostra Trevisan (2021), essa imposição religiosa é um costume já antigo do Cristianismo, que desde o Império Romano, mais precisamente em 312 antes desta era, já aniquilava diversas religiões pagãs e as substituiu pela fé em um único Deus, onipresente, poderoso, inacessível e masculino. Foi por essa violência impositiva da Igreja Católica que “a mão do homem moldou Deus à sua imagem e semelhança”

(Queiroz, 2021, p. 57). Trevisan (2021) ainda destaca que, através de um de seus principais pensadores, Agostinho de Hipona, o Cristianismo voltou sua atenção para o sexo e sua função, fixando-o como um ato exclusivamente procriativo e matrimonial. Com isso, o Cristianismo reforçou, mais uma vez, a posição em que cada homem e mulher deveria ocupar, não só no ato sexual em si, mas em todos os espaços em sociedade. Portanto, é válida a afirmação de que o Cristianismo, com “sua estrutura hierárquica centralizadora, baseada em dogmas intocáveis, impôs uma disciplina que manteve o padrão autoritário da organização patriarcal” (Trevisan, 2021, p. 158), distribuindo corpos femininos e masculinos em seus supostos lugares.

Apesar desse longo histórico de imposições e construções de imperativos inquestionáveis que se apresentam como naturais e a-históricos, Foucault (2020b) mostra que nem sempre a sociedade se organizou a partir desses ideais universais, como é comum acreditar. Revisitando os gregos, o filósofo francês demonstra que, apesar de alguns preceitos em torno da sexualidade e do gênero naquela época, não havia imperativos impostos homogeneamente a todos os indivíduos dessa sociedade, uma vez que essas prescrições levavam em conta questões de temperança, causalidade e status.

No contexto grego eram valorizados aqueles indivíduos capazes de exercer uma gestão de si em vista de quem eram e desejavam ser na comunidade grega. Apesar de destinada aos homens gregos livres, o conjunto de técnicas de si relacionadas à sexualidade não era universal sequer para esse grupo na sua totalidade. É só após a ascensão da moral cristã que princípios e valores universais foram impostos a todos, homens e mulheres, nativos ou estrangeiros, livres ou escravos, sem as distinções que os gregos valorizavam ou outras singularidades quaisquer. Vale destacar que entre os gregos não imperava uma libertinagem desordenada, já que tanto as práticas sexuais quanto às questões de gênero tinham suas próprias idiossincrasias.

Tendo em vista a diferença entre esses dois períodos, é possível reconhecer que essa moral cristã não é uma organização natural e incontornável que sempre esteve presente na sociedade, como costumam fazer parecer os guardiões dos bons costumes cristãos. Na verdade, essa moral foi organizada sistematicamente ao

longo da humanidade e imperou sob as outras, o que culminou na imposição aos nativos dos países colonizados, como no Brasil e em outras regiões da América.

Apesar da importante participação do Cristianismo na divisão dos gêneros e na imposição do sexo ideal, não foi só a religião a responsável por essa sistematização dos corpos. Jablonka (2021) relata que a família, a política, a empresa, a cidade e a língua também fazem parte dessa organização social através de inúmeras esferas sociais, como a legislação, o fisco, a proteção social, a organização do trabalho, a cultura empresarial, a civilidade amorosa, a educação familiar, a pedagogia e o ensino, para citar algumas das categorias que o autor destaca. Isso reforça a ideia de “que o patriarcado, assim como as noções de masculinidade e feminilidade, são criações humanas que se desenvolveram paulatinamente ao longo de milênios” (Queiroz, 2021, p. 52). Dessa forma, como também reforça Trevisan (2021), a divisão das coisas como masculinas ou femininas não são uma realidade objetiva, natural e imutável.

No interior dessa organização patriarcal, um reinado de homens diante de outros homens, que as categorias de gênero e suas respectivas práticas sexuais foram delimitadas e impostas. Porém, é importante destacar que o patriarcado não é uma essência masculina ou um elemento metafísico, mas uma rede, uma estrutura ou um sistema, por onde os indivíduos circulam e que, entre eles, perpassa. Apesar dessa rede ser centrada em valorizar um determinado tipo de figura masculina, fazendo das mulheres seus alvos óbvios, ambos têm papéis paradoxais, visto que tanto o homem e a mulher são parte da manutenção dessa rede, portanto capazes de fortalecer ou resistir a ela, assim são, ao mesmo tempo, vítimas e algozes, como evidenciam Queiroz (2021), Trevisan (2021) e Jablonka (2021).

Aos homens, aponta Queiroz (2021), o patriarcado distribuiu a alcunha de serem fortes, destemidos, viris e líderes, dessa forma eles não devem chorar, falar de sentimentos, pedir ajuda ou demonstrar vulnerabilidades sob o risco de serem confundidos com os homossexuais ou de serem rejeitados pelas mulheres, dois pilares do patriarcado que, para a autora, atrelam a figura do masculino à violência, ao trabalho e à ultrassexualidade compulsória. A autora também destaca dois guardiões desses valores: os outros meninos e homens que estão prontos para punir todos os seus semelhantes que fugirem às regras desse clube restrito e a

figura paterna, muitas vezes responsável por incitar seus filhos ao consumo precoce da pornografia e da prostituição.

Em confluência com essas percepções, Trevisan (2021) descreve a vigilância da masculinidade como uma paranoia patriarcal, onipresente e intolerante imposta aos homens ainda no século XXI. Para o autor, os homens são constantemente incitados a provar sua força através da dominação e da virilidade excessiva em detrimento do feminino e da passividade, que se materializam não só na figura da mulher, mas também na bicha. Através da cooptação e imposição dos meios de produção das mentalidades, como a imprensa, uma verdadeira camisa de força simbólica aprisiona a figura do homem, e dos outros, através de uma condução de comportamentos, pensamentos e de vestimentas, reitera o autor.

Jablonka (2021) dá continuidade ao raciocínio desses autores ao apontar como objetos, atributos, ritos, instituições, discursos e práticas contribuem para a formação de uma autoconfiança, legitimidade e superioridade masculina. Ao homem cabe: “gabar-se, falar alto, gastar tudo o que se tem, estar sempre pronto para a briga, correr riscos irrefletidos para mostrar do que se é capaz” (Jablonka, 2021, p. 85). Mas não só isso, pois, como já dito anteriormente, essa figura masculina ideal deve dominar a si e desenvolver isso através do contato com seus pares, para alcançar o nível mais alto do que significa ser homem, ou seja, quem se diz homem deve se provar como tal, destaca o autor.

Queiroz (2021), Trevisan (2021) e Jablonka (2021) concordam que, nesses quadros apresentados, os homens são, ao mesmo tempo, beneficiados e vitimados por essas circunstâncias. Baseado nesses ideais, os homens são facilmente postos em posição de liderança, seja nas igrejas, nas casas, nas empresas ou nas universidades, dessa forma ganham prestígio e funcionam como um molde exemplar dentro dessa sociedade. Ao mesmo tempo, são vitimados devido à pressão sufocante que é, para alguns, exercer todas essas exigências que a figura do homem solicita, aumentando não só o índice de suicídio entre eles, mas também diminuindo suas expectativas de vida, pois muitas vezes morrem por se colocarem em situações de perigo como confrontos de guerra, brigas cotidianas e acidentes de trânsito. Entre o homem ideal, que se beneficia desse cenário até certo ponto, e aqueles sub-homens, que precisam ser marginalizados e excluídos para fazer valer o modelo imposto, há uma disparidade de forças.

Jablonka (2021) aponta quatro categorias masculinas tidas como desviantes e perigosas para a norma masculina ideal. Primeiro os homens medíocres, aqueles que não sustentam as exigências esperadas, fracos por natureza e incapazes de ser um “homem de verdade” por falta de aptidão. A segunda figura dessas masculinidades baixas são os judeus, com seu gosto pela erudição e os estudos, estes se afastam do mundo violento exigido aos homens. A terceira imagem evocada são os homens negros, tidos como bestiais, irresponsáveis, imorais e propensos aos vícios da vida, são figuras que causam repulsa ao modelo ideal. Por fim, o quarto elemento dessas desaprovações é o homossexual que, além de sua sexualidade classificada como anormal, também coloca em risco a própria integridade masculina ao circular escondido entre os homens normais, ou seja, os heterossexuais.

Como é perceptível, a figura do homem é central para a organização do patriarcado, não só elegendo as figuras ideais, mas também renegando seus traidores. Porém, sem uma figura feminina correspondente às expectativas do homem, não é possível para o patriarcado eleger os homens ideais e nem os inaptos, portanto, é necessário discutir o papel das mulheres nesse jogo de poder, que, apesar de serem muitas vezes as vítimas centrais dessa lógica masculina impositiva, também contribuem para a propagação dela, reforçando a centralidade do poder masculino e subordinando tudo aquilo que coloca em risco essas posições de superioridade, inclusive as figuras femininas alternativas ao previsto pela sociedade.

Apesar dos autores em evidência até aqui demonstrarem como a divisão entre os sexos é muito mais antiga que o sistema econômico vigente na sociedade atualmente, vale registrar a discussão em torno do feminino a partir das violências de gênero presentes na gênese do capitalismo. Federici (2017) narra que a caça às bruxas, com seu ápice entre 1580 e 1630, foi essencial para a fundação do Capitalismo e, com isso, a demarcação de posições dos corpos em sociedade, pois esse período

aprofundou a divisão entre mulheres e homens, inculcou nos homens o medo do poder das mulheres e destruiu um universo de práticas, crenças e sujeitos sociais cuja existência era incompatível com a disciplina do trabalho capitalista, redefinindo assim os principais elementos da reprodução social (Federici, 2017, p. 294).

A autora destaca que essa caça às bruxas impetrada por homens, que na maioria das vezes poupou os magos renascentistas, não se desenrolou de forma espontânea, mas a partir de um grande empenho administrativo e organizacional. Além do Estado, a Igreja Católica e o Protestantismo, até então dois grupos em confronto, fomentaram os saberes que justificavam a caça às bruxas, inclusive acionando uma propaganda multimídia para sua efetivação. Nesse período de abolição das crenças místicas pré-capitalismo, o aborto e os métodos contraceptivos, desenvolvidos por essas ditas bruxas, foram condenados pelo Estado e pela profissão médica, tornando o útero da mulher uma máquina para a reprodução da mão de obra.

Essas práticas não só afetaram a opinião pública da comunidade sobre os grupos de mulheres que resistiam a essas violências, mas também fomentaram uma perspectiva que naturaliza a mulher como “fraca do corpo e da mente e biologicamente inclinada ao mal, o que efetivamente servia para justificar o controle masculino sobre as mulheres e a nova ordem patriarcal” (Federici, 2017, p. 335). Essa demonização gerou nos homens o medo de mulheres e um desejo pelo controle sexual feminino, que a partir de então deveria se voltar exclusivamente para a procriação humana e para a transmissão de bens no núcleo familiar. Como destaca a autora, o principal motivo da caça às bruxas era a ameaça à elite europeia que o estilo de vida dessas mulheres causava no novo poder econômico e político em construção.

Essa construção do feminino a partir da utilidade do seu útero não se encerrou nesse período. Assim como a medicina contribuiu para intervenção do útero, a ciência, ao longo dos séculos seguintes, também desempenhou um importante papel nessa distribuição dos papéis de gênero. Como mostra Fernandes (2009), pautando-se em uma dita ciência neutra e objetiva, cada vez mais foi reforçada a naturalidade da submissão das mulheres através de especificidades do corpo biologicamente feminino e sua suposta propensão à emoção em detrimento à razão. Isso delimitou a participação social das mulheres a utilitarismos controversos.

Ainda sobre o papel da ciência na divisão sexual, Rohden (2008) afirma que os órgãos sexuais e os aspectos hormonais das mulheres eram um dos alvos favoritos dos cientistas, que atrelaram hormônios e órgãos femininos à funcionalidade de suas feminilidades, da divisão sexual do trabalho e sua função

dentro do casamento e da sociedade. Se no século XIX as mulheres, suas funções e sentimentos eram fortemente associados aos órgãos reprodutores, ao longo do século XX a condição feminina e seus comportamentos foram estritamente determinados em função dos seus hormônios e suas possíveis disfunções, explica a autora. Essas percepções em torno dos hormônios foram acionadas inclusive para a readequação de mulheres que estariam se desviando do caminho natural que deveriam traçar, denuncia a autora. Esses dados tidos como biológicos, mas permeados por preconceitos morais, só foram questionados mais duramente a partir do surgimento de cientistas mulheres que revisitaram esses estudos, relata Rohden (2008).

Essa submissão do corpo feminino ao sistema dos homens se propagou infinitamente na sociedade. Jablonka (2021) afirma que o corpo da mulher é resumido à sua capacidade de procriar. Essa função materna, segundo o autor, tem o custo de não só atrelar a responsabilidade da prole à mulher, mas também de fazer da reprodução e do cuidado uma tarefa exclusiva das mulheres, assim a sociedade exclui a figura feminina do cenário político, econômico e social, transformando em aptidão natural o trabalho doméstico. Dessa forma, o autor resume a função-mulher como “o conjunto de costumes sexuais, reprodutivos e servis aos quais as mulheres devem se submeter para a satisfação dos homens” (Jablonka, 2021, p. 55).

Se submissas a essas regras e funções, as mulheres são valorizadas, caso contrário, são duramente punidas com desmoralização e, até mesmo, violação de seus corpos. Trata-se, cada um à sua medida e através de métodos diferentes, do mesmo artifício que molda os homens, uma vez que privilegia os mais adequados em detrimento daqueles que não correspondem aos modelos esperados. Nessa situação, ao mesmo tempo que as mulheres são vítimas dessa misoginia sistêmica, para que possam ser poupadas de mais violências e beneficiadas, entram no jogo do patriarcado ao propagar essas violências e expectativas de gênero na criação de seus filhos, educando meninas e meninos para cumprir papéis sociais distintos, como relata Queiroz (2021). Além dessa função de mãe, Jablonka (2021) afirma que as educadoras, até hoje em sua maioria mulheres, também contribuem com a formação de meninas e meninos ideais para esse sistema.

Graças aos movimentos feministas, esse cenário mudou ao longo dos séculos XIX e XX, mas isso não quer dizer que o mundo hoje superou totalmente as desigualdades de gênero. Por exemplo, devido à função materna deliberadamente atribuída através da capacidade feminina de gestar, as mulheres na ciência constantemente deixam ou adiam suas carreiras em detrimento do cuidado doméstico e, conseqüentemente, de seus filhos, além de também renunciar a carreira em detrimento de suas relações amorosas, afirma Lima (2013). Essa diferença no campo científico não fica restrito apenas à relação profissional e pessoal entre homens e mulheres, mas também dentro do próprio ambiente acadêmico, no qual Estrela (2020) mostra como mulheres são menos convidadas para bancas e eventos e, com isso, acabam expandindo menos suas redes profissionais.

Conforme mencionado acima, no sistema patriarcal, a figura feminina, tal qual a masculina, apesar da evidente e irrefutável disparidade de forças e violências, desempenha diversas funções, já que, ao mesmo tempo que a mulher aparece como o principal foco das opressões machistas, ela também é acionada como um instrumento de reprodução dessas ideias. Dessa forma, à mulher é atribuída a função duplamente reprodutiva devido a uma lógica biologizante que, historicamente, faz da sua anatomia também o seu único e exclusivo papel social. Assim, com o dever supostamente natural de reproduzir a humanidade, caberia a ela também cuidar de suas proles. Diante desses imperativos, a mulher se vê sujeitada pelo sistema patriarcal ao mesmo tempo que é uma importante ferramenta para sua propagação a partir do cuidado dos meninos e das meninas, que desde seus nascimentos são introduzidos na lógica binária passando a ocupar as posições para eles previstas.

Por meio das instituições de poder e saber descritas acima, como a Igreja, o Estado e a Imprensa, o patriarcado distribuiu corpos masculinos e femininos em distintos espaços e funções, mas não de maneira natural, tendo em vista as violências e as estratégias utilizadas para sustentar essas hierarquias. Essa divisão entre homens e mulheres também se manifesta na heterossexualidade compulsória. Essa ideia, debatida por Butler (2003), nada mais é do que a suposição da heterossexualidade como a sexualidade normal e natural, e na qual as categorias de sexo, gênero e prazer encontram-se adequadamente complementares quando

suposta a inevitabilidade da atração entre os sexos opostos. É assim que se apresentam como complementares homens e mulheres, inclusive na sua anatomia, onde a vagina seria o espaço oco que o pênis deveria preencher. Mas não só isso, já que espaços públicos e privados também são distribuídos a partir dessa lógica, sendo o primeiro destinado aos homens e o segundo às mulheres, cabendo a eles o domínio financeiro e a elas o cuidado doméstico e materno. É nessa complementaridade heterossexualidade que figuras femininas e masculinas são distribuídas em sociedade.

Diante do discutido até aqui, fica evidente que as categorias nas quais os humanos são distribuídos a partir de suas características biológicas são construções sociais, que variam conforme o tempo e podem ser reestruturadas devido a acontecimentos históricos, culturais, sociais e antropológicos. E é nesse mundo imerso em representações de homens e mulheres naturalmente heterossexuais e com papéis sociais coerentes ao sexo, gênero e desejo, portanto, completamente idealizados, que uma figura distinta, o homossexual, emerge na sociedade para, em parte, contribuir com o desmantelamento dessas categorias que os feminismos já vinham criticando, mas ao mesmo tempo produzindo outros modos de ser com respectivas invenções, mas também limitações e obrigações.

A relação binária e dicotômica entre homens e mulheres foi acionada para distribuir inclusive os sujeitos de desejos desviantes, como as bichas, os viados, os putos e os frescos. Sem a distribuição e adesão popular da ideia científica de homossexualidade, o desejo entre iguais, essas figuras de prazeres anormais eram enquadradas conforme as categorias de gênero, binarismo mais acessível a toda população, sendo o homem verdadeiro aquele que penetra e o outro, o penetrado afeminado, o indivíduo cujo interesse era deixar de ser homem para se tornar mulher. Apesar de retomar uma retórica heterocentrada, essa perspectiva parece lógica quando lembrado que a categoria homem é norteada a partir de um corpo impenetrável, enquanto a mulher, seu oposto, é o corpo penetrável.

Essa dicotomia entre o homem verdadeiro e o afeminado que gostaria de ser mulher, se tornou um ponto de atrito até mesmo dentro da comunidade desses homens que buscavam prazeres e afetos com seus semelhantes. Green (2019) relata as brigas entre os editores do jornal *O Snob*, um periódico voltado para homens gays publicado na década de 1960, por conta das constantes referências a

uma sexualidade embasada nessa divisão dos gêneros, que, para alguns, não correspondia à realidade vivida por esses homens. Além disso, no editorial da primeira edição do *Lampião da Esquina*⁶, outro jornal gay que permaneceu em atividade entre os anos 1978 e 1981, os responsáveis pelas publicações já anunciavam seu interesse em acabar com a ideia de que o homossexual seria alguém insatisfeito com seu gênero. Como será tratado a seguir, através da discussão sobre a homonormatividade apresentada por Duggan (2002), esse embate sobre ser homem e não uma mulher, será um ponto central para a formação da subjetividade homossexual durante a segunda metade do século XX e o início do século XXI.

Duggan (2002) relata, em contextos estadunidenses, que a homonormatividade é uma política sexual neoliberal que não contesta os pressupostos e instituições que sustentam e fomentam a heteronormatividade na sociedade. A autora relata que a homonormatividade é proveniente de uma terceira via política, que recusa extremismos de direita ou esquerda, ou seja, essa perspectiva se afasta de princípios conservadores antigay ao mesmo tempo que recusa os libertinos avanços *queer*. Dessa maneira, continua Duggan (2002), essa nova política se apresenta como neutra, porém, na prática, ela torna domesticáveis as identidades dissidentes e as ancora em uma cidadania consumista, na qual poder ser é equivalente a poder comprar. Vale destacar, como relata a autora, que essa política é propagada por pessoas gays, principalmente homens, que se ancoram nela e a usam para cooptar alguns ideais progressistas do movimento gay de maneira deturpada. Assim,

“igualdade” transforma-se em acesso limitado e formal a algumas instituições conservadoras, “liberdade” torna-se impunidade para o preconceito e as vastas desigualdades da vida comercial e civil, o “direito à privacidade” converte-se em um confinamento doméstico e a própria política democrática se transforma em algo que deve ser evitado (Duggan, 2002, p. 190, tradução nossa⁷).

Drucker (2017), ainda em contexto norte-americano, aponta que essa nova política sexual ganhou força na década de 1970, quando o movimento gay passou a

⁶ CONSELHO EDITORIAL. Saindo do Gueto. **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro, v. 0, p. 2 –, Abril 1978. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/01-LAMPIAO-E-DICAO-00-ABRIL-1978.pdf>. Acesso em: 02 ago 2021.

⁷ Texto original: “‘equality’ becomes narrow, formal access to a few conservatizing institutions, ‘freedom’ becomes impunity for bigotry and vast inequalities in commercial life and civil society, the ‘right to privacy’ becomes domestic confinement, and democratic politics itself becomes something to be escaped”.

excluir e marginalizar aqueles que não cumpriam com as expectativas de gênero dos ideais heterossexuais, ou seja, homens masculinos e mulheres femininas. A partir disso, o autor relata cinco consequências dessa política homonormativa: 1) a comunidade gay e lésbica se autointitula uma minoria estável; 2) a adequação dessa comunidade às normas de gênero impostas; 3) a exclusão de identidades dissidentes de gênero, como as pessoas transexuais, e algumas outras minorias, o que resulta na formação de minorias dentro da minoria; 4) a integração ao ideal de nação imperialista; e 5) a normatização das recém-formadas famílias homossexuais.

Apesar de algumas dessas características estarem presentes na cultura brasileira, esse cenário descrito, como sugerem Maracci e Prado (2021), se aproxima mais da realidade norte-americana. A partir dessa constatação, como uma alternativa para refletir sobre o cenário brasileiro, os autores propõem a ideia de homonormatividade antigênero, que, diferentemente da cidadania estadunidense baseada na capacidade de consumir, enfatiza a conformação das comunidades de pessoas com sexualidades e identidades de gêneros dissidentes a partir da ação do Estado. Maracci e Prado (2021) respaldam essa perspectiva observando as décadas de 1980, período de grande articulação entre o Estado e as políticas de gênero e sexualidade devido à pandemia da Aids, e 1990, quando esse movimento pela liberdade sexual e de gênero se consagrou a partir das organizações não governamentais (ONGs) que foram constantemente solicitadas pelo Estado a fim de construir políticas públicas.

A partir dessa aproximação entre o Estado e esses movimentos sociais, os autores apontam a dificuldade em construir políticas públicas e ideais civis a partir de um viés menos normatizado, uma vez que essas ONGs precisavam evitar contestações e perspectivas mais críticas para se aproximarem das intenções do Estado, um dos principais agentes capazes de garantir direitos e seguridades para essas comunidades. Dessa forma, essa homonormatividade antigênero é

constituída por um pacto de boas relações entre ativismo e Estado, pela concessão de determinados espaços da esfera pública para que algumas demandas se insurjam como legítimas, mas que se situem sempre em segundo plano frente a decisões, de fato, 'importantes', como uma corrida eleitoral (Maracci; Prado, 2021, p. 2975).

Isso resulta em uma política que não faz contestações e nem gera transformações sociais, tal qual Duggan (2002) pontuou em seu próprio contexto, haveria uma assimilação acrítica e despolitizada das normas heterossexuais e de

gênero. Assim como no contexto norte-americano, pontuam Maracci e Prado (2021), essa política sexual brasileira constitui e incita um bom sujeito da diversidade, que deve estar alinhado aos interesses do Estado, que visa a assimilação e aceitabilidade da sociedade como um todo. Algumas situações relatadas por Irineu (2014) deixam esse cenário mais evidente, como a dificuldade de criminalizar as discriminações por orientação sexual⁸ e também de legalizar a união civil entre pessoas do mesmo sexo, pautas amplamente críticas pela bancada evangélica desde a década de 1990. Assoma-se ainda o mais recente veto ao Kit Escola sem Homofobia em 2011, que, na ocasião, a Presidenta Dilma afirmou “que em seu governo não faria ‘propaganda de opções sexuais’” (Irineu, 2014, p. 168).

Apesar da perspectiva de Maracci e Prado (2021) trazer contornos brasileiros importantes para as observações de Duggan (2002), algumas colocações de Quinalha (2022), além de enfatizarem a relação desse movimento com a coalizão entre Estado e ONGs, também reforçam o neoliberalismo como um ponto crucial para a constituição da homossexualidade. Quinalha (2022) destaca que, durante a década de 1990, diante da impossibilidade da concretização legal das uniões civis homossexuais e da emergência das ONGs, ocorreu a combinação de uma visibilidade política desejada com uma comercialização inesperada. O autor destaca que isso não só evidenciou a diferença financeira entre os indivíduos dessa comunidade, mas também garantiu a primazia de reconhecimento aos mais abastados desse grupo.

Para Quinalha (2022), essa intersecção entre sexualidade e extratos sociais gerou dois efeitos. Primeiro, o avanço de um projeto neoliberal já em desenvolvimento desde o período ditatorial brasileiro e que, na década de 1990, resulta na mercantilização da experiência homossexual. E, segundo, a domesticação da experiência gay, que, cada vez mais, instaura uma hegemonia do ideal masculino e heterossexual entre seus participantes, como será visto com mais detalhes a seguir. Ecoando a discussão de Duggan (2002), a mercantilização e a domesticação desses modos de vida são vistos pelo autor como uma tentativa de compensar a falta de direitos civis, pois “a aceitação não decorreria de um alargamento do ‘direito de ter direitos’, mas da exploração do potencial de consumo desse segmento” (Quinalha, 2022, p. 150).

⁸ Em 2019, o Supremo Tribunal Nacional (STF) equiparou os crimes de homofobia e transfobia aos crimes de racismo no Brasil.

Esse aspecto econômico emergente aparece até mesmo na primeira edição da Parada do Orgulho, em 1997. Com o tema “somos muitos, estamos em todas as profissões”, colocando a força de trabalho em destaque, esse evento celebra e reivindica, ao mesmo tempo, os modos de experienciar a vida dessas pessoas e também os direitos civis conquistados e almejados, além das obrigações e necessidades financeiras inerentes a toda vida presente no sistema capitalista. O caso das Paradas do Orgulho também demonstra que, mesmo em meio a esses avanços neoliberais, a aproximação com o Estado não desapareceu, já que o evento costuma receber investimento tanto do âmbito privado, quanto do campo estatal. Dessa forma, não a escolha de um em detrimento do outro, mas um acionamento estratégico de ambos segmentos.

Portanto, ao invés de recusar as considerações sobre o neoliberalismo colocadas por Duggan (2002), parece mais proveitoso para os propósitos deste trabalho, conciliar a perspectiva da autora com as ponderações de Maracci e Prado (2021). Assim, não se trata, no Brasil, de apenas uma questão de coalizão entre sociedades civis organizadas e Estado, mas também de um desenvolvimento neoliberal no qual o Estado faz parte. Junto da emergência das ONGs voltadas para a movimentação política e social desta comunidade, também houve uma proliferação de espaços comerciais, produtos e serviços voltados para a comunidade gay, além das inúmeras explorações publicitárias e midiáticas ao longo da década de 1990, como indicou Quinalha (2022). Essas constatações não deixam dúvidas que não só o Estado desempenhou um importante papel na constituição do ideal homossexual brasileiro, mas também o próprio projeto neoliberal em processo de desenvolvimento no país contribuiu com essa formação.

A partir da definição de homonormatividade de Duggan (2002), da exploração desse conceito por Drucker (2017) e da aclimatação dessa ideia por Maracci e Prado (2021) com as devidas ponderações para o contexto brasileiro, pode-se considerar que a homonormatividade busca reconstituir, dentro das relações homoafetivas, padrões historicamente estruturados e impostos às relações heterossexuais baseados na distribuição ideal dos papéis de homens e de mulheres em sociedade, sem deixar de lado as idealizações neoliberais. Dessa forma, a partir da emergência dessas políticas, às relações homoafetivas, assim como as subjetividades homossexuais, são cada vez mais circunscritas pelos ideais, já

discutidos neste capítulo, que compuseram as relações heterossexuais e a binariedade homem e mulher.

É possível observar o fenômeno descrito por esses autores acionados acima a partir de alguns trabalhos já publicados. Como é o caso da questão da valorização dos trejeitos e modos masculinos em detrimento de características tidas como femininas, já aparente no *Lampião da Esquina* (1978-1981). Lopes (2023) afirma que o jornal tinha uma postura ambígua, pois, ao mesmo tempo em que se dizia contra formas de machismo e outras violências, com frequência exaltava a masculinidade a partir de um estereótipo do “gay-macho” para rechaçar e desencorajar trejeitos e afetações que afastavam alguns homens gays de um ideal viril. Também de forma paradoxal, Pinto (2021) relata que o jornal, enquanto permaneceu em atividade entre 1978 e 1981, apresentou perspectivas contrastantes, já que, ao mesmo tempo que apresentava matérias e personagens subversivos, também reivindicava a construção de uma homossexualidade respeitável, o que seria equivalente a um sujeito homossexual masculinizado e, portanto, ideal. Dividido entre a bicha afeminada e o entendido masculino, apesar de muitas vezes parecer favorável a essa última categoria, o jornal se constitui como um espaço de disputa entre essas possibilidades de subjetivação, que, para Pinto (2021), marca mais o borbulhar de um regime homonormativo do que a sua consolidação no Brasil.

Se no período do *Lampião da Esquina* a homonormatividade estava em vias de construção, a partir da década de 1990 parece ocorrer sua consolidação. Maior (2021) observa isso na *Sui Generis*, uma revista em circulação no Brasil entre 1995 e 2000 que abordava “notícias sobre o comportamento homossexual, sociabilidades, dicas de livros, filmes, artigos de tom mais reflexivo, entrevista com homossexuais famosos, propagandas de produtos de beleza a roupas de marca” (Maior, 2021, p. 03). O autor nota, através das cartas de leitores enviadas à revista, que uma característica primordial para aqueles que desejam sair do armário é ser masculino e, assim, não dar pinta ou ter trejeitos tidos como femininos. Além disso, ao observar as imagens veiculadas pela revista, o autor percebe esse ideal homonormativo mais uma vez através da valorização do homossexual masculino, branco e cisgênero em meio às inúmeras outras possibilidades de homossexualidade.

Indo mais além, para se ter uma ideia da propagação dessa homonormatividade, cabe observar o caso da G Magazine, uma revista que circulou entre outubro de 1997 e junho de 2013 voltada para o público gay com até 110 mil exemplares vendidos mensalmente em 2005⁹. Além dos populares ensaios de homens famosos e anônimos nus, a revista publicou textos do escritor e militante João Silvério Trevisan, criou colunas com diversas temáticas importantes para a comunidade, muitas vezes indo além das temáticas que abordavam exclusivamente homens gays, e também apostou “em reportagens sobre saúde, estética, comportamento e notícias nacionais e internacionais de interesse do mundo gay”.

Ao voltar seu olhar para os ensaios fotográficos de homens nus, Rodrigues (2007) consta que, nas 48 edições publicadas entre janeiro de 2001 e dezembro de 2004, apenas uma foto, das cerca de mil, colocava o modelo fotografado em uma posição de passividade e subordinação sexual. Na fotografia, o modelo anônimo prostrado sob seus joelhos e mãos, ou seja, de quatro para o consumidor da revista, destoa dos outros ensaios, que destacam o falo ereto em domínio do fotografado e seu olhar direcionado para a câmera e, conseqüentemente, ao leitor da revista, que é convidado a servir ao pênis oferecido pelo modelo. Rodrigues (2007) aponta que essa escolha deliberada por valorizar o falo nos ensaios fotográficos remonta a ideia do masculino como fonte de superioridade e de virilidade, ecoando os ideais do patriarcado. A partir disso, o autor também articula que a homossexualidade, enquanto uma diferença, ganha visibilidade a partir do atrativo econômico que oferece através da valorização de algumas características físicas que justificariam a presença de alguns modelos em detrimentos de outros, como homens brancos “preferencialmente com cabelos e/ou olhos claros (em tons de azul, verde e ou mel), idade inferior a 30 anos e corpo atlético ostentando uma anatomia com músculos delineados pelos exercícios físicos” (Rodrigues, 2007, p. 135), tal qual aponta Ana Maria Fadigas, a diretora responsável pela G Magazine, em entrevista ao autor. Essa observação reforça o que a matéria já citada da Folha de São Paulo relata: “há casos em que o número de exemplares cai [de 110 mil] para 60 mil por mês, caso o ‘homem da capa’ não caia no gosto dos leitores”.

⁹ MARQUES, Camila. "G Magazine" muda e público atinge quase metade da "Playboy". **Folha de São Paulo**, 26 mai. 2005. Ilustrada, Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u50966.shtml>. Acesso em: 11 mai. 2024.

De maneira parecida, através de análises da amostragem de três capas por ano da G Magazine publicadas entre 1997 e 2007, Silva (2010) também percebe a valorização de corpos que performam virilidade e masculinidade. Dessa forma, se afastando do estereotipado homossexual afeminado, o autor aponta o flerte da revista com a heterossexualidade masculina, sustentada por todas aquelas exigências de masculinidade discutidas no início deste capítulo e agora refletidas nas observações do autor sobre uma das revistas gay mais influente do Brasil. “Assim, essa revista homoerótica constitui um espaço para a enunciação da homossexualidade, desde que esteja nos moldes dos estereótipos heterossexuais” (Silva, 2010, p. 169), o que evoca as liberdades circunscritas pela homonormatividade discutidas por Duggan (2002) e seus comentadores, mesmo sem a citação desse conceito pelo autor.

Para além do que as capas e os ensaios fotográficos da G Magazine fazem emergir, Silva (2003) volta seu olhar para os discursos dos leitores nas sessões SOS, Carta do Leitor, Contos, Procurados e Foi Assim de seis edições publicadas entre novembro de 1999 e abril de 2000, totalizando 551 textos. Na sessão Contos prevalece a narrativa de histórias românticas e sexuais, já em Foi Assim, voltada para a narração das primeiras experiências sexuais dos leitores, há uma exploração maior do erotismo. Se essas repartições da revista estão voltadas para o relato de experiências já vividas ou imaginadas, a sessão Procurados visa a concretização desses desejos ao incitar os leitores a buscar companheiros afetivos e/ou sexuais. Mais abrangente em sua função do que esses espaços já descritos, a sessão SOS visa contribuir com dúvidas enviadas pelo público da revista sobre questões amorosas, familiares e até mesmo religiosas. Por fim, o espaço Carta do Leitor, dentro do possível, permite e dá liberdade para o leitor reclamar, agradecer, sugerir, criticar e provocar não só o corpo editorial da revista, mas também os leitores que participam dessa e de outras editorias da revista.

As sessões Procurados, Carta do Leitor e SOS parecem as mais interessantes para compreender as noções homonormativas exaltadas pelos leitores da revista. Silva (2003) relata que, ao descrever seus interesses, a característica que os leitores, sejam eles ativos, passivos ou versáteis no ato sexual, mais rejeitam e buscam afastar da sua imagem é a feminilidade e a afetação, dando preferência para homens discretos e sigilosos. Além dessas exigências, o autor também destaca

algumas características físicas que demarcam uma corporeidade masculina ideal e desejável, como músculos, força, beleza, falo avantajado e a exaltação da voz firme e grossa.

A reação do público à edição protagonizada por Roger, do grupo Ultraje a Rigor, é significativa para constatar as observações de Silva (2003), que destaca algumas críticas ao ensaio fotográfico, como a reclamação sobre a presença de “um homem tão fora de forma” na edição de aniversário da revista, além da recusa em “ver homens barrigudos de pica mole” e o escracho ao descrever Roger como “uma aberração da natureza” por ter “coisa pequena”, já que “deveria ter rola, mas tem barriga”. Porém, vale destacar, assim como faz Silva (2003), que nem todos os leitores concordam com esses ideais estéticos, que muitas vezes são vistos como preconceituosos, como a crítica feita na Carta do Leitor citada no trabalho aqui referenciado: “num país onde o homossexual luta, briga e faz protestos contra o preconceito, fico indignada ao abrir esta revista em ‘procurados’ e ver o mais puro preconceito estampado pelas próprias bibas”. O autor também apresenta algumas críticas de semelhante teor direcionadas ao corpo editorial da revista, que, na perspectiva dos reclamantes, seria responsável por visibilizar alguns corpos em detrimento de outros.

Em suas observações sobre essas expectativas, Silva (2003) relata que não é possível afirmar se esse desejo por essas masculinidades heterocentradas parte dos próprios leitores que interferem na perspectiva editorial da revista e, portanto, fomentam a predominância de homens jovens, magros e musculosos nos ensaios fotográficos ou se ocorre o inverso, ou seja, se a G Magazine, ao pôr em evidência esses corpos, produz um ideal de desejo que valoriza e centra o interesse de seus leitores apenas nesses tipos de corpos à mostra mensalmente nas bancas.

Apesar do autor não responder de onde emana os desejos por masculinidades heterocentradas, seria possível inferir que o ponto de início da rede de desejos não está localizado na revista e nem em seus leitores, mas nas inúmeras instituições e formas de subjetivação que exaltam a binariedade homem-mulher e a fixam a partir de uma norma heterossexual. Dessa forma, os leitores da revista e a própria revista não são o ponto inicial, mas são os elementos necessários para que toda essa verdade posta seja referenciada e validade, assim não é possível dizer

quem veio primeiro, os sujeitos ou essas ideias, mas é possível perceber que não há um sem o outro, já que se sustentam.

Assim, para além dessas discussões sobre a gênese da homonormatividade, vale destacar como o desejo do leitor e a oferta da revista se retroalimentam e fomentam

a constituição de uma identidade gay “socialmente aceitável”. O que passa não somente pela cristalização de uma identidade gay específica que busca ser homogênea e coerente; mas também, pela constituição de um consumidor específico. Dessa forma, um dos vetores de aceitação do gay na sociedade, enquanto cidadão legítimo, é a sua capacidade especial de consumir (Silva, 2003, p. 147).

Diante dessa constatação, o autor enfatiza a G Magazine como um espaço privilegiado para produção de sujeitos, principalmente através da questão do consumo, que “começou a abrir novos espaços para a construção da homossexualidade não só como um comportamento sexual, mas como um modo de vida e uma forma de expressão social com um estilo e caráter próprio” (Silva, 2003, p. 151).

Apesar das situações aqui apresentadas darem destaque para o período de virada do século XX para o XXI, Trevisan (2021), ao lembrar dos mesmos tipos de “anúncios sentimentais” em revistas e jornais tratados acima, aponta que “essa mentalidade se desdobrou na era da internet e dos aplicativos de namoro, em que o valor de troca erótica pode ser maior quanto mais alguém se apresente integrado ao padrão de normatividade sexual” (Trevisan, 2021, p. 220). O autor denuncia essa “inclusão controlada”, já evidenciada aqui por outros autores, não como uma forma de legitimação da diversidade, como costuma ser veiculada, mas como um meio de disfarçar as exclusões vigentes sustentadas pela compressão da sexualidade humana em categorias, que instaura um imperativo que dita o certo e o errado, o natural e o antinatural ou o normal e o anormal, ou ainda o desejável e o inconveniente.

Ao lado desses aspectos enfatizados através do setor midiático privado, o acionamento do Estado como meio de garantir direitos civis não desapareceu. Momento expressivo disso foi quando, em 1990, a Organização Mundial da Saúde retirou a homossexualidade de categorias médicas que a classificavam como desvio, doença e/ou transtorno sexual, como enfatizam Parker e Daniel (2018). Além disso, Quinalha (2022) destaca que, também na década de 1990, por volta de 70 cidades

incluiram em suas Leis Orgânicas a proibição da discriminação por orientação afetiva-sexual, mesmo com as dificuldades impostas pelos setores políticos conservadores. Com a virada do século e o enfoque cada vez maior nas discussões em torno dos direitos humanos e do combate a violência, essa aproximação entre movimentos sociais e Estado parece ganhar ainda mais força.

Em 2001, foi criado o Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD). Em 2002, foram lançados a segunda versão do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) e o Programa Nacional de Ações Afirmativas (PNAA). Em 2003, foram criadas a Secretaria de Políticas para a Igualdade Racial (Seppir) e a Secretária de Políticas para as Mulheres (SPM). Em 2004, foi realizada a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres e lançado o programa federal Brasil Sem Homofobia. Em 2005, acontecerá a I Conferência Nacional de Promoção Igualdade Racial. Em 2007, o I Seminário Nacional de Segurança Pública e Combate à Homofobia, promovido pela Secretaria Nacional de Segurança Pública em parceria com a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT). Em 2008, houve a I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, com a presença do presidente Lula na abertura. Em 2009, foi a vez do lançamento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT, e, em 2010, foi criado o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção da Cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNPDLGBT) (Aguião; Lopes, 2023, p. 479 - 480).

Dessa forma, as observações de Rodrigues (2007), Silva (2010) e Silva (2003) sobre a revista G Magazine, além da contribuição de outros autores sobre diferentes objetos tratados neste capítulo, enfatizam as características neoliberais elencadas por Duggan (2002) que, ao lado da participação estatal na constituição da homossexualidade brasileira desde a emergência da pandemia da Aids evidenciada por Maracci e Prado (2021) e demonstrada, principalmente, através de Quinalha (2022) e Aguião e Lopes (2023), configuram uma homonormatividade a brasileira, no qual ideais de gênero centrados na heterossexualidade do homem masculino e na mulher feminina, destacados principalmente por Trevisan (2021), Jablonka (2021) e Queiroz (2021) no início deste capítulo, são sobrepostos nas relações homoafetivas com o intuito de produzir uma higienização dita apolítica e uma cidadania limitada, na qual o homossexual tudo pode, desde que não infrinja, mais do que sua própria existência já faz, os sistemas patriarcal e liberal, no qual deve consumir.

Por fim, cabe destacar que apesar do dualismo destacado no início deste capítulo, não se pretendeu aqui presumir limites ou formas ideais para a produção dos sujeitos homossexuais. Pois, mesmo diante da aparente unidade que a

homossexualidade transparece pela dualidade macho-fêmea, aqui valorizada apenas pela sua capacidade estratégica de permanência, essas não são as únicas possibilidades de performance para o corpo definido como homossexual masculino (twinkies, ursos, barbies, lontras, drags, discretos, chubbies, chasers, daddies, afeminados, leathers, gaymers e muitos outros, além das divisões baseadas em categorias de passividade, atividade, versatilidade ou gouinage¹⁰), já que entre essa comunidade há uma lógica rizomática na construção de semelhanças e afastamentos, no qual a revisão e redescoberta histórica faz emergir mais diferenças do que uma unidade identitária, que viria ter mais valor para a sociedade se acionada como um mecanismo político sempre temporário, passível de suspensões e aberto ao devir.

Agora, finalizada a discussão em torno das proveniências de gênero que fomentam a homonormatividade no território brasileiro e feita está última ponderação, cabe retomar, no próximo capítulo, a figura tornada abjeta e marginalizada durante o início da formação do sujeito homossexual, aquele indivíduo cuja insatisfação com o gênero atribuído em seu nascimento, decidido a partir da sua anatomia biológica, resulta na insatisfação com os limites de sexo e gênero. Em outras palavras, as pessoas conhecidas hoje como travestis e/ou transexuais, que, paralelamente à constituição do sujeito homossexual brasileiro, também foi organizada através de saberes médicos e poderes estatais.

4. 2. Transgeneridades: novas Evas

Distribuídos em seus respectivos espaços e épocas, as travestis e as pessoas transexuais, aqui reunidas sob o termo guarda-chuva transgênero¹¹, são pessoas que não se identificam com o gênero que lhes foi atribuído a partir de constatações estritamente biológicas durante seu nascimento. Essa definição,

¹⁰ Além do espaço que iria ocupar descrever cada uma dessas categorias citadas, haveria o risco de que, no ato da definição, fossem cristalizadas mais imagens e interpretações em torno dessas figuras, portanto, presumindo que algum desses nomes tenha despontado alguma curiosidade no leitor, fica a provocação para buscar sobre eles em produções cinematográficas, séries e programas de televisão, escritos acadêmicos e literários, ferramentas de buscas, revistas, jornais, sites pornográficos, bancos de imagens, espaços físicos e onde mais achar que é possível encontrar sentidos para esses nomes.

¹¹ Apesar da comum distinção entre uma figura e outra, aqui será levado em conta a questão que aproxima esses modos de vida: a insatisfação com os limites do sexo e do gênero. Porém, vale destacar, que a transexualidade costuma estar atrelada a um processo de higienização decorrente dos procedimentos biológicos e estéticos desenvolvidos pela medicina através das cirurgias plásticas e do uso de hormônios, já a travestilidade é corriqueiramente tida como monstruosa e marginal, assim é associada a vida noturna, ao crime e a prostituição, apesar de hoje essa abjetificação das travestis ser a razão do interesse em “redefinir ou refundar a maneira como são representadas e compreendidas socialmente” (Passos, 2023, p. 73) as pessoas transgêneras.

localizada de forma explícita ou implícita em todas as referências que serão citadas neste capítulo, já está bastante difundida no imaginário popular, o que não quer dizer bem aceita, pois, apesar dos avanços que ocorreram nesse sentido no contexto brasileiro nos últimos anos, ainda há muita histeria diante da discussão dessas temáticas. Apesar disso, em meio a muitas violências e suas respectivas resistências, esses corpos existem e são atravessados por emaranhados de saber e poder que, ao mesmo tempo, constituem esses sujeitos e também os limitam, como será mostrado ao longo deste capítulo.

Em sua história geral, a ideia de mudança de gênero aparece na mitologia muito antes da existência dos nomes que são usados para nomear essas experiências de vida hoje. Moreira e Marcos (2019), ao apontarem o mito não só como a primeira maneira de narrar, mas também um modo de interpretar a realidade humana, evidenciam Cibele, Ártemis e Hermafrodito, três personagens das mitologias grega e latina com histórias que contemplam uma certa ideia de transgeneridade através da castração do pênis ou de uma confusão entre dois gêneros presentes em um só corpo. Como mostram as autoras, só muitos séculos depois desses mitos que os nomes atribuídos a essas experiências surgem, já que o termo transexual foi inventado em 1949 pelo doutor D. O. Caudwell e a palavra transexualismo um pouco depois, em 1953 sob a autoria de Harry Benjamin. Apesar dessa nomeação tardia, além de presente nos mitos, Moreira e Marcos (2019) também apontam a presença de experiências transgêneras na literatura médica francesa desde o século XV.

Castel (2001), divergindo do descrito por Moreira e Marcos (2019), aponta que o termo transexual foi utilizado pela primeira vez em 1910 por Magnus Hirschfeld em sua obra *Die Transvestiten*, que visava separar as formas de homossexualidade das de travestimento para complexificar e heterogeneizar os “atos contra a natureza”. Porém, Castel (2001) mostra que foi só diante da repercussão do desenvolvimento da endocrinologia, principalmente na Europa, que o cirurgião Felix Abraham efetuou a primeira cirurgia de redefinição de gênero na paciente Rudolf em 1921, caso que antecedeu o de Lili Elbe, história retratada no filme *The Danish Girl* (2015). Através desses casos notórios, Castel (2001) aponta que já na metade do século XIX a vaginoplastia era uma técnica dominada, enquanto a faloplastia seria desenvolvida só a partir de 1917, quando Harold Gillies concretizou seus experimentos em soldados mutilados.

Após esse enfoque biológico, Castel (2001) destaca as emergentes questões humanísticas que partem do campo da sociologia norte-americana para tentar compreender se esses comportamentos ambíguos de gênero são efeitos da natureza ou da cultura. É nesse período que John Money, um professor de psicopediatria do hospital universitário de John Hopkins, domina as discussões com suas teorias, tal qual evidencia Castel (2001) e Preciado (2022). Os estudos de Money levaram ele a concluir que “o gênero e a identidade sexual são modificáveis até os dezoito meses de idade” (Preciado, 2022, p. 134), essa conclusão parte “da combinação estratégica de duas linguagens, de duas epistemologias que serão utilizadas para descrever o corpo: a análise cromossômica e o juízo estético” (Preciado, 2022, p. 135). Segundo as ideias de Money, “cada um é o que ‘passa’ em sua interação social, a identidade sexual não escapa à regra” (Castel, 2001, p. 87). A partir dessa perspectiva, será consagrada “a distinção do ‘sexo’ biológico e do ‘gênero’ psicossocial” (Castel, 2001, p. 87), uma divisão que privilegia o sexo como natural e pré-discursivo em detrimento da volatilidade social do gênero, ideia que será refutada por Butler (2003).

Diante dos recorrentes sucessos das cirurgias e das constatações de Money, Castel (2001) mostra que foi possível constituir a “disforia de gênero”, uma patologia cunhada por Norman Fisk em 1973 que

replicava palavra por palavra à demanda dos transexuais, transportando seu autodiagnóstico (não se sentir do sexo adequado) para a definição médica da síndrome, e consagrava no mesmo movimento como única escolha terapêutica aquela que eles solicitam (hormônios e cirurgia) (Castel, 2001, p. 90).

Nesse contexto, Castel (2001) descreve a constituição de dois tipos de posição diante da transgeneridade. A primeira posição diz respeito à perspectiva daqueles que acreditam que, através da liberdade individual sobre seu próprio corpo, é possível ter autonomia para acionar a ciência para a efetivação de vontades consideradas hedonistas. Essa primeira posição, favorável à transgeneridade, pode ser acionada a partir do “transexualismo assimilacionista”, que a compreende apenas como uma transição para um sexo diferente e esperado, ou diante de uma visão “transgenerista”, que visa subverter as hierarquias de gênero, tidas como uma subordinação política limitante, e, por isso, critica a rigidez binária perpetuada na constituição estética da transgeneridade. O autor aponta essas duas possibilidades

como constituidoras do movimento político transexual, que se organizou conforme o modelo utilizado pela militância feminista e homossexual.

Já a segunda posição, que se opõe a essa possibilidade de experiência, desconfia das técnicas de recriação corpórea e, por isso, vê a sexualidade e o gênero como pontos de partida obrigatoriamente binários, heterossexuais e fixos. Interpretando essa perspectiva, corpo e mente são compreendidos como elementos imutáveis e previamente dados por uma força metafísica inquestionável que comumente se aproxima de ideais cristãos, nos quais o movimento de oposição a causa transgênero se apoiou ao longo dos anos no mundo todo.

Castel (2001) se refere a essas perspectivas como escolhas morais que só o tempo poderia definir uma vencedora, o que parece já ter ocorrido. Hoje, é possível perceber que a autonomia e a mutabilidade do corpo humano, mesmo tendo em vista as limitações que ainda perduram, se sobressaiu, até então, a obrigatoriedade de corresponder a concordância artificialmente naturalizada e organizada entre sexo, gênero, sexualidade e corpo. Isso não quer dizer que existam mais pessoas transgêneras que cisgêneras, mas que, atualmente, há aparatos sociais e médicos que, responsáveis pelas urgências desse grupo de pessoas, possibilitam e organizam a emergência de vidas transgêneras mesmo diante dos empecilhos impostos por uma parcela conservadora da sociedade.

No Brasil, em 2018, quando foi autorizada a mudança de sexo nos documentos sem a necessidade da cirurgia de redesignação de gênero ou de uma autorização judicial, foram efetuadas 1129 mil mudanças de sexo e/ou nome¹², já em 2023, com 3908 mil solicitações, ocorreu um aumento de 246% em relação à demanda do primeiro ano¹³. No que diz respeito ao campo da saúde brasileira, no Sistema Único de Saúde foram realizados 612 procedimentos de transexualização corporal entre 2014 e 2023¹⁴, no mesmo âmbito, desde 2020, o processo de

¹² SILVA, Ronaldo. Cartórios apontam aumento de quase 70% em registros de mudança de sexo em 2022. **CNN Brasil**, São Paulo, ano 2023, 1 fev. 2023. CNN Plural, Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/cartorios-apontam-aumento-de-quase-70-em-registros-de-mudanca-de-sexo-em-2022/>. Acesso em: 6 jun. 2024.

¹³ GIUSTI, Iran. Brasil bate recorde de mudança de gênero em cartórios em 2023. **Terra**, São Paulo, ano 2023, 26 dez. 2023. Nós, Disponível em: <https://www.terra.com.br/nos/brasil-bate-recorde-de-mudanca-de-genero-em-cartorios-em-2023,77f389f6c0ff5367c8b4d864bc0c98dfja4xcj1.html>. Acesso em: 6 jun. 2024.

¹⁴ FIGUEIREDO, Camilla; ROCHA, Diego Nunes da; SILVA, Vitória Régia da. 20 anos de Visibilidade Trans no Brasil: avanços e desafios. **Gênero e Número**, Rio de Janeiro, ano 2024, 25 jan. 2024. LGBTQIA+, Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/visibilidade-trans-20/>. Acesso em: 6 jun. 2024.

redesignação de gênero pode ser custeado por redes de convênios de saúde quando solicitado¹⁵. Esse cenário brasileiro foi construído aos poucos em meio a conflitos de interesses pessoais, morais, religiosos e políticos, que não só foram influenciados pelas linhas gerais da história já narrada aqui da transgeneridade mundial, mas também por diretrizes e parâmetros do próprio cenário brasileiro.

A questão da transgeneridade no Brasil, como indica Oliveira (2017), está relacionada com a travestilidade e a história do teatro brasileiro, pois as mulheres eram proibidas de atuar nos palcos brasileiros, isso proporcionou o surgimento de homens especializados em se travestir e interpretar papéis femininos no século XIX. Trevisan (2018) reforça esse aspecto da história da travestilidade ao lembrar que, já no início do século XX, esses atores que se travestiam não só atuavam como mulheres nos palcos, mas frequentemente extrapolavam essa prática para a sua vida cotidiana, passando a viver como travestis a partir de então, o que na época era tido como pederastia ou uma modalidade desta.

No fim do século XIX, relata Oliveira (2017), a questão transgênera se institucionalizou através de acadêmicos do campo da medicina e da psicologia que voltaram suas atenções para a sexualidade, a “inversão sexual” e a prostituição, o que resultou em um longo processo de tentativa de higienização social em território nacional com apoio da segurança pública, principalmente entre 1930 e 1940. Apesar dessas violências propagadas com ajuda do Estado, a proliferação desses modos de vida que desafiavam as lógicas binárias de gênero não cessou, já que “o delegado Guido Fonseca, responsável por uma das periódicas ondas de repressão aos travestis em São Paulo, calculava que em 1976, só nessa cidade, haveria em torno de 2 mil deles trabalhando na prostituição” (Trevisan, 2018, p. 282).

Passos (2023) aponta que, na década de 1970, período em que as travestis ainda tinham mais proeminência pública do que as transexuais no Brasil, foi organizada a Associação Damas da Noite, grupo responsável por combater as violências policiais contra as trabalhadoras sexuais, o que incluía as travestis. A autora destaca esse grupo como o início da formação política do Movimento de Mulheres Transexuais e Travestis no Brasil, que foi fundado no início da década de 1990, quando as ONGs instauraram um modelo para a militância política brasileira

¹⁵ BLANES, Simone. Cirurgias de adequação sexual crescem 75% pelos convênios médicos. **Veja**, São Paulo, ano 2023, 24 abr. 2023. Saúde, Disponível em: <https://veja.abril.com.br/saude/cirurgias-de-adequacao-sexual-crescem-75-pelos-convenios-medicos>. Acesso em: 6 jun. 2024.

agir. Algumas integrantes da Associação Damas da Noite fizeram parte de projetos que visavam a prevenção do HIV/Aids, essa aproximação com as ONGs possibilitou a criação da Associação de Travestis e Liberados (Astral) criada em 15 de maio de 1992 no Rio de Janeiro. Oliveira (2017) corrobora com essas informações ao destacar que esse movimento não só ganhou força na década de 1990 no Brasil, mas também em outros países da América Latina.

O período de criação da Astral coincide com o fortalecimento do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB). Como também evidencia Passos (2023), os dois grupos eram, em seus respectivos modos e proporções, marginalizados, porém, devido a visibilidade que a pandemia da Aids trouxe, o grupo de homens homossexuais ganhou prevalência política e midiática. Apoiados em um ideal de masculinidade respeitável e visando se afastar de figuras andróginas e tidas como promíscuas, parte do movimento homossexual masculino contribuiu com o “banimento das travestis para um lugar de não cidadãs” (Passos, 2023, p. 70), inclusive algumas lideranças, como também destaca a autora. Apesar disso, com o passar dos anos, a pesquisadora aponta que, mesmo diante de atritos, os dois grupos se aproximaram e mudaram o nome do Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas para Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis em 1997.

Em meio a isso, Passos (2023) também destaca que a figura transexual começa a ser importada, causando estranheza em território nacional, espaço onde algumas travestis não se identificavam com essa figura esterilizada pela ciência médica do norte global, uma vez que, “diferentemente das transexuais, que desejam ser vistas como mulheres ‘completas’, travestis assumem um corpo de um devir-mulher, desafiando as fronteiras precisas entre o masculino e o feminino” (Oliveira, 2017, p. 03). As diferenças entre travestis e transexuais parecem retomar a divisão observada por Castel (2001) na formação política do movimento transgênero internacional, uma vez que coloca em oposição uma figura que rompe a norma binária diante da fluidez entre os gêneros e uma outra que busca remontar a assimilação binária na constituição do seu próprio corpo transgênero.

Apesar disso, Oliveira (2017) destaca que essa divisão tão estrita entre travestis e transexuais não se respalda pelas experiências individuais desses sujeitos, mas sim por normas médicas e científicas que estruturam um corpo anormal e um outro ideal através de ponderações restritivas sobre o que é ser ou

não um transexual ou uma travesti. Se opondo a figura tida como aberrante das travestis, o discurso médico e científico constrói o modelo ideal de transexualidade para incitar a higienização de corpos que são vistos como incongruentes dentro da lógica binária, ou seja, “trata-se de um sistema normatizador que não reconhece a amplitude das próprias masculinidades e feminilidades em si e que estabelece um regime da verdade transexual” (Oliveira, 2017, p. 08).

Diante da importação desse outro modo de viver uma experiência de mudança de gênero, os campos da saúde organizaram um conjunto de regras para tornar legal a cirurgia de mudança de sexo voltada para pessoas transexuais. Segundo Silva (2018), o Conselho Federal de Medicina normatizou pela primeira vez a cirurgia de redesignação de gênero através da resolução n. 1482/1997¹⁶, que define “transexualismo” a partir de características como “desconforto com o sexo anatômico natural”, “desejo expresso de eliminar os genitais, perder as características primárias e secundárias do próprio sexo e ganhar as do sexo oposto”, “permanência desse distúrbio de forma contínua e consistente por, no mínimo, dois anos” e a “ausência de outros transtornos mentais”. Para estar apto à cirurgia, além de ter o laudo médico de “transexualismo”, o paciente deve ser maior de 21 anos, não ter nenhuma característica física tida como inapropriada para a cirurgia e ser acompanhado, por pelo menos 2 anos, por uma “equipe multidisciplinar constituída por médico-psiquiatra, cirurgião, psicólogo e assistente social”. Além das exigências voltadas aos pacientes, a norma também define que esse procedimento só poderá ocorrer “em hospitais universitários ou hospitais públicos adequados à pesquisa”. Cumpridas essas exigências, a resolução autoriza a realização de cirurgias de neocolpovulvoplastia (construção da vagina), neofaloplastia (construção do pênis), além de outros procedimentos complementares a esses, como o uso de hormônios.

Porém, como relata Silva (2018), a resolução de n. 1652/2002¹⁷ revoga a anterior de 1997 e faz mudanças, como a substituição do termo “transexualismo” por “transgenitalismo” para se referir ao diagnóstico médico. Além disso, “as cirurgias

¹⁶ BRASIL. Conselho Federal de Medicina. Resolução nº 1.482, 10 de setembro de 1997. Autoriza a título experimental a realização de cirurgia de transgenitalização do tipo neocolpovulvoplastia, neofaloplastia. **Diário Oficial da União**. Brasília, ano 135, n. 181, p. 20944, 19 set. 1997. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=19/09/1997&jornal=1&pagina=208&totalArquivos=216>. Acesso em: 18 jun. 2024.

¹⁷ BRASIL. Conselho Federal de Medicina. Resolução nº 1.652, 6 de novembro de 2002. Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM nº 1.482/97. **Diário Oficial da União**. Brasília, ano 139, n. 232, p. 80, 2 dez. 2002. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=02/12/2002&jornal=1&pagina=80&totalArquivos=88>. Acesso em: 19 jun. 2024.

para adequação do fenótipo feminino para masculino só poderão ser praticadas em hospitais universitários ou hospitais públicos adequados para a pesquisa”, enquanto “as cirurgias para adequação do fenótipo masculino para feminino poderão ser praticadas em hospitais públicos ou privados, independente da atividade de pesquisa”. Essa divisão segue a novidade normativa que define a cirurgia de construção do pênis (neofaloplastia) ainda como experimental, ao passo que a construção da vagina (neocolpovulvoplastia) não assume mais esse caráter. A norma mantém a mesma exigência de uma equipe qualificada e multidisciplinar, mas desde 2002 adiciona a exigência de um endocrinologista.

Por fim, as normativas mais atuais no intervalo temporal definido para este capítulo¹⁸ respondem à resolução n. 1955/2010¹⁹ descrita por Silva (2018). Revogando a norma de 2002, o Conselho Federal de Medicina altera apenas a exigência de qual hospital pode ou não realizar esses procedimentos, enfatizando que, se possuir a equipe multidisciplinar exigida, qualquer hospital está autorizado a realizar a cirurgia de redesignação de gênero, não importando se o procedimento é uma construção de vagina ou de pênis. Diante dessas normas, ao observar a experiência de pessoas transgêneras no Brasil, Bento (2017) detalha que o processo de “redesignificação” só pode ser iniciado quando o desejo de mudar de sexo é reconhecido, pelo paciente, como uma doença. Tal qual as diretrizes postas pelo Conselho Federal de Medicina, a autora relata que o processo pode durar, ao menos, dois anos, sem a certeza de que será concedida a autorização para a cirurgia, já que os agentes de saúde envolvidos podem considerar o solicitante inapropriado para essa transição.

Dentro desse período de dois anos, conforme descrito por Bento (2017) a partir das Normas de Tratamento da Benjamin International Gender Dysphoria Association (HBIGDA) e do Manual de Diagnóstico e Estatísticas de Distúrbios Mentais (DSM) da Associação Psiquiátrica Americana (APA), são exigidas quatro etapas antes da possibilidade de efetuar a cirurgia. Primeiramente a terapia hormonal, que consiste em administrar aos pacientes androgênios, progesterona ou

¹⁸ Há uma nova norma instituída em 2019.

¹⁹ BRASIL. Conselho Federal de Medicina. Resolução nº 1.955, 12 de agosto de 2010. Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM nº 1.652/02 (publicada no Diário Oficial da União; Poder Executivo, Brasília-DF, n. 232, 2 dez.2002. Seção 1, p.80/81). **Diário Oficial da União**. Brasília, ano 147, n. 170, p. 109, 3 set. 2010. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=03/09/2010&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=112>. Acesso em: 19 jun. 2024.

estrogênio depois de frequentar algumas sessões de terapia ou imediatamente após o início do processo de “redesignificação”. Há também o teste de vida, que obriga o candidato a usar as vestimentas do gênero com o qual se identifica desde o começo do tratamento. Outra exigência é a realização de testes de personalidade para se certificar de que o candidato não sofra de nenhum outro transtorno de personalidade. Além de todos esses procedimentos, também é exigido um conjunto de exames de rotina ao longo de todo esse processo.

Como afirma Bento (2017), é só após esse árduo e longo processo descrito acima que alguns candidatos serão julgados aptos para realizar cirurgias como a histerectomia, a mastectomia e a construção do pênis ou da vagina. Averiguando este longo processo,

o que contribuirá para a formação de um parecer médico sobre os níveis de feminilidade e masculinidade presente nos demandantes, são as normas de gênero. Serão elas que estarão sendo citadas, em séries de efeitos discursivos que se vinculam às normas, quando se julga ao final um processo de um/a “candidato/a” (Bento, 2017, p. 47).

Por isso, é possível afirmar que alguns dos mesmos jogos de verdade constituidores da normatividade cisgênera e heterossexual serão acionados nos processos de reconstituição de corpos transgêneros, uma vez “que a identidade de gênero, as sexualidades, as subjetividades só apresentam uma correspondência com o corpo quando é a heteronormatividade que orienta o olhar” (Bento, 2017, p. 17). Petry e Meyer (2011) reforçam isso ao perceberem a presença de um ideal heteronormativo na reconstituição da coerência entre sexo-gênero-sexualidade em corpos transexuais, que segue a uma ordem nada natural, mas estabelecida socialmente ao longo da história da humanidade através da exclusão e marginalização de sujeitos classificados como anormais ou antinaturais.

Silva e Lopes (2014) também enfatizam essa perspectiva ao apontarem que o sucesso das cirurgias é medido conforme a naturalidade do resultado, ou seja, será uma pessoa transexual de valor e verdadeira aquela que se parecer mais com uma pessoa cisgênera. Dessa forma, o período em que passam por procedimentos hospitalares tem a função de “realizar a ‘aspepsia’ nas performances dos/as ‘candidatos/as’, cortar as paródias dos gêneros, eliminar tudo que recorde os seres abjetos que devem ser mantidos à margem” (Bento, 2017, p. 57). Apesar dessas constatações, não se pretende aqui advogar contra esses procedimentos que

amenizam o sofrimento psíquico, e algumas vezes até físico, de pessoas transgêneras, mas complexificar as conexões entre violência, resistência, cooptação e reapropriação no qual esses e outros indivíduos estão suscetíveis.

Diante dessa complexa instrumentalização do corpo transgênero, principalmente no início do século XXI, muitas pessoas foram as que corresponderam às expectativas impostas pelo saber médico, ao mesmo tempo que outras organizaram diferentes meios e motivações para a transformação de seus corpos em meio às verdades médicas. Petry (2015) nota isso ao entrevistar mulheres transexuais e destacar a urgência que as entrevistadas tinham em se aproximar da imagem feminina mesmo sem a presença de um especialista nessa transição, uma vez que, mesmo antes de começar o processo médico-legal de redesignação de gênero, elas já se apresentavam no dia-a-dia com vestes do gênero com o qual se identificavam e também tomavam hormônios muitas vezes indicados por outras pessoas transgêneras. Apesar desse cenário subversivo, no qual as entrevistas se rebelavam contra a dureza do procedimento médico-legal, quando inseridas nele, essas mulheres se submetiam a ele e tinham como questões importantes para sua existência a “construção do corpo de mulher socialmente aceitável, a autorepulsão pela imagem do falo, o treino da voz docilizada como sinal de feminilidade e o processo cirúrgico e suas complicações” (Petry, 2015, p. 75).

Diante das obrigações impostas às pessoas transgêneras pelas ciências da saúde, fica evidente que não só a biologia desses corpos era um elemento a se observar, mas a própria existência dessas experiências nas dinâmicas sociais já era uma preocupação. É possível apresentar a complexidade desse cenário quando observados os relatos apresentados por Adelman *et al.* (2003) sobre a experiência de vida de 18 transexuais e travestis na primeira década do século XX. Já na infância e na adolescência, períodos em que a formação familiar tem mais influência nas experiências de vida dos indivíduos, as entrevistadas relatam seu interesse pelo universo feminino, desde brincadeiras até vestimentas. Esse comportamento é tido como aberrante pelos familiares próximos, que buscam maneiras de corrigir essa postura a fim de evitar uma possível homossexualidade no futuro, um dos medos mais comuns na criação de crianças e adolescentes, destacam as autoras. No ambiente escolar, as dificuldades continuam. Uma entrevistada relembra quando colegas de sala de aula achavam que sua mãe deveria ser alertada sobre os

comportamentos preocupantes que ela tinha, inclusive sugeriram que a entrevistada passasse por uma intervenção médica. Ao narrar outros problemas de gênero e sexualidade experienciados no ambiente escolar, Bento (2017, p. 206) afirma que “a escola aparece como uma instituição saturada, produtora e reprodutora da homofobia”.

Como visto acima, a homossexualidade assombra a experiência transgênera, mas isso não parte apenas da perspectiva daqueles que estranham essas expressões de gênero ambíguas, pois, antes de se identificarem como pessoas transgêneras, algumas das entrevistadas se assumiram como homens homossexuais, relata Adelman *et al.* (2003). Isso mostra que, em alguns casos, a verdade constituída em torno da homossexualidade organiza parte da experiência de vida de algumas pessoas transgêneras não só no campo institucional-político, como quando ocorreram conflitos entre o Movimento Homossexual Brasileiro e a Associação de Travestis e Liberados, mas também no próprio campo das experiências pessoais. Os indivíduos transgêneros fizeram emergir o entrecruzamento entre gênero e sexualidade proveniente do histórico das bichas e dos veados que a homossexualidade masculina carrega, que não desapareceu com a emergência do homem homossexual na década de 1980, mas passou a coexistir com outros tipos de experiências de sexualidade entre homens discriminadas dentre os sujeitos de uma sexualidade abjeta. Essa confusão entre sexualidade e gênero, tidas como codependentes, assim como no caso da homossexualidade no século XX, também constituiu alguma inteligibilidade para a questão da transgeneridade, ao menos nos primeiros anos de vida dessas pessoas.

Diante dessa relação, a transgeneridade não foi apenas afetada por questões e limites da homossexualidade, mas também afetou a experiência do que é ser um homem homossexual, marcando cada vez mais as diferenças entre essas duas categorias. Por isso, é um erro pensar que apenas os homens homossexuais se recusaram a ser confundidos com transgêneros, já que algumas transexuais também tentaram se afastar da figura dos gays, das lésbicas e, inclusive, das travestis, tidas como espalhafatosas e promiscuas, dessa forma “a relação que os/as transexuais vão estabelecer com essas margens constitutivas pode variar do ódio (*‘odeio bicha’, ‘tenho nojo de sapatão’, ‘não sou igual a eles’*) ao reconhecimento da

diferença (*'não sou igual a eles/as'*)" (Bento, 2017, p. 202, grifo da autora). Em um dos relatos, uma entrevistada fala:

os gays não tem nada de mulher e ficam se beijando na frente de crianças. Eu queria que eles respeitassem, não se beijassem e nem ficassem com aquele olhar de amor. Deixa para fazer isso dentro de casa. Os travestis também têm que se comportar, eles estão muito relaxados. Gostam de ficar pelados, de ficar mostrando, aquela coisa e tudo. Travesti até que eu concordo de ficar pegando na mão. Porque o menino, a criança, vai ver sentado na praça, vai ver que é mulher. Pode pegar, dar uns beijinhos. Porque travesti parece mulher mesmo, de seios e tudo (Bento, 2017, p. 2004, grifo da autora).

Nesse trecho, para enfatizar alguns descontentamentos, a entrevistada retoma expectativas binárias de gênero, lógicas heteronormativas e ideais homonormativos para localizar a homossexualidade masculina, que aparece como algo inapropriado e perigoso para os olhos inocentes das crianças. De maneira semelhante, a travesti é considerada com uma figura reprovável, a não ser que ela aja de forma respeitosa e feminina, características ideais para as mulheres em um regime patriarcal. Diante disso, fica evidente que não só homens homossexuais afetaram a constituição da transgeneridade ao acionarem a heteronormatividade e a binariedade natural dos gêneros para desqualificar e se afastar da experiência de vida dessas pessoas, mas também as transexuais podem acionar as mesmas lógicas para constituir seus próprios limites diante de categorias que imperavam no imaginário popular antes de sua consagração. Por isso, "a construção do 'transexual oficial' fundamenta-se na produção de um saber específico que o separou das travestis, dos *gays* e das lésbicas" (Bento, 2017, p. 19, grifo da autora).

Essa percepção não só justifica a necessidade de abordar a transgeneridade em uma genealogia da homossexualidade, mas também captura as relações de poder foucaultianas em suas próprias empirias, uma vez que a constituição da transgeneridade não partiu apenas das opressões sofridas por esse grupo, mas também das próprias resistências que ecoaram diante dessas violências, além da constituição de outras alternativas, como a demarcação dos limites entre pessoas transgeneras e as outras figuras tidas como abjetas. Dessa maneira, a experiência transgênera não apenas foi constituída em meio as forças emergentes, mas também contribuiu para a constituição dessa mesma realidade ao alargar fronteiras, impor limites, fazer emergir sujeitos e destituir ou constituir verdades.

Vale destacar que esses deslocamentos não partem do nada, mas do mundo posto a esses indivíduos, que, diante das suas próprias experiências, acionam

velhos ideais para constituir novas possibilidades, principalmente na vida adulta, quando é possível ter mais autonomia sobre si. Isso é notável quando mulheres transexuais buscam como parceiro romântico um homem heterossexual, esteticamente masculino e penetrador no ato sexual e, diante desse ideal, se constituem como a figura da esposa delicada, passiva e penetrada, como mostra Adelman *et al.* (2003). Nesse cenário, para descrever seu parceiro dos sonhos, elas acionam os mesmos ideais que constituíram as imagens do homem verdadeiro e do homossexual ao longo do século XX e se afirmam a partir de expectativas femininas impostas pelo patriarcado às mulheres. Por isso, é possível afirmar que “os roteiros sociais iniciais que as travestis e as transexuais têm à sua disposição são geralmente os mais convencionais que existem, produzidos pelos meios de comunicação de massa, pela igreja e pelas tradições populares” (Adelman *et al.*, 2003, p. 86). Assim, tal qual os homossexuais e outros grupos estigmatizados, a transgeneridade deslocou e/ou retomou verdades que outrora eram acionadas para marginalizá-las.

Apesar da retomada de alguns estereótipos e ideais já consagrados socialmente, vale destacar que, nos relatos das pessoas transgêneras entrevistadas por Adelman *et al.* (2003) e Bento (2017) na década de 2000, muitas lógicas tidas como naturais ou normais também foram desfeitas. Além da constituição de novas regras para classificar alguém como homem ou mulher, a suposta repulsa que pessoas transgêneras sentem por seu próprio corpo ou a heterossexualidade compulsória imposta a suas vidas são postas em cheque quando as autoras relatam experiências plurais que extrapolam essas expectativas em torno das pessoas transexuais e das travestis. As constatações dessas autoras borram algumas margens impostas para fazer emergir uma experiência transgênera difícil de alocar em categorias limitantes, uma vez que

elas ocupam posições tanto dentro como fora da ordem de gênero hegemônica da nossa sociedade. Fora, porque rompem com normas sobre quem pode ser considerado homem ou mulher, masculino ou feminino. Dentro porque também reproduzem ou ficam presas a dicotomias preestabelecida” (Adelman *et al.*, 2003, p. 92).

Como percebem as autoras, a transgeneridade, a homossexualidade, a heterossexualidade, a bissexualidade, a cisgeneridade ou qualquer outra possibilidade de concretização do desejo e de gênero imaginável, estão localizadas em um mesmo dispositivo, que, a cada novo elemento, reposicionamentos são

necessários e outras possibilidades e dispositivos são constituídos. Dessa maneira, a experiência de transexuais e travestis está sujeita a propagar velhos hábitos na mesma proporção que pode constituir novos, pois, apesar de todos os imperativos sociais e biológicos, a possibilidade de uma pessoa transgênera não retirar os seios ou o pênis, mas ter acesso ao tratamento hormonal, por exemplo, demonstra que “a concepção de uma identidade travesti [e/ou transexual] foi gradativamente sendo moldada pela história brasileira, na qual essas pessoas não foram apenas vítimas da exclusão e repressão, mas também agentes e negociadoras” (Oliveira, 2017, p. 18).

Em meio aos atritos entre os ideais médicos-científicos e as experiências de vida dessas pessoas, um aparato legislativo também se desenvolveu durante o final do século XX. Silva (2018) afirma que o projeto de lei n. 1909/1979, o primeiro com o objetivo de regulamentar a cirurgia de redesignação de gênero, foi apresentado pelo deputado José de Castro Coimbra com o objetivo de acrescentar um parágrafo ao art. 129 do Código Penal, que protege a integridade física e psíquica do indivíduo. O parágrafo proposto para o art. 129 afirma que “não constitui fato punível a ablação de órgãos e partes do corpo humano, quando considerada necessária em parecer unânime de junta médica e precedida de consentimento expresso de paciente maior e capaz”, com isso, o autor do projeto visava proteger a prática médica, pois, segundo consta no documento, o direito deveria acompanhar as mudanças científicas e não punir seus agentes, como ocorreu com o cirurgião Roberto Farina que foi condenado a dois anos de reclusão diante da interpretação de que as cirurgias de redesignação de gênero violavam a integridade física de seus pacientes, mesmo que esses fossem adultos e consentissem com a cirurgia²⁰. Silva (2018) relata que essa primeira tentativa foi frustrada pelo veto do general, e então presidente, João Baptista de Oliveira Figueiredo em 1984.

Apesar da falha dessa primeira tentativa, Silva (2018) conta que o mesmo deputado fez uma proposta semelhante através do projeto de lei n. 70/1995²¹. Nele, o deputado propõe a mesma alteração para o art. 129 do Código Penal ainda com o

²⁰ BRASIL. Projeto de Lei nº 1909, de 25 de Setembro de 1979. Acrescenta parágrafo ao artigo 129 do Código Penal, instituído pelo decreto-lei 2848, de 07 de dezembro de 1940. **Diário do Congresso Nacional**. seção 1, Brasília, Ano 34, n. 119. p. 10178-10179. Disponível em: <https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD26SET1979.pdf#page=42>. Acesso em: 18 jun. 2024.

²¹ BRASIL. Projeto de lei nº 70, de 22 de fevereiro de 1995. Dispõe sobre intervenções cirúrgicas que visem à alteração de sexo e dá outras providências. **Diário do Congresso Nacional**. Brasília, Ano 50, n. 47. p. 4218-4219. Disponível em: <https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD24MAR1995.pdf#page=32>. Acesso em: 18 jun. 2024.

intuito de proteger os médicos que efetuarem cirurgias de redesignação de gênero. Além disso, como uma consequência da possibilidade de efetuação dessas cirurgias, o projeto também propôs acrescentar um parágrafo no art. 58 da Lei de Registros Públicos para possibilitar a mudança dos nomes dos pacientes que passarem pelos procedimentos cirúrgicos de mudança de sexo. Diferente da primeira tentativa, o projeto foi aprovado com unanimidade pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação e também pela Comissão de Seguridade Social e Família²².

Além desse projeto, outras medidas também abordaram questões de interesse de pessoas transgêneras. Como é o caso do projeto de lei n. 3727/1997 que, criado pelo deputado Wigberto Tartuce, propôs o acréscimo de um parágrafo no art. 57 da Lei de Registros Públicos para possibilitar a troca de nome após a realização da cirurgia de redesignação de gênero²³. Avançando nessa questão, o projeto de lei n. 6655/2006, proposto pelo deputado Luciano Zica e aprovado em 2010, visa alterar o art. 58 da Lei n. 6015, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências, para possibilitar a troca de nome de pessoas transexuais que não passaram pelo procedimento cirúrgico, mas possuem laudo médico que atesta sua transexualidade²⁴. Por fim, o projeto de lei n. 2976/2008, organizado pela deputada Cida Diogo, visa também mudar o texto da Lei n. 6015 ao acrescentar o art. 58-A para possibilitar travestis terem em seus documentos oficiais não só o nome que lhe foi atribuído quando nasceu, mas também um nome social que condiz com a identidade de gênero que é exercida durante seu dia a dia²⁵.

²² BRASIL. Projeto de lei nº 70, de 22 de fevereiro de 1995. Dispõe sobre intervenções cirúrgicas que visem à alteração de sexo e dá outras providências. **Diário da Câmara dos Deputados**. Brasília, Ano 54, n. 15. p. 3357-3362. Disponível em: <https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/D23JAN1999.pdf#page=11>. Acesso em: 18 jun. 2024.

²³ BRASIL. Projeto de lei nº 3727, de 16 de outubro de 1997. Acrescenta parágrafo ao art. 57 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 - Lei de Registros Públicos, dispondo sobre mudança de nome no caso em que especifica. **Diário da Câmara dos Deputados**. Brasília, Ano 52, n. 192. p. 33944-33944. Disponível em: <https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/D24OUT1997.pdf#page=172>. Acesso em: 18 jun. 2024.

²⁴ BRASIL. Projeto de lei nº 6655, de 21 de fevereiro de 2006. Altera o art. 58 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que "dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências". **Diário da Câmara dos Deputados**. Brasília. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=377166&filename=PL%206655/2006. Acesso em: 18 jun. 2024.

²⁵ BRASIL. Projeto de lei nº 2976, de 11 de março de 2008. Acrescenta o art. 58-A ao texto da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências, criando a possibilidade das pessoas que possuem orientação de gênero travesti, masculino ou feminino, utilizarem ao lado do nome e prenome oficial, um nome social. **Diário da Câmara dos Deputados**. Brasília. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=543460&filename=PL%202976/2008. Acesso em: 18 jun. 2024.

Desde o projeto de lei n. 1909/1979, algumas medidas foram tomadas em relação à garantia de direitos para pessoas transgêneras, mas não foram apenas políticos interessados em beneficiar esses indivíduos que interviram. Justificado a partir de um fundamentalismo cristão cada vez mais comum no Congresso Nacional e um essencialismo amparado pela crença de uma essência humana preservada pelo nome de batismo, o projeto de lei n. 5872/2005, sugerido pelo deputado Elimar Máximo Damasceno, visa acrescentar um parágrafo ao art. 51 da Lei de Registros Públicos para proibir a mudança de nome “em casos de transexualismo”, pois, para o autor do projeto, “o transexual, em retirando os caracteres sexuais com os quais a natureza o contemplou, atira em Deus a sua revolta”²⁶.

Diante desses atritos entre aqueles que buscavam contribuir com a vida dessas pessoas e os que acreditavam que essas vidas não deviam ter direitos, a primeira década do século XXI foi marcada pela aproximação do movimento de pessoas transgêneras com o Estado, como aponta Passos (2023). Além das exigências por direitos, na década de 2000 a autora também destaca a proeminência que a figura transexual ganha em relação às travestis, assim, “transexuais passaram a transitar e a contribuir em diversas esferas das organizações que as travestis construíram” (Passos, 2023, p. 77). A autora aponta que a relação entre as antigas travestis e os recém-chegados transexuais foram fundamentais para a construção de políticas públicas que diziam respeito não só a proteção dessas vidas, mas também ao direito aos procedimentos cirúrgicos e legislativos que essas experiências de vida exigiam.

Algumas vezes tida como travesti e outras como transexual, o caso de Roberta Close, uma das pessoas transgêneras mais notórias do Brasil, pode contribuir com o entendimento desse cenário conturbado que embaraça experiências pessoais, salas médicas e tribunais de justiça. Como relata Trevisan (2018), ela surgiu nos holofotes brasileiros por volta de 1984, quando, ao participar de uma propaganda na televisão, ganhou fama repentina devido à curiosidade do público em relação a sua condição de gênero. A partir de então, Roberta Close se tornou modelo e ganhou destaque na mídia brasileira, inclusive na *Playboy*, onde “suas fotos fizeram esgotar, em apenas três dias, os 200 mil exemplares da revista”

²⁶ BRASIL. Projeto de lei nº 5872, de 9 de setembro de 2005. Proíbe a mudança de prenome em casos de transexualismo. **Diário da Câmara dos Deputados**. Brasília, 16 out. 1997. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=543460&filename=PL%202976/2008. Acesso em: 18 jun. 2024.

(Trevisan, 2018, p. 295). Em meio às muitas capas de revistas e programas que participou, o autor conta que também houveram aqueles que questionaram o destaque midiático que Roberta Close vinha tendo, repudiando suas aparições e fazendo previsões alarmantes diante da expressividade de sua imagem na mídia.

Entre os que a aplaudiam e os que a repudiavam, a modelo não deixou de ser uma figura importante na propagação do que é ser uma travesti ou uma transexual no Brasil. Trevisan (2018) conta que, em 1989, a modelo foi para fora do país fazer sua cirurgia de redesignação de gênero, já que ainda não era possível realizá-la de forma legal em território nacional. Após isso, de volta ao país, o autor relata que a modelo tentou mudar seu nome em seus documentos civis várias vezes, mas só conseguiu essa mudança em 2005, assim, “desde então, ficou valendo no varejo a autorização judicial para mudança de nome e de sexo no registro civil, com a finalidade de adequar o documento à aparência física” (Trevisan, 2018, p. 513) graças, em parte, a grande repercussão que a modelo causou.

Esse breve relato da vida de Roberta Close coloca em evidência muitos dos desafios comuns a vida de mulheres travestis e transexuais, como a erotização desses corpos, uma vez que o interesse exorbitante pela *Playboy* que a modelo estampou contrasta com a dificuldade que essas pessoas encontram quando o assunto é afeto, amor ou carinho. Da mesma maneira, a necessidade da modelo em viajar para o exterior para realizar sua cirurgia faz emergir a dificuldade cotidiana que muitas pessoas transgêneras enfrentam para concretizar o desejo de realizar mudanças em seus corpos. Por fim, mesmo com sua notoriedade, os desafios jurídicos enfrentados por Roberta Close para mudar seu nome em seus documentos civis são um cenário recorrente na vida de pessoas transexuais e travestis comuns.

É em meio a esses conflitos e aproximações entre o campo da saúde, o campo jurídico e as experiências pessoais que travestis e pessoas transexuais vão compor uma verdade a partir do dispositivo da transgeneridade. Diante das alternativas marginalizadas inauguradas pelas travestis, com a transexualidade, o desejo de pertencer a outro gênero foi reconhecido, institucionalizado e cooptado por um saber médico-científico-legislativo-jurídico-social. Desde então, as técnicas ilegais de alterações corpóreas que outrora colocavam em risco a integridade física das travestis, passaram a responder a normas e leis que possibilitaram o aperfeiçoamento desses procedimentos. Isso fez emergir a experiência transexual,

uma possibilidade transgênera que, em sua idealização, aproxima a experiência transgênera de uma cisheteronormatividade. Apesar desse aparato que afetou parte das experiências transgêneras, nem todas essas pessoas corresponderam às expectativas colocadas, uma vez que, tal qual fizeram as travestis com os ideais de gênero e de sexualidade de sua época, algumas pessoas, mesmo autointitulados transexuais, subverteram partes desses saberes instaurados e até mesmo os acionaram para assegurar sua diferença até então não contemplada por eles.

Em meio aos transexuais e às travestis, que continuaram sua experiência em paralelo a essa nova figura, o homossexual masculino ilustra outra das imagens objetas entre 1980 e 2010. Nessa emergência, as experiências de sexualidade entre homens e as vivências de pessoas transgêneras se cruzam, afetando um ao outro e, muitas vezes, sendo confundidas entre si. Tal qual as bichas e os viados, as travestis vão proliferar na cidade como pragas inesperadas e indesejadas pela maioria, enquanto a transexualidade, assim como os homossexuais, emergem dos laboratórios e hospitais, espaços privilegiados de normatização, higienização e produção de saber. Da mesma maneira, em um primeiro momento, bichas, viados e travestis aparecem como elementos que se confundem entre sexualidade e identidades de gênero, para logo em seguida, quando sobrepostos pela imagem do homossexual e do transexual, fazerem emergir experiências mais localizadas e divididas dentro de categorias de sexualidade e gênero.

Deve-se interpretar a transexualidade como um dos desdobramentos do dispositivos da sexualidade. Neste sentido, é um acontecimento histórico datado. No século XX, mais precisamente a partir de 1950, observa-se um saber sendo organizado em torno dessa experiência. A tarefa, portanto, era construir um dispositivo específico que apontasse os sintomas e se formulasse um diagnóstico para os/as transexuais diferenciados das travestis, *gays* e lésbicas (Bento, 2017, p. 129, grifo da autora).

Apesar da autora evidenciar a transexualidade, aqui, acopla-se a essa experiência a travestilidade também, sendo ambas figuras que se desdobraram a partir de um dispositivo de sexualidade que muitas vezes as interpretou como homossexuais, um dos efeitos do dispositivo de sexualidade. Tal qual Eva partiu das costelas de Adão, travestis e transexuais foram até certo período de suas vidas socializadas e compreendidas como homens, apesar de esses não serem os verdadeiros homens, mas as bichas e viados, que também eram assimilados como algo parecido com as transgeneridades. É por isso que a experiência transgênera é

fundamental para compreender a contemporaneidade da homossexualidade, tema das análises presentes no próximo capítulo.

5. Emergências contemporâneas (2010-2020): Canal das Bee

O Canal das Bee²⁷ foi idealizado em 2012 por Jessica Tauane Souza como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Comunicação e Multimeios na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). A ideia do canal surgiu, além da necessidade dele para finalizar o curso, também do interesse em organizar um projeto de combate à homofobia. Com o slogan, “uma abelha só não produz nenhum mel”, a equipe do canal formou-se através de publicações em redes sociais que divulgavam a proposta e fomentavam a participação das pessoas.

Desde a idealização do Canal das Bee, é possível identificar nele a relação irreduzível entre saber e poder, pois é perceptível eles imbricados na constituição do projeto, já que foi organizado a partir de uma instituição de saber e se justificou através de um ideal político que visa intervir na realidade e naqueles que vivem nela ao combater a homofobia. Neste caso, é impossível isolar poder e saber no ordenamento do projeto de ação que, subsidiado por conhecimentos legitimados, tomou as proporções que alcançou.

Entre o primeiro vídeo publicado, em 7 de novembro de 2012, e o último, em 28 de junho de 2021, o Canal das Bee teve mudanças no elenco de apresentadores. Nos primeiros anos, os mais frequentes no canal eram Jessica e Victor, mas em 2014 são introduzidos no canal Debora, Herbet e Mola. Com a saída repentina de Victor, os três últimos ingressantes ganham mais destaque ao lado de Jessica, que em 2015 introduz Fernanda no corpo de apresentadores. Porém, em 2016 Mola se ausenta do canal devido a outros compromissos que assumiu, seguido de Debora, que deixa o canal em março de 2017. A partir desse mesmo ano, Herbet, Fernanda e Jessica se tornam os apresentadores fixos do canal, até 2018, quando Jessica deixa o canal que segue até o fim com Herbet e Fernanda. Em geral, os apresentadores eram homens e mulheres, cisgêneros e bissexuais, lésbicas ou homossexuais, de pele branca e pertencentes à classe média.

Esses numerosos apresentadores contribuíram com a produção de diferentes quadros ao longo do Canal das Bee. Eram recorrentes nos primeiros anos de

²⁷ As informações sobre a formação do canal foram coletadas em: CONHEÇA o Canal das Bee: Making of. São Paulo, Canal das Bee, 2012. 1 vídeo (5 min). Publicado pelo Canal das Bee. Disponível em: <https://youtu.be/WFXZ-zqxKm4>. Acesso em: 18 abr. 2024. HISTÓRIA do canal: #MaisUmPasso. São Paulo, Canal das Bee, 2017. 1 vídeo (16 min). Publicado pelo Canal das Bee. Disponível em: <https://youtu.be/lsUxSiXUyM8>. Acesso em: 18 abr. 2024. JESSICA Tauane: Canal das Bee, surto, bipolaridade, ser influenciadora lésbica. São Paulo, Põe na Roda, 2024. 1 vídeo (94 min). Publicado pelo Põe na Roda. Disponível em: <https://youtu.be/kjMmCZZx0rs>. Acesso em: 18 abr. 2024.

atividade alguns, como o *Pergunte às Bee*, quando os interlocutores do canal respondiam perguntas enviadas pela audiência, ou, como descrito nos vídeos, “tem alguma dúvida? Sobre gays ou sobre qualquer coisa do mundo, e quer saber a opinião deles? Mande seu comentário e eles podem te responder no próximo episódio do Pergunte às Bee!”. Além dele, havia o *Bee Comenta*, descrito como um espaço onde “são comentados temas atuais e notícias fresquinhas sobre o universo LGBT”, e também o *Bee Fun*, “um quadro apenas de humor”, como explícito no próprio título. Com o passar do tempo, surgiu o *Bee News*, que, reestruturando o *Bee Comenta*, funciona como um jornal do canal, já que nele relatam e comentam alguns acontecimentos. Além disso, também foi criado um quadro nos últimos anos do canal, o *Papo de Beesha*, onde Herbert traz convidados e todos comentam experiências e sentimentos de ser um homem gay.

Quadros esporádicos, temporários ou limitados no canal também existiram. Com o #OrgulhoDeSer, o Canal das Bee, junto de outros youtubers e ativistas, expunham o orgulho de pertencer ao universo LGBT e justificavam a luta por direitos, como indicam nas descrições dos vídeos: “o Canal das Bee tá junto de youtubers e ativistas para expor o nosso orgulho de ser LGBT e, explicar de uma vez por todas, por que temos que lutar pelos nossos direitos!”. Houve também o quadro Guia Básico, funcionando como um espaço no canal para explicar “termos que podem dificultar o entendimento de quem não tem proximidade com as pautas de gênero, sexualidade e LGBT”, dessa maneira, o canal fomenta um repertório sobre gênero, sexualidade e cultura LGBT nos que assistem para que eles possam acioná-los nos seus modos de agir em relação a si e aos outros. Ao longo dos anos, aconteceram também campanhas sazonais, como o #CriandoOrgulho, uma campanha do YouTube para o mês do Orgulho LGBT, e também a playlist #MeuPrimeiroBullying, uma ação entre youtubers para combater as violências nos espaços escolares no dia Nacional de Combate ao Bullying.

Além dos diferentes apresentadores e quadros que se sucederam, o Canal das Bee, com o passar do tempo, também conquistou um público numericamente considerável²⁸. Diferentes autores se interrogaram sobre que audiência

²⁸ Alguns números podem contribuir com o entendimento da proporção que o projeto tomou. O canal publicou seu primeiro vídeo em 7 de novembro de 2012 e o último em 28 de junho de 2021. Hoje soma 856 vídeos, 366 mil inscritos e, aproximadamente, 36 milhões de visualizações. Além desses dados, é importante registrar que, mesmo após três anos de seu encerramento repentino, o canal ainda soma 8920 mil visualizações entre 15 de março de 2024 e 15 de abril do mesmo ano.

correspondiam esses números e como o canal fazia dela seu público primordial, mesmo que projetado. Para Abouid e Carvalho (2022), o Canal das Bee foi um canal voltado para jovens LGBTQIAP+ de classe média e urbanos. Os autores também indicam ser possível identificar o canal como um produto cultural LGBTQIAP+ devido à estética que adota, perceptível em níveis simbólicos, performáticos e linguísticos. Isso ocorre, segundo Busch e Almeida (2019), através de uma linguagem leve, jovem e majoritariamente descontraída. Contribuindo com essas perspectivas, Wollinger e Filha (2016) posicionam o canal como um grupo jovem e sem elitismos, que não só visava ser uma ferramenta para conquista de direitos, mas também propunha-se a educar e politizar jovens interessados na agenda LGBT. Além disso, Busch e Almeida (2019) e Wollinger e Filha (2016), destacam que os jovens inscritos no canal eram convidados a participar da construção do canal através de envio de dúvidas, comentários nos vídeos e interações nas redes sociais do canal. Ainda em concordância com Busch e Almeida (2019), Wollinger e Filha (2016) vêem o canal como um espaço que abordava questões populares dos espaços acadêmicos e coletivos de forma acessível, modulando a linguagem e materializando as discussões em experiências de vida comuns ao grupo compreendido como audiência do canal.

O conteúdo produzido por e para LGBTQs questiona vivências comuns ao público específico e instiga a discussão sobre os preconceitos vividos. Além disso, a disseminação de informação política e militante aproxima o público de pautas que não são corriqueiras fora dos coletivos LGBTQs, mas que são de extrema importância para todo esse público (Busch; Almeida, 2019, p. 05).

Diante dos autores citados e das observações preliminares dos vídeos, é possível registrar as primeiras impressões sobre o canal. Através daquilo explicitado por Abouid e Carvalho (2022) e Busch e Almeida (2019), é possível perceber a constituição de um discurso pela modalidade de enunciação acionada pelo Canal das Bee, uma vez que, pelos próprios modos de dizer, é possível circunscrever o canal como um espaço discursivo marcado pela jovialidade, por conta da linguagem leve e descontraída, quase sempre bem-humorada, usada pelos seus integrantes. Esse modo de dizer é também acionado no canal para traduzir, adequar e aclimatar os discursos científicos que são acionados nele de forma leve e acessível para um público que nem sempre está iniciado nas longas discussões acadêmicas sobre as complexas relações entre humanos e suas sexualidades, sexos e gêneros.

Já Wollinger e Filha (2016) mostram que, diante dessa maneira de se expressar, os integrantes do canal educavam e politizavam seus inscritos sobre a comunidade LGBTQ+ a partir de uma visão jovial de classe média branca e urbana. Aspectos estes que podem ser reconhecidos nos vídeos quando os integrantes do canal tentavam não ser elitistas, apesar dos extratos sociais que pertenciam. Essa modalidade de enunciação, sem uma hierarquia explícita, ou ao menos não almejada, diz muito da forma que o discurso, em sua materialidade, permite reunir a opinião de todos, desde que os sujeitos sejam pertencentes a uma sexualidade ou gênero abjetos.

Busch e Almeida (2019) e Wollinger e Filha (2016) mostram que, nesse cenário jovial, o canal escolheu como estratégia acionar os inscritos para apontarem problemas que o Canal das Bee poderia tentar ajudar a resolver. Para a elaboração de solução dos problemas de vida das pessoas que assistiam o canal, os autores indicam que eram acionados saberes acadêmicos e de movimentos políticos através de testemunhos e confissões, modulações privilegiadas para responder a interação do público. A partir do dito por esses autores e do observado no canal, esse aspecto convidativo do canal valorizava a interação entre produtores de conteúdo e consumidores e garantia a estrutura interativa exigida na contemporaneidade. Essa estratégia participativa está presente em quase toda a produção do Canal das Bee, por conta da interação entre apresentadores do canal e inscritos.

Além disso, há também uma estratégia de cooperação sustentada pela diversidade de convidados que colaboraram com a construção do programa ao longo dos anos. Dos 74 vídeos publicados entre junho e dezembro de 2016, segundo informações levantadas por Busch e Almeida (2019), 52% dos vídeos têm convidados externos. Apesar de uma amostra pequena, a partir dessa informação e do observado no canal, é possível perceber como estratégia de seus integrantes construir um saber efeito e instrumento da diversidade, já que acionam uma multiplicidade de perspectivas quando se esforçam em convidar para o diálogo pessoas com diferentes experiências e vivências, o que resulta na aproximação de visões distintas de temáticas novas e antigas. Trata-se de um esforço em dar visibilidade para a multiplicidade da experiência de uma sexualidade não obrigatoriamente cisheteronormativa. Por isso, no canal, a diversidade não diz respeito apenas a perspectivas diferentes, mas também a uma estratégia que visa

acionar diversos sujeitos que possuem legitimidade para discursar sobre sexualidade e gênero devido às suas experiências pessoais, à sua condição, ao seu testemunho.

No Youtube²⁹, entre os vídeos disponibilizados pelo Canal das Bee, foram selecionados 98 publicados entre 2013 e 2020 a partir de títulos que faziam referência a homossexualidade masculina, masculinidade e transgeneridade, uma vez que ao longo da pesquisa esses últimos dois aspectos também se tornaram relevantes para a discussão sobre a homossexualidade masculina dadas as proveniências de gênero. Após assistir os 98 vídeos, 50 deles foram selecionados conforme a importância dada a pelo menos um desses três eixos de interesses da pesquisa, somando 8 horas e 43 minutos de conteúdo³⁰. Para descrição e análise desse material, após a identificação dos conteúdos dos vídeos, eles foram divididos em três categorias: homossexualidades, masculinidades e, por fim, transgeneridades, que são abordadas a seguir.

5.1. Entre a essência do ser e as escolhas de ser homossexual

Na sociedade atual é comum o questionamento sobre se é possível nascer naturalmente um homem gay ou se a experiência homossexual seria uma fabricação dependente de escolhas subjetivas. Essa questão, assim como quaisquer outras, diz sobre como a sociedade torna inteligível o mundo que a cerca. Especificamente, em torno dessa problemática, atualmente discorrem respostas religiosas, hormonais, psicológicas, científicas, jurídicas e de inúmeras formações discursivas que constroem saberes-verdades sobre a homossexualidade tendo em vista o modo como respondem ao problema inicialmente colocado. A verdade sobre a origem ou a causa da homossexualidade é também respondida pela própria comunidade LGBTQ+, o que inclui o Canal das Bee.

Em alguns momentos, a questão é respondida de forma direta na afirmativa “nós nascemos assim”³¹ e, desde o nascimento, definida como passível de

²⁹ O Canal das Bee pode ser acessado em: <https://www.youtube.com/@CanalDasBee>.

³⁰ A playlist com os vídeos do Canal das Bee usados nesta pesquisa estão disponíveis em: https://youtube.com/playlist?list=PLi9F-srzR32AEgfkDjdvd_wyKc0f_nx-M&si=zKUIXu1WvRvA1uSM.

³¹ HOMOSSEXUALIDADE: é uma opção?. São Paulo, Canal das Bee, 2014. 1 vídeo (2 min). Publicado pelo Canal das Bee. Disponível em: <https://youtu.be/eQA6O2DNaz0>. Acesso em: 16 abr. 2024.

reconhecimento através de sinais, como alguns traços primordiais ou universais³². Essa perspectiva essencialista da definição da origem da homossexualidade emerge em correlação à ideia de uma capacidade de pessoas homossexuais se identificarem através da observação de traços, gostos e práticas que denunciam um homossexual em potencial ao outro. O “gaydar”, como é conhecido, deixa implícito que há um universal identificável em qualquer pessoa homossexual. No caso de homens em suspeita de serem gays, isso seria percebido através do gosto por coisas que não são tidas como viris. Nestes vídeos do canal, a homossexualidade aparece como uma experiência previsível e constatável através de um senso estético previamente definido.

Em outras oportunidades, as respostas são menos essencialistas, uma vez que as experiências não são as mesmas, e afirmam a sexualidade como algo complexo e difícil de estabilizar a partir de generalizações, nas palavras de Victor: “sexualidade é uma coisa muito difícil de explicar, porque cada um tem a sua”³³. Essa perspectiva fica aparente em dois vídeos do canal. O primeiro é quando Victor relata não ter tido dificuldade em aceitar sua homossexualidade, enquanto Herbet lembra sua luta contra seus desejos homossexuais e a tentativa frustrada de desejar mulheres³⁴, ou seja, duas experiências diferentes sobre a prática homossexual. O segundo é durante a conversa de Victor e Jessica com a convidada Amanda Palha, descrita como uma travesti comunista, sobre o movimento político de esquerda e sua intersecção com a comunidade LGBT³⁵, quando afirmam a existência de inúmeras homossexualidades e homofobias, devido a variáveis como classe, raça e adequação ao gênero pressuposto, ou seja, a homossexualidade em intersecção com outras categorias sociais, tal qual parte do discurso acadêmico estipulou como ideal para a observação das experiências em sociedade. Nos dois vídeos o canal apresenta a homossexualidade como uma experiência plural, impossível de unificar,

³² GAYDAR, putaria e virar gay: pergunte às Bee 01. São Paulo, Canal das Bee, 2012. 1 vídeo (10 min). Publicado pelo Canal das Bee. Disponível em: <https://youtu.be/lu5vfaNIYQ8>. Acesso em: 16 abr. 2024.

³³ GAY chiclete, bissexuais e viadagem: pergunte às Bee 02. São Paulo, Canal das Bee, 2012. 1 vídeo (8 min). Publicado pelo Canal das Bee. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_tmn ahMTM6I. Acesso em: 16 abr. 2024.

³⁴ DESCOBERTA e afirmação: pergunte às Bee 69. São Paulo, Canal das Bee, 2015. 1 vídeo (6 min). Publicado pelo Canal das Bee. Disponível em: <https://youtu.be/l5RITNe9QBQ>. Acesso em: 17 abr. 2024.

³⁵ LGBT e esquerda: pergunte às Bee 64. São Paulo, Canal das Bee, 2015. 1 vídeo (12 min). Publicado pelo Canal das Bee. Disponível em: <https://youtu.be/uTs1JPQEkSg>. Acesso em: 17 abr. 2024.

mesmo a partir de vivências que se agrupam sob um mesmo termo, devido a exterioridades e atributos acidentais. Nessas discussões, o canal faz emergir a complexidade da homossexualidade e também deixa em aberto um espaço para exploração sexual ao não tratar essa sexualidade como um produto acabado e fechado em si, mas afetado pelas diversas dinâmicas sociais presentes nos espaços que esses sujeitos transitam.

Entre os dois polos opostos apresentados, de maneira correlacionada, o Canal das Bee converge essencialismo e construcionismo. Para o canal, a verdade sobre a origem ou a causa da homossexualidade é um fenômeno que decorre de uma essência natural, portanto previamente dado pela natureza, e, ao mesmo tempo, uma experiência social, onde o devir age. Assim, ao mesmo tempo que pretendiam levantar uma bandeira libertária em vista do fim da homofobia, contribuíam, não intencionalmente, com alguns estigmas, como a ideia de identificar a sexualidade alheia a partir das mesmas generalizações estéticas acionadas para a constatação da necessidade de uma intervenção médica-psicológica na vida dessas pessoas no século XX.

A resposta a origem ou causa da homossexualidade é ambígua não só pela dificuldade de agrupar em um só jogo a exatidão e o disparate, mas também ambígua em seus efeitos, uma vez que pode suscitar diferentes processos de objetivação e/ou subjetivação. Objetivação porque, apoiada em um ideal libertário nos termos do poder jurídico, essa ambiguidade causa o efeito inverso da liberação, uma vez que rarefaz as possibilidades de ser um sujeito homossexual e, conseqüentemente, destitui do universo de possibilidades as experiências que não correspondem ao idealizado e instaurado como devidamente homossexual, seja entre religiosos, cientistas ou os próprios homossexuais. Ao mesmo tempo, subjetivação, conforme indica Foucault (1981), já que essa estrutura de objetivação na qual os indivíduos são inseridos quando nascem pode ser acionada de uma maneira não assimilacionista, uma vez que nem todos os que se identificarem como homossexuais se submeterão a ela de forma acrítica, sendo essa rigidez o ponto de partida para o exercício crítico e criativo dos imperativos sociais. No jogo entre objetivação e subjetivação, uma dualidade complementar, o homem homossexual se reconhece como sujeito de um desejo abjeto e acredita encontrar em si mesmo a verdade desse desejo, apesar dessa verdade ser constituída entre a rigidez social

posta e a maleabilidade do indivíduo diante dessa sociedade. Nesse sentido, o autor alerta:

Outra coisa da qual é preciso desconfiar é a tendência de levar a questão da homossexualidade para o problema ‘Quem sou eu? Qual o segredo do meu desejo?’ Quem sabe, seria melhor perguntar: ‘Quais relações podem ser estabelecidas, inventadas, multiplicadas, moduladas através da homossexualidade?’ O problema não é o de descobrir em si a verdade sobre seu sexo, mas, mais importante que isso, usar, daí em diante, de sua sexualidade para chegar a uma multiplicidade de relações. E essa, sem dúvida, é a razão pela qual a homossexualidade não é uma forma de desejo, mas algo de desejável. Temos que nos esforçar em nos tornar homossexuais e não nos obstinarmos em reconhecer que o somos (Foucault, 1981, p. 01).

Foucault (1981) coloca a problemática de ser homossexual sob outros prismas. Para o autor, não se trata apenas de instrumentalizar-se ou objetivar-se, ou seja, dizer “eu sou homossexual”, mas também de mostrar a importância dos processos de subjetivação, uma vez que nesse jogo há o acionamento das regras do mundo para efetivar-se enquanto um sujeito na sociedade. Dessa maneira, o que importa para o autor não é tanto tornar-se aquilo que é definido ou objetivado como homossexual, como se houvesse uma essência, mas como essa suposta noção rígida pode ser rearticulada diante das relações construídas a partir do ser homossexual, seja entre amigos, familiares e amantes. Essa complexidade entre essências e construções aparece na fala dos integrantes do canal, já que, aparentemente, é sobre uma suposta rigidez que é possível constituir a maleabilidade da homossexualidade no canal também. Porém, apesar dessa maleabilidade, eles fazem o que Foucault (1981) não recomenda: insistentemente, através das palavras de ordem que colocam em circulação, voltam a questão do que é ser homossexual, como exercer essa homossexualidade e como se portar no mundo sendo um homossexual.

Apesar do estranho arranjo entre essência e construção, que ao mesmo tempo possibilita a abertura para um devir, mas também o fechamento de si em uma sexualidade pré-determinada, quando o Canal das Bee não deixa de criar verdades em torno do que é ser homossexual, qual a melhor forma de exercer sua sexualidade e como reagir às inúmeras situações comuns a esses sujeitos. Através de diversas situações, que muitas vezes são possíveis de evocar não só pelo relato dos inscritos que enviam perguntas contextualizadas, mas também pelas experiências dos próprios integrantes do canal e de seus convidados, todo um

regime de verdade é constituído e, ao mesmo tempo, reposicionado, questionado e tensionado. Nesse jogo, os apresentadores do canal atuam como incitadores da verdade evocando um “eu” que, ao viver, ao ver, ao ouvir, ganham legitimidade diante dos que os assistem na medida em que compartilham desejos através de uma confissão que não diz sobre algo exterior a quem confessa, pois quem diz está implicado no que expõe e, por isso, diz uma verdade sobre si mesmo. É desta maneira que a confissão está a serviço do testemunho do programa.

Algumas situações aparecem como parte de um jogo de verdade primordial para a experiência homossexual no canal, como sair do armário, um saber que não é acionado por pessoas cisheteronormatizadas, mas que é compartilhado, apreendido e reproduzido entre os homossexuais. Essa saída do armário parece ser uma atitude relevante para a vida desses sujeitos ao menos desde 1970. No Brasil, na passagem das décadas de 1970 e 1980, os incipientes movimentos homossexuais incitavam o ato político de se assumir, pois “assumir-se publicamente homossexual era ser interpelado por aquelas instâncias discursivas que prometiam uma notável modificação subjetiva nos seus interlocutores” (Maior Júnior, 2017, p.197). O autor mostra que se apresentar publicamente como homossexual era uma das principais ferramentas do movimento da época, uma vez que essa atitude era interpretada como um ato de liberdade política transformadora para aquele que diz “eu sou gay”.

Com a pandemia da Aids, Maior (2022) relata que o ato de se assumir regride ao que foi antes dos anos 1970, ao apresentar homossexuais anônimos na mídia através da relação de causa-efeito entre assumir a homossexualidade e, conseqüentemente, a soropositividade. Já na década de 1990, Maior (2021) aponta que, na imprensa gay, sair do armário se organizou com o intuito de acabar com o estigma instaurado pela Aids, assim “uma nova economia do visível se desenhou, tornando-se possível a veiculação de imagens nas quais o sorriso, a alegria, a jovialidade e a relação afetiva entre dois homens ganhassem novamente espaço frente às narrativas visuais” (Maior, 2022, p. 15).

Apesar dos anos que separam os períodos das análises apresentadas acima e o Canal das Bee, sair do armário ainda é um ponto importante para os inscritos no canal, mas não mais como um ato político público, como foi na década de 1970, ou jovial e saudável, tal qual na década de 1990. Contemporaneamente, no canal, essa

antiga necessidade de assumir-se gay ganha outras camadas, pois agora é preciso sair do armário enquanto reconhecimento de uma verdade de si mesmo. Isso é perceptível quando Jessica e Victor leem o seguinte relato: “trabalho com pessoas aparentemente heterossexuais e não sei como e se devo me assumir no meu local de trabalho. O que eu faço?”. Em resposta, diferente do inflamado imperativo de assumir-se das décadas passadas, eles advertem que não é preciso se assumir, apenas se o inscrito quiser e se sentir confortável, uma vez que o ambiente pode não ser seguro e, por isso, é preciso administrar os riscos que a sociabilidade entre homossexuais e heterossexuais pode impor. Eles enfatizam a particularidade de cada situação, indicando medir a segurança dos ambientes que frequentam e a forma como essa informação pode ser recebida pelas pessoas desses lugares, principalmente em núcleos familiares e profissionais³⁶. No mesmo vídeo Victor coloca algumas questões: “vão te respeitar? Você vai ter algum problema com isso? Você vai ser alvo de homofobia dentro do trabalho? Vai se tornar pra você um peso trabalhar se você se abrir? É tudo questão de saber jogar no ambiente de trabalho”. Eles alegam que a única pessoa capaz de definir o momento ideal de sair do armário é o próprio interessado em se assumir, já que ele é o único capaz de medir as consequências disso na situação que se encontra, nas palavras de Jéssica: “você se sentindo bem com isso e achando que é a hora certa [de se assumir], acabou!”³⁷. Em outro vídeo, é reiterado o cuidado necessário para se assumir. A novidade é indicarem a necessidade de trazer o assunto à tona com naturalidade³⁸, além de recomendarem aos recém-assumidos focar nas pessoas que lhe acolherão após essa decisão, não nas que os julgarão³⁹.

Para o canal, se assumir pressupõe uma análise de riscos externos, um cuidado de si, uma vez que cabe ao próprio indivíduo analisar os perigos e benefícios para sua vida quando afirmar “eu sou gay”. No Canal das Bee, a verdade está no sujeito, já que ele é o único capaz de definir qual é o momento ideal de sair

³⁶ DESCOBRIR que é gay e outros: pergunte às Bee 04. São Paulo, Canal das Bee, 2013. 1 vídeo (13 min). Publicado pelo Canal das Bee. Disponível em: <https://youtu.be/1d9PEzKujDg>. Acesso em: 16 abr. 2024.

³⁷ SAIR do armário, couro e gays do interior: pergunte às Bee 14. São Paulo, Canal das Bee, 2013. 1 vídeo (14 min). Publicado pelo Canal das Bee. Disponível em: https://youtu.be/D_yPFe5-fVg. Acesso em: 16 abr. 2024.

³⁸ ASSUMIR-SE no trabalho, atração física e cu-siga: pergunte às Bee 22. São Paulo, Canal das Bee, 2014. 1 vídeo (5 min). Publicado pelo Canal das Bee. Disponível em: <https://youtu.be/NEMkYwr22xA>. Acesso em: 16 abr. 2024.

³⁹ COMO SAIR do armário. São Paulo, Canal das Bee, 2014. 1 vídeo (2 min). Publicado pelo Canal das Bee. Disponível em: <https://youtu.be/tc8knVPLvnl>. Acesso em: 16 abr. 2024.

do armário, porque cabe a ele medir e avaliar seus interesses e os riscos que deles recorrem. Por isso, é preciso ser racional quanto aos efeitos que esse assumir-se causará no ambiente familiar e profissional, por exemplo, já que podem ser positivos ou negativos, pois a publicização da homossexualidade é uma faca de dois gumes no qual se assumir ou não reflete efeitos positivos desejados e negativos indesejados. Como viver supostamente livre, isso nos termos do jurídicos, e, ao mesmo tempo, estar suscetível a violências homofóbicas ou viver no anonimato sob o risco de desenvolver problemas psicológicos, devido à vida dupla dos que não se assumem.

É curioso notar também que assumir-se não aparece mais como uma obrigação explícita, apesar de desejável dentro de alguns parâmetros de segurança, como quando é possível dizer quem se é sem correr o risco de ser demitido do seu trabalho ou ser expulso de casa. Desse modo, o canal define um ritual de produção da verdade, onde os homossexuais são incitados a participarem avaliando as condições favoráveis ou não para que a verdade sobre sua sexualidade emergja. Por isso, a verdade do sujeito homossexual exige um momento favorável, seguro e ideal para ser compartilhada com os outros, os cisheteronormatizados.

Diante das questões colocadas e das respostas que os integrantes do Canal das Bee dão, parece que as observações feitas por Sedgwick (2016) sobre se assumir ou não como uma pessoa gay na década de 1990 ainda permanecem reticentes no Brasil dos anos 2010, apesar das diferentes formas que os sujeitos se constituem diante da norma. A autora destaca que o armário é um dos fundamentos das experiências gays, sendo ele “a estrutura definidora da opressão gay no século XX” (Sedgwick, 2016, p. 26), uma vez que, ao longo da vida de pessoas homossexuais, elas passam por inúmeros espaços e situações que as obrigam a analisar a possibilidade de sair do armário ou não. Isso resulta em uma espécie de múltiplas vidas, na qual em alguns núcleos elas podem ser abertamente homossexuais, como em uma roda de amigos, por exemplo, ou quando devem deixar a sua vida sexual em anonimato, como em espaços profissionais, religiosos ou até mesmo familiares. Isso aparece nos questionamentos enviados para o Canal das Bee, que deixam aparente a importância recorrente do armário na vida de uma pessoa gay no século XXI, não só nos núcleos familiares, mas também em outros espaços de socialização no qual ser você mesmo surge como uma imposição e, ao

mesmo tempo, um empoderamento que exige cautela e cuidado, como os próprios integrantes do canal alertam.

Apesar da importância da saída do armário para a constituição dos homens homossexuais, desde a infância e a adolescência, antes mesmo desse momento decisivo, essas pessoas supostamente gays já são interpeladas sobre quem são, a partir de uma suposta sexualidade interpretável através de algumas expectativas de gênero. Isso ocorre em ambientes escolares, onde essas vidas são interpeladas através de um regime de verdade estritamente cisheteronormativo, como relata a convidada Maria Clara Araújo, uma mulher transgênera discente de Pedagogia que conversa com Mola sobre as violências vividas por pessoas homossexuais e transgêneras no ambiente escolar, espaço onde ocorrem as primeiras violências homolebotransfóbicas⁴⁰. Em convergência com essa constatação, na conversa de Jessica com os jovens da Rede Nacional de Adolescentes LGBT⁴¹, são relatadas as dificuldades vividas por esses jovens nas escolas, como a impossibilidade de se assumir, as exclusões, as agressões e os xingamentos, que partem não só dos outros alunos, mas também da própria instituição e seus agentes, como professores, inspetores e diretores. Os jovens da Rede Nacional acreditam que as violências institucionais são decorrentes da falta de preparo desses agentes educacionais, que não sabem lidar com as necessidades de pessoas com sexualidades e gêneros divergentes da norma heterossexual e cisgênera.

Diante do exposto pelos acadêmicos convidados, bem como pelos jovens da Rede Nacional, a violência institucional se torna um objeto nesta formação discursiva que coloca as instituições em cheque. Uma vez que, segundo eles, não só as pessoas precisam entender e respeitar mais os que não possuem uma sexualidade cisheteronormativa, mas também as instituições, que no discurso do canal se torna alvo das resistências ao atacar os corpos jovens que contrariam suas normas. Em suas falas, os adolescentes constroem os discursos institucionais, os tratados pedagógicos, a autoridade dos professores, suas técnicas e outros mecanismos que inviabilizam ou dificultam a existência de outras experiências de

⁴⁰ EDUCAÇÃO LGBT: pergunte às Bee 116. São Paulo, Canal das Bee, 2016. 1 vídeo (8 min). Publicado pelo Canal das Bee. Disponível em: https://youtu.be/_U-SZwN9GWc. Acesso em: 17 abr. 2024.

⁴¹ ADOLESCENTE LGBT. São Paulo, Canal das Bee, 2016. 1 vídeo (15 min). Publicado pelo Canal das Bee. Disponível em: <https://youtu.be/A9Q8Et9SawY>. Acesso em: 17 abr. 2024.

gênero e sexualidade dentro dos muros das instituições, principalmente as voltadas para pessoas na infância e na adolescência.

A relação entre infância e homossexualidade, vista como uma impossibilidade e uma obscenidade para os que não alcançaram a vida adulta, aparece também nos casos de adoção de crianças por casais de homens homossexuais. Vanderlei Fernandes, um dos pais adotivos de Vitor, relata que algumas pessoas se preocuparam com o fato de Vitor ter dois pais homens poder influenciar em sua futura vida sexual, ou seja, que a homossexualidade dos pais influenciasse o filho a ser gay também⁴². Já os pais de Daniel, Leandro e Diego, não sofrem com os mesmos problemas⁴³. Ao invés de se preocuparem com a influência dos pais na sexualidade da criança, as pessoas parecem estar mais preocupadas com os papéis de gênero que cada pai performa na relação com o filho, já que Leandro e Diego relatam terem sido questionados algumas vezes sobre quem seria o pai e quem seria a mãe de Daniel. “Algumas pessoas já nos abordaram e perguntam: quem é a mãe?”, lembra Diego. Os dois afirmam que não há essa divisão entre eles, pois a criança possui dois pais, mas esse questionamento remonta o imaginário popular cristalizado no século XX de que em uma relação homossexual um dos sujeitos devem performar a figura da mulher, como mostram os estudos de Parker (2002), Trevisan (2018) e Green (2019).

Nos dois pontos polêmicos, tanto no ambiente escolar quanto na constituição de uma família homoafetiva, ocorre uma problematização da aproximação entre a ideia de infância e adolescência com a experiência homossexual, relação que exige cuidados, regras e reflexões. Na escola isso se materializa na impossibilidade dos que ali frequentam serem homossexuais, pois, na lógica cisheteronormativa, todos que não alcançaram a vida adulta estão purificados desse mal até que algum homossexual possa lhe impor essa condição, nesse pressuposto é possível notar que o discurso construcionista é levado ao extremo para sustentar homofobias. A adoção homoafetiva evidencia essa suposta contaminação ao fazer emergir o medo da influência homossexual na vida das crianças, que só cresceriam saudáveis, ou seja, heterossexuais e cisgêneras, quando criadas por uma figura feminina e outra

⁴² ADOÇÃO por homossexuais: pergunte às Bee 25. São Paulo, Canal das Bee, 2014. 1 vídeo (10 min). Publicado pelo Canal das Bee. Disponível em: <https://youtu.be/Ax2Jw5rTVw>. Acesso em: 16 abr. 2024.

⁴³ DIA das crianças: pergunte às Bee 157. São Paulo, Canal das Bee, 2017. 1 vídeo (10 min). Publicado pelo Canal das Bee. Disponível em: <https://youtu.be/ZiPgGC3iY4o>. Acesso em: 17 abr. 2024.

masculina. Nesses contextos, a homossexualidade deve e pode ser evitada caso os gays fiquem fora da experiência de vida das crianças.

O cuidado com as crianças é para que nada venha perturbar e desalinhar a inteligibilidade sexual delas, ou seja, a coerência interna entre sexo, gênero e desejo. Essa expectativa quanto à heterossexualidade da criança e do adolescente, até mesmo de adultos, é o que Butler (2003) chamou de heterossexualidade compulsória, o que

exige e regula o gênero como uma relação binária em que o termo masculino diferencia-se do termo feminino, realizando-se essa diferenciação por meio das práticas do desejo heterossexual. O ato de diferenciar os dois momentos oposicionais da estrutura binária resulta numa consolidação de cada um de seus termos, da coerência interna respectiva do sexo, do gênero e do desejo (Butler, 2003, p. 45-46).

Essa falsa naturalidade binária, segundo Butler (2003), é na verdade uma compulsoriedade que visa fomentar apenas a produção de experiências heterocentradas, o que manteria as lógicas da atração sexual entre os sexos opostos e também sustentaria as expectativas que recaem sobre os gêneros feminino e masculino, os únicos possíveis dentro dessa verdade baseada na naturalidade dos sexos biológicos. Contra esse ideal, os integrantes do canal dão respostas irônicas e bem-humoradas para seus familiares no “guia de sobrevivência gay no Natal”, uma esquete roteirizada e produzida por eles⁴⁴. Tendo como ambientação a casa de familiares durante o período das comemorações de fim de ano, os integrantes do canal e alguns amigos recriam situações cotidianas de pessoas gays sendo interpeladas por familiares sobre suposições tidas como naturais na vida de qualquer pessoa, como o interesse por pessoas do sexo oposto, o anseio de ter filhos e o interesse por constituir uma família nos moldes cristãos.

A verossimilhança desse cenário não está só no fato dos integrantes do canal provavelmente terem passado por essas situações, mas também nos próprios inscritos do canal que atestam esses cenários nos comentários: “Falo tudo qui ne hora me da uma vontade loca de dizer Kkkkkkkkkkkk So que no video era so a tia aqui e tia e prima e cunhada e quase todo mundo Ai como eu soffro kkkkkkkk” (@brendow61- 2016); “Muitooo verdd! todo fim de ano é a mesma coisa! sempre tem aquela tia insuportável e me identifiquei horrores cm o ahhh se fudeoooo! pq

⁴⁴ GUIA de sobrevivência gay no natal. São Paulo, Canal das Bee, 2013. 1 vídeo (4 min). Publicado pelo Canal das Bee. Disponível em: https://youtu.be/_8HK18LPiyY. Acesso em: 16 abr. 2024.

casou e teve filhos! Adorooo vc's :)” (@danijiba - 2014). Mas também há cenários que apresentam outras relações familiares: “e no caso da tia q sabe q sou gay e perguntar dos meus namoradinhos e mesmo assim,no auge dos meus 25 anos não tive nenhum? como prosseguir? assumir q já nasci encahado?” (@arturvillaca3054 - 2014).

É nesse cenário que não só os integrantes do canal viveram, mas também algumas das pessoas inscritas, que o Canal das Bee constrói sua legitimidade como um espaço privilegiado de produção da verdade sobre sexualidades e gêneros dissidentes na década de 2010. O canal não só apresenta uma realidade, para alguns já vividas e para outros passíveis de ainda viver, mas também constitui meios de agir nela e, portanto, concretizá-la. Para lidar com o atrito entre as expectativas de pessoas próximas e a realidade dos homossexuais, o canal constitui técnicas, estratégias e procedimentos de cuidado de si que perpassam o humor, uma vez que visam constranger através da resposta inesperada e debochada o familiar que tenta modular a ação daquele outro tido como anormal ou fora das expectativas cisheteronormativas da família.

Nesses cenários familiares, fica evidente o peso impositivo de uma norma estruturada e aderida como verdadeira pela maioria, ao mesmo tempo que, mesmo diante do peso da sua aceitabilidade, aparece também a possibilidade do sujeito reagir a esses constrangimentos, até mesmo os devolvendo aos seus emissores. É a objetivação do poder e o processo de subjetivação do sujeito que se chocam aqui, poder constrangendo ao mesmo tempo que é constrangido pelo sujeito que pode colocá-lo em questão. O imperativo de masculinidade, um constrangimento pelo poder, aparece quando, em um natal tradicionalmente heterocentrado, as tias perguntam sobre as namoradinhas como quem busca identificar os machos mais aptos e mais bem-sucedidos, ou seja, o verdadeiro homem que emerge desses jogos de perguntas, esquivas e afetações. Já o constrangimento do poder, sua subversão, inversão ou sublevação, ocorre quando as esquivas dão lugar ao deboche e ao acinte, performances que desmoralizam a família e todo o cuidado que ela tem em formar homens machos e heterossexuais. Dessa maneira, através dessa esquete, um regime de verdade heterocentrado é posto em cheque diante de um regime de verdade homocentrado, que, em plena década de 2010, é mais

reconhecido como verdadeiro, nos termos foucaultianos, do que teria sido no século passado.

Apesar dessas mudanças entre os séculos, algumas coisas costumam retornar, mas sob outros cenários, como a cura gay. Mesmo com a retirada da homossexualidade da cartilha de doenças da Organização Mundial de Saúde (OMS) em 17 de maio de 1990, em 2013, o canal noticiou que o deputado federal Marco Feliciano propôs o Projeto de Decreto Legislativo n. 234/11⁴⁵ na Comissão de Direitos Humanos, que permitia psicólogos lidarem com a homossexualidade como uma doença e, por isso, tratá-la como algo curável, dessa forma anulando a Resolução n. 1/1999 do Conselho Federal De Psicologia que proíbe tais práticas⁴⁶. Apesar de inicialmente aprovado, o projeto inicial foi barrado, mas outras propostas semelhantes surgiram. Em 2017, alguns psicólogos e psicólogas buscaram autorização para praticar terapias de reversão sexual, solicitando a anulação da mesma resolução do Conselho Federal de Psicologia, mas, em maio de 2020, o Supremo Tribunal Federal negou essa solicitação⁴⁷, barrando mais uma vez a tentativa de profissionais da psicologia atuarem como agentes da cura gay.

A busca por essa cura foi algo recorrente no século passado, principalmente por investidas religiosas e/ou científicas, como demonstra Foucault (2020) em território europeu e Trevisan (2018) e Green (2019) em terras brasileiras. Diante da persistência dessa prática, os integrantes do canal fazem um movimento contra as terapias de conversão baseados na ideia de que ser gay é algo natural e, portanto, presente na natureza dessas pessoas desde o nascimento delas. Neste caso, a homossexualidade toma forma a partir das características propagadas pela perspectiva essencialista, que, ao longo dos anos, centrou suas ações políticas nessa mesma premissa para conquistar direitos civis para essa comunidade historicamente marginalizada e violentada, que, aparentemente, não teve outra alternativa senão fazer uso do mesmo discurso que a violentava para se defender:

⁴⁵ BRASIL. Projeto de Decreto Legislativo nº 234/11, Susta a aplicação do parágrafo único do art. 3º e o art. 4º, da Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 1/99 de 23 de Março de 1999, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual. **Câmara dos Deputados**. Brasília, 2 jun. 2011. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoes/Web/fichadetramitacao?idProposicao=505415>. Acesso em: 25 jul. 2024.

⁴⁶ CURA gay: Bee comenta. São Paulo, Canal das Bee, 2013. 1 vídeo (8 min). Publicado pelo Canal das Bee. Disponível em: <https://youtu.be/uuXMckMVVzY>. Acesso em: 16 abr. 2024.

⁴⁷ BRASIL. Supremo Tribunal Federal (2. turma). **Medida liminar 0078192/DF**. Conselho Federal de Psicologia. Relatora: Min. Cármen Lúcia, 21 de maio de 2020. Emb. Decl. no Ag. Reg. Na Reclamação 31.818. Distrito Federal, 2020. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15343190456&ext=.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2024.

não só os heterossexuais são normais e naturais, mas hoje as pessoas de sexualidades divergentes da heterossexualidade também o são.

Nessa estratégia discursiva de essencialização da homossexualidade em prol da possibilidade de ser homossexual, a perspectiva construcionista corre o risco de ser resgatada para ser acionada contra essas pessoas, uma vez que, em uma perspectiva extrema dela, seria possível ajustar ou curar a conduta gay. Portanto, o canal ainda aciona estratégias paradoxais, que em lógicas mais rigorosas não cabem, mas diante dos múltiplos regimes de verdade que tornam possível ou não a vida homossexual, às vezes se faz necessário acionar noções mais rígidas, enquanto em outros momentos é mais estratégico evocar fatores maleáveis, o que faz da verdade um efeito do contexto na qual está inserida. Diante da essencialização do ser homossexual, torna-se incontrolável ser homossexual, pelo menos em alguns discursos do canal.

Os jogos de verdade baseados na naturalidade e normalidade da heterossexualidade, constituídos para deslegitimar a experiência homossexual, são voltados contra si quando esses sujeitos homossexuais passam a operá-lo e a colocar a homossexualidade também como natural e normal, inclusive através de instituições que em outros momentos estavam do outro lado, como o Estado, a ciência e a medicina. Diante de uma objetivação, o sujeito coloca em ação um processo de subjetivação, no qual as verdades postas são questionadas e voltadas contra si mesmas para inaugurar outros regimes de verdade. É o próprio jogo de uma subjetivação crítica em ação, no qual as normas não são aceitas sem antes serem contestadas e reestruturadas.

No Canal das Bee, sob temas como o armário, o gaydar, a cura gay, a criança em suspeita e a heteronormatividade, é possível constatar o acionamento das perspectivas estruturalista e essencialista em diferentes momentos e contextos. A escolha entre um ou outro parece corresponder a uma estratégia que visa manter em aberto a experiência homossexual ao mesmo tempo que busca estabilizar essa ideia diante de ameaças que tentam coibir essa existência. Portanto, as respostas para a questão sobre a origem da homossexualidade navegam entre jogos de verdade que às vezes valorizam aspectos biológicos e outras vezes evidenciam cenários culturais. Dessa forma, para alcançar um suposto ideal libertário, o canal constituiu como estratégia de resistência da experiência homossexual masculina o

enfrentamento dos regimes de verdade heterocentrados, uma vez que eles são acionados para constranger essas vidas que não correspondem a lógica tida como natural e normal. Outra estratégia é tencionar e rearranjar a verdade heterocentrada, uma vez que a produção da verdade pelo reconhecimento de algo extradiscursivo, a priori, está mantido, mas não apenas para legitimar a heterossexualidade, já que agora, através da mesma suposta naturalidade, é possível também validar experiências homossexuais a partir de uma formação cultural e discursiva que não fixa a noção de sexo e gênero. Como será mostrado a seguir, para efetivar essa estratégia, o canal tem como alvo o ideal viril que sustenta a homonormatividade de algumas experiências gays.

5. 2. Meninos masculinos, homens femininos

Para o indivíduo que nasce com pênis, a masculinidade idealizada impõe um imperativo que o acompanha em toda sua vida, da infância à velhice. Esse regime de verdade viril afetaria homens heterossexuais e homossexuais em diferentes níveis e modos, e não só beneficiam aqueles que compactuam com ele, mas também punem aqueles que não o seguem, como é o caso de homens que não são viris o suficiente e, usualmente, são atrelados a homossexualidade, um dos elementos mais perturbadores para a masculinidade viril idealizada, por isso todo indício de desvio dela é tratado como algo indesejado e que deve ser corrigido.

Essa masculinidade ideal e temente à homossexualidade manifesta-se através da figura do g0y, uma experiência que se popularizou na mídia em 2013 mesclando experiências e ideais heterossexuais e homossexuais⁴⁸. Eles são homens autoproclamados heterossexuais que gostam de beijar, praticar sexo oral e trocar carícias eróticas com outros homens, mas sem penetração, pois ser penetrado seria uma função exclusivamente feminina. Além disso, por se autodeclararem heterossexuais, eles não admitem nenhum vínculo romântico, já que isso seria algo homossexual. Dessa forma, para se afastarem ainda mais da figura gay, os g0ys têm como ideal uma masculinidade viril que os distancia de toda experiência compreendida como afeminada, característica que, segundo o canal apresenta, eles também atribuem aos homens homossexuais.

⁴⁸ G0YS: pergunte às Bee 40. São Paulo, Canal das Bee, 2014. 1 vídeo (7 min). Publicado pelo Canal das Bee. Disponível em: <https://youtu.be/93gh0HR8kq0>. Acesso em: 18 abr. 2024.

Apesar dessa heteronormatividade baseada em princípios patriarcais ter sido localizada no canal através dos g0ys, ela está presente em diversas experiências masculinas, uma vez que, como já discutido, alguns homossexuais e heterossexuais, em suas respectivas medidas, também são afetados pelas idealizações desse ideal viril. Dessa forma, é possível notar, através desse cenário, que o imaginário brasileiro estabelecido no século XX ainda permeia questões atuais. Diante dessa figura, o g0y, estão separadas práticas de homens e de mulheres, uma vez que “ser penetrado equivale a ‘ser mulher’, e que penetrar equivale a ‘ser homem’” (Saez; Carrascosa, 2016, p. 97), assim o homem penetrado “é equiparado a esse estatuto inferior ‘de mulher’” (Saez; Carrascosa, 2016, p. 31), uma vez que “ser homem é ser impenetrável” (Saez; Carrascosa, 2016, p. 31). Além disso, os g0ys também elencam práticas que diferenciam os homossexuais dos heterossexuais, que aqui não se limita a quem deseja, mas como esse desejo se realiza: de modo não afetivo e sem penetração. Assim, é através do tabu do sexo anal que o g0y se diferencia do gay, que, apesar de ser praticável por qualquer pessoa, é parte fundamental da origem do sujeito homossexual, que fulgura da prática da sodomia, segundo Saez e Carrascosa (2016). Contra essa repulsa pela imagem e pelas práticas tidas como femininas, no vídeo sobre os g0ys, Jessica e Victor proclamam que “fazer um papel visto como feminino” e/ou “dar o cu não é errado”.

Evidentemente, o cardápio sexual apresentado pela figura do g0y é mais amplo do que a heterossexualidade masculina idealizada, já que permite trocas sexuais entre homens. Sabendo disso, o mais interessante é notar que essas lógicas heteronormativas baseadas na divisão dos gêneros acionadas pelos g0ys também são comumente assimiladas pelas famílias que as impõem aos homens no período da infância e da adolescência com o intuito de prevenir uma homossexualidade futura, tal qual consagrou a perspectiva de Money (Castel, 2001; Preciado, 2022). O Canal das Bee mostra como o ambiente familiar é um elemento importante para a prevenção da homossexualidade em dois momentos. Primeiro, em um vídeo sobre perguntas que não devem ser feitas a pessoas gays, onde, em formato de esquete, o canal apresenta uma pessoa perguntando a um homem gay se ele foi criado só por mulheres, atrelando a sexualidade a uma questão de criação e, até mesmo, a uma relação de gênero, no qual faltaria um incentivo masculino

para que um homem gay fosse compreendido como um homem de verdade, ou seja, heterossexual⁴⁹. O segundo momento no qual a família ganha evidência no Canal das Bee é quando Jessica e Victor comentam a fala do então deputado Jair Bolsonaro, que indica aos pais bater no filho gay para ele virar homem, atrelando mais uma vez a responsabilidade de uma pessoa ser gay a práticas do núcleo familiar⁵⁰.

Nos dois casos a família aparece como um fator decisivo na construção da sexualidade e do gênero de sua prole (Jablonka, 2021; Queiroz, 2021). No caso da mãe, ela é a culpada por criar o filho sem ser rígida o suficiente, causando uma falta de masculinidade nele. Já o pai, é o responsável por corrigir esse e qualquer outro desvio da heterossexualidade em seu filho. Esse cenário evoca as lógicas patriarcais onde o pai aparece como a figura rígida e, por isso, o modelo para seu filho, enquanto a mãe, responsável pelos cuidados nos primeiros anos de vida, é aquela que não pode falhar com seu dever social de criar um homem ideal e heterossexual. Diante desse imperativo que exige que os garotos se tornem homens de verdade no futuro, os integrantes do canal tentam mostrar como isso é desnecessário e que, mesmo com trejeitos e gostos compreendidos como adamados, o homem gay já seria um homem, independentemente de sua sexualidade, já que o que definiria sua experiência sexual e de gênero seriam duas coisas diferentes, sendo a primeira definida pelo objeto de desejo e a segunda pelo modo como a pessoa se apresenta para a sociedade.

Em oposição às violências que teriam o intuito de criar um homem verdadeiro, os enunciados no canal se colocam em uma posição de esclarecidos e recorrem às lógicas construídas por saberes que reconstituíram os limites entre sexualidade e gênero para constranger as normas heterocentradas através de uma verdade que corrobora com suas perspectivas e desmantela a de seus opositores, sujeitos compreendidos como ignorantes e desprovidos dos conhecimentos assumidos como essenciais pelo canal. Assim, apoiados nisso, que para eles seria incontestável, os integrantes do canal condenam as práticas de constrangimento heterocentradas e defendem a possibilidade da existência do homem homossexual que pode ou não

⁴⁹ NÃO pergunte aos gays. São Paulo, Canal das Bee, 2014. 1 vídeo (2 min). Publicado pelo Canal das Bee. Disponível em: https://youtu.be/p-8_FuSa4YU. Acesso em: 18 abr. 2024.

⁵⁰ HOMOSSEXUALIDADE é falta de porrada: pergunte às Bee 52. São Paulo, Canal das Bee, 2014. 1 vídeo (7 min). Publicado pelo Canal das Bee. Disponível em: <https://youtu.be/W5213VVYRco>. Acesso em: 18 abr. 2024.

ser viril, uma vez que a sexualidade estaria em um âmbito diferente das questões de gênero.

Além da responsabilidade que os pais carregam, esses meninos também são constantemente responsabilizados e punidos por seus comportamentos em diferentes ambientes, uma vez que precisam lidar com as pressões e violências das outras pessoas, principalmente de outros meninos, para corresponder às expectativas de gêneros que lhe são impostas, como relata Valter Rege, o convidado entrevistado por Herbet⁵¹. Ele relembra que, no ambiente escolar, se os meninos não agissem conforme a masculinidade esperada, eles eram ofendidos pelos outros através de palavras como “bichinha” e “mulherzinha”. Além de sofrerem essas violências, segundo Valter, esses garotos não tinham a quem recorrer, já que, quando relatavam aos pais, eram repreendidos como se fossem os culpados pelas violências que sofriam. Nesse cenário, a solução para essas violências era “tomar jeito de menino” e “não chorar”, ou em cenários mais extremos, tratar essas afeminações com psicólogos e médicos, como relatam os dois interlocutores.

Os meninos, os cabos do exército patriarcal, também aparecem como protagonistas dessa vigilância da masculinidade em dois relatos de Herbet. O primeiro relato ocorre no vídeo da campanha para o Dia Nacional de Combate ao Bullying e à Violência na Escola, quando ele conta sobre suas dificuldades em se encaixar nas expectativas de gênero impostas a ele na escola, período em que sofria violências dos outros garotos por ser delicado e muito próximo das meninas. Como narra Herbet: “eu só andava com meninas, eu passava o intervalo com elas. Então, tudo isso fazia com que eles [os meninos] me chamassem de viado, porque eu não queria estar com eles”⁵². O segundo relato acontece quando Herbet relembra outros ataques que sofria dos garotos pelos mesmo motivos, ou seja, ser afeminado e não andar com seus pares, o que fazia ele se afastar deles e se aproximar das meninas e de seu universo, formando um ciclo sem fim de machismo e homofobia no período escolar dele. Ele conta: “eu não ficava muito com os homens, porque eu já era muito afeminado. Então... no futebol eu sofria bullying, tudo era bullying. Eu

⁵¹ NEGRO e gay na infância: papo de Beesha. São Paulo, Canal das Bee, 2018. 1 vídeo (17 min). Publicado pelo Canal das Bee. Disponível em: <https://youtu.be/AZTR77LDpHg>. Acesso em: 18 abr. 2024.

⁵² VINICIUS, vem tentar agora: #MeuPrimeiroBullying. São Paulo, Canal das Bee, 2017. 1 vídeo (8 min). Publicado pelo Canal das Bee. Disponível em: <https://youtu.be/Fk2EO3UU0Ec>. Acesso em: 18 abr. 2024.

acabava ficando com as meninas, o que também fazia eu sofrer bullying por causa disso. Quer dizer: você não tem pra onde correr”⁵³.

Além desses cenários em que os garotos são protagonistas, as tentativas de imposição de alguns tipos de masculinidades aparecem também quando Herbert comenta sobre a desqualificação do homem que não cumpre o seu papel com as mulheres, como é o caso dos homens gays que não se atraem por mulheres e por isso tem suas masculinidades deslegitimadas, apesar de Herbert afirmar que isso não faz de ninguém mais ou menos homem⁵⁴. Em outro vídeo, ele também comenta sobre alguns estereótipos que a sociedade espera e aciona para desqualificar homens gays por acreditarem que eles gostariam de se tornar mulher, como usar roupas femininas, pintar as unhas ou praticar atividades do universo feminino⁵⁵, a lógica idealizada para identificar as bichas e viados no Brasil do século passado. O canal também mostra que até fatores biológicos podem ser acionados para valorizar um homem em detrimento de outro, já que, segundo os integrantes do canal, homens com pênis pequeno ou que não o possui, como no caso de homens transgêneros, são inferiorizados, tratados como menos viris e, por isso, têm suas masculinidades desqualificadas⁵⁶.

Apesar da frequência das situações que colocam em jogo sexualidade e gênero, Fernanda e Herbet dão um parecer contrário a isso quando discutem sobre a existência de coisas específicas para meninos e para meninas⁵⁷. Nesse vídeo, eles colocam em cheque essa divisão, pois, para eles, essas marcações de gênero visam naturalizar algumas posições e práticas na sociedade, ao mesmo tempo que reprimem e violentam os que se diferenciam dos ideais naturalizados por essas normalidades. O que, para Fernanda, é ruim, pois ela acredita que as pessoas deveriam poder exercer seus papéis de gênero da forma que desejarem na sociedade e não apenas seguir as imposições e expectativas dos outros. Ela

⁵³ CANAL das Bee reage a vídeos homofóbicos. São Paulo, Canal das Bee, 2019. 1 vídeo (24 min). Publicado pelo Canal das Bee. Disponível em: <https://youtu.be/AM0yw-lem94>. Acesso em: 18 abr. 2024.

⁵⁴ QUAL é a sigla certa? LGBTI+: guia básico #09. São Paulo, Canal das Bee, 2020. 1 vídeo (6 min). Publicado pelo Canal das Bee. Disponível em: <https://youtu.be/qQjL66ZKAcY>. Acesso em: 18 abr. 2024.

⁵⁵ COISA de gay: papo de Beesha. São Paulo, Canal das Bee, 2020. 1 vídeo (13 min). Publicado pelo Canal das Bee. Disponível em: <https://youtu.be/SdZN0PiRylg>. Acesso em: 18 abr. 2024.

⁵⁶ PINTO pequeno: pergunte às Bee 148. São Paulo, Canal das Bee, 2017. 1 vídeo (7 min). Publicado pelo Canal das Bee. Disponível em: <https://youtu.be/Ww6XoScCYN8>. Acesso em: 18 abr. 2024.

⁵⁷ EXISTE coisa de Menino e Menina?: guia básico #10. São Paulo, Canal das Bee, 2020. 1 vídeo (5 min). Publicado pelo Canal das Bee. Disponível em: <https://youtu.be/S9tCx-IMMdE>. Acesso em: 18 abr. 2024.

comenta: “a gente tem que criar meios para que todos, meninos, meninas e meninos, possam desempenhar os papéis que eles querem na sociedade, usando como força motriz o seu próprio desejo e individualidade, não padrões pré-estabelecidos por sabe-se lá quem e que são passados para eles pela família”. Dessa forma, o canal se apoia em um ideal libertário, uma vez que *ser você mesmo*, ou seja, sem limitações externas, é a estratégia sugerida por eles para superar e destruir os que dominariam os outros, criando a ilusão que haveria um fora do poder passível de alcançar, uma vez que essa estratégia sugerida pelo canal se apoia em uma noção jurídica do poder.

O anseio por um ideal libertário parece legítimo para o canal, uma vez que eles mesmos mostram como essas imposições de gênero e sexualidade afetam negativamente as experiências desses indivíduos, como a confusão causada em Herbet por ter escutado muitas vezes que sua sensibilidade excessiva era decorrente da sua criação por mulheres, que teria causado uma falta de características tidas como masculinas nele, ou seja, ser forte, raivoso, destemido e valente, segundo ele⁵⁸. Esses questionamentos e a falta de discussões sobre sexualidade e identidade de gênero o confundiam, pois ele não compreendia se era ou não um homem, já que era constantemente associado ao universo feminino e rejeitado pelo masculino. Como ele mesmo relata: “eu demorei para entender que eu era homem mesmo. Porque quando eu era criança eu ficava na dúvida: será que eu sou homem? Será que eu sou mulher? Porque eu gosto de homem, o que que isso significa?”⁵⁹. Diante desses mesmos questionamentos, Valter Rege, convidado do canal, relembra que, mesmo lidando bem com sua sexualidade, seus trejeitos femininos o incomodavam, por isso, ao escutar o comentário de um sargento sobre o exército ser capaz de torná-lo homem, ele se interessou em entrar para o serviço militar⁶⁰.

Diante dos conflitos causados pelas violências e tentativas de imposições de gênero, o canal incita, mais uma vez, o homem gay a um ideal libertário ao positivar esses gostos entendidos como negativos através da inclusão deles no universo

⁵⁸ MASCULINIDADE. São Paulo, Canal das Bee, 2018. 1 vídeo (11 min). Publicado pelo Canal das Bee. Disponível em: <https://youtu.be/WMyFPbhKhgU>. Acesso em: 18 abr. 2024.

⁵⁹ GAY lesbica?. São Paulo, Canal das Bee, 2018. 1 vídeo (7 min). Publicado pelo Canal das Bee. Disponível em: <https://youtu.be/yMw6EDqC2rA>. Acesso em: 18 abr. 2024.

⁶⁰ GAY e militar: papo de Beesha. São Paulo, Canal das Bee, 2019. 1 vídeo (26 min). Publicado pelo Canal das Bee. Disponível em: <https://youtu.be/3Z-tdqqP6tw>. Acesso em: 18 abr. 2024.

masculino. Isso aparece quando Herbet apresenta o tema “criança viada”⁶¹ em uma esquete. No vídeo, o Herbet do passado questiona sobre como deve se vestir e se portar em sociedade, enquanto o Herbet do presente responde que não há regras para quais tipos de roupa usar, pois pode um dia vestir saia e no outro terno, rebatendo o argumento de que deve se portar de maneira mais contida ou máscula para ser respeitado, uma vez que cabe a cada um a decisão de como se portar e expressar seus desejos para o canal. No final do quadro, o interlocutor compartilha o desejo de ser quem quiser, afirmando não se importar com a expressão que usam para definir homens que se atraem por outros homens, seja baitola, viado ou qualquer outro termo. Nas palavras de Herbet: “eu entendi que o importante é eu ser quem eu sou. Se eu sou quem eu sou, pronto! Eu posso ser feliz em qualquer lugar”.

No discurso do canal, a obsessão pela masculinidade ideal, distribuída em diversos espaços, não deve ser uma obrigatoriedade para ninguém, uma vez que os integrantes do canal acreditam que essas imposições limitariam os sujeitos. Através de uma perspectiva libertária, o Canal das Bee amplia a noção de homem e inclui nesse universo coisas femininas, seja o jeito de falar, os brinquedos, as roupas ou até mesmo cabelos e unhas. O canal não retira esses supostos desvios de masculinidades do âmbito do masculino, mas alarga as fronteiras que definem o que é ser um homem de verdade para incluir nessa definição coisas patriarcalmente caracterizadas como femininas. Por isso, no discurso do Canal das Bee, ao invés de subverter ou transgredir complementarmente a masculinidade viril, algumas regras são deslocadas para a constituição de um universo distinto daquele heterocentrado, formando possibilidades que coexistem em confronto.

A formação social em que a masculinidade é vigiada até a adolescência e depois assimilada na vida adulta diante de um ideal libertário, não é o único contexto em que a masculinidade é circunscrita, uma vez que os homens gays também se deparam com essas expectativas quando buscam por parceiros. É o que mostra o canal a partir das experiências nos aplicativos de relacionamento, como o Grindr, o Scruff, o Hornet e o Tinder, de Mola, Víctor e Henrique, o convidado, que discutem como esse ambiente virtual é um meio transfóbico e falocêntrico por valorizar a

⁶¹ CRIANÇA viada. São Paulo, Canal das Bee, 2018. 1 vídeo (5 min). Publicado pelo Canal das Bee. Disponível em: <https://youtu.be/TI6eDEzb3M4>. Acesso em: 18 abr. 2024.

heteronormatividade⁶². Essas adjetivações se dão por conta do interesse acentuado em torno da figura do falo, excluindo homens transgêneros e pessoas que podem ser vistas com pênis tidos como não ideais. Além disso, no que diz respeito a heteronormatividade, os interlocutores afirmam que muitos dos homens nesses aplicativos centram seu interesse em homens que performam a masculinidade a partir de um ideal másculo, remontando a figura do homem verdadeiro através de termos como “macho”, “discreto”, “masculino” e “fora do meio”, que dizem respeito a pessoas que não estão a par do mundo gay. A mesma problemática surge na conversa entre Herbet e Rizzih sobre aplicativos de relacionamento, onde, segundo eles, há muita discriminação contra afeminados⁶³.

As dificuldades ao flertar também aparecem quando Herbet relata sua dificuldade em paquerar outros homens quando está vestido de forma mais feminina⁶⁴. Além disso, em outro vídeo, um convidado do canal assume que, quando mais jovem, sentia mais atração por homens heterossexuais com traços masculinos e evitava homens afeminados⁶⁵. Essa aversão a imagem do homem feminino se dá, segundo outro vídeo do canal, devido a misoginia latente nessa comunidade de homens gays, pois coloca em xeque a masculinidade dos mais afeminados, que, segundo Herbet, demonstra que os oprimidos também podem ser opressores: “a gente luta tanto para afirmar para a sociedade que mesmo sendo gay a gente continua sendo homem. E quando a gente entra na questão da misoginia, o primeiro argumento que o gay usa é o que? ‘Não, mas eu sou gay, como eu posso ser misógino?’. Ué, mas você é homem, querido. Entendeu? Você Lembrou agora que, apesar de você ser gay, é homem também?”, narra Herbet⁶⁶. Alguns outros relatos no canal ecoam essas dificuldades. Como quando Iran Giusti, um convidado, descreve espaços voltados para os ursos, homens gays e gordos, como locais onde

⁶² APPS de pegação gay: pergunte às Bee 70. São Paulo, Canal das Bee, 2015. 1 vídeo (8 min). Publicado pelo Canal das Bee. Disponível em: <https://youtu.be/Vt6sPP5UNEU>. Acesso em: 18 abr. 2024.

⁶³ JÁ sofri preconceito no app de relacionamento?: papo de Beesha. São Paulo, Canal das Bee, 2018. 1 vídeo (14 min). Publicado pelo Canal das Bee. Disponível em: https://youtu.be/XUTnEX_e9E. Acesso em: 18 abr. 2024.

⁶⁴ SIGLA LGBTI+? Drag queen é transexual? Nome social?: manxs respondem. São Paulo, Canal das Bee, 2018. 1 vídeo (20 min). Publicado pelo Canal das Bee. Disponível em: <https://youtu.be/w3G0bmrEnRI>. Acesso em: 18 abr. 2024.

⁶⁵ GAY Boy Perfeito e Sem Lactose: papo de Beesha. São Paulo, Canal das Bee, 2018. 1 vídeo (23 min). Publicado pelo Canal das Bee. Disponível em: <https://youtu.be/slchH9n6D7aw>. Acesso em: 18 abr. 2024.

⁶⁶ GAY misógino: dicionário do vale. São Paulo, Canal das Bee, 2018. 1 vídeo (9 min). Publicado pelo Canal das Bee. Disponível em: <https://youtu.be/M4DosMU8nOs>. Acesso em: 18 abr. 2024.

prevalecem ideais machistas, heteronormativos e misóginas, por isso, neles impera o ideal de macho que curte outro macho⁶⁷. Apesar disso, ele destaca que há um pequeno grupo de ursos que reivindicam feminilidades utilizando roupas femininas, como maiôs, e maquiagens.

Os apresentadores e convidados, ocupantes de uma posição de representantes desse grupo de indivíduos gays, aparecem como figuras certas das melhores qualificações e modos de agir em sociedade, já que aparecem como críticos e reflexivos ao próprio meio que integram. É possível notar esse tom reflexivo no canal quando os apresentadores e seus convidados colocam o meio gay e aqueles que nele habitam em questão ao avaliar condutas e propor outras a uma audiência fiel que eles parecem supor ser crítica ao seu próprio meio também. Essa inspeção da alma, acionada como estratégia pedagógica no canal, visa educar as pessoas que assistem, já que incita elas à reflexão e a mudança dos seus próprios atos, uma vez que um dos grandes esforços do canal é evitar que esses indivíduos abjetificados se tornem opressores de outras experiências.

Para além das questões amorosas, a própria convivência entre pessoas da comunidade gay é afetada por essas cisões. Esses conflitos internos a comunidade surgem como temática de um vídeo no qual Herbert e Filipe Salvador, o convidado da vez, compartilham suas experiências sobre rivalidade dentro da comunidade, marcando alguns pontos que sustentam isso, como a aparência física e as diferenças de classe. O convidado destaca alguns elementos de comparação e conflito: “tem a aparência física: ser gordo ou ser magro, ser malhado ou não. E tem a questão da roupa, da vestimenta”⁶⁸. As discussões em torno dessas cisões continuam no quadro #OrgulhoDeSer com a temática gay⁶⁹. Jessica entrevista dois homens negros e gays com canal no Youtube, o Murilo Araújo e o Ézio Rosa. Os dois entrevistados se interessam por abordar as sexualidades a partir da interseccionalidade com raça e classe, pois, para eles, a comunidade LGBT é ainda muito falha em relação a esses dois pontos, já que ficam muito evidentes os

⁶⁷ GAY e gordo - família, mundo gay e boys: papo de Beesha. São Paulo, Canal das Bee, 2018. 1 vídeo (17 min). Publicado pelo Canal das Bee. Disponível em: <https://youtu.be/gv479qAo2uc>. Acesso em: 18 abr. 2024.

⁶⁸ PRA quê rivalidade, viado?: pergunte às Bee 132. São Paulo, Canal das Bee, 2016. 1 vídeo (5 min). Publicado pelo Canal das Bee. Disponível em: https://youtu.be/VRJ_stjfdql. Acesso em: 17 abr. 2024.

⁶⁹ #ORGULHODESER: gay. São Paulo, Canal das Bee, 2017. 1 vídeo (14 min). Publicado pelo Canal das Bee. Disponível em: https://youtu.be/odtV6eFZ6_g. Acesso em: 18 abr. 2024.

espaços e suas divisões, o que causa uma cisão social dentro da própria comunidade. Essa discussão é abordada de forma mais crítica pelo canal quando produzem um vídeo para a campanha “não ao rótulo” da empresa de telecomunicações Nextel⁷⁰, conteúdo que faz convergir a lógica comercial e política. Nessa campanha, Jessica e Herbert discursam contra os rótulos impostos às pessoas a partir das comunidades que integram, pois, apesar dessas pessoas participarem de grupos, todas elas são únicas e possuem suas próprias peculiaridades, dando brecha para inúmeras possibilidades de homossexualidades, como o próprio Herbert mostra ao afirmar, mais uma vez, que sendo viril ou não continua sendo gay e também homem. Diante do imperativo “você precisa virar homem!”, Herbert satiriza: “quem foi que disse que eu não sou homem? O que tem a ver minha sexualidade com a minha identidade de gênero? Eu sou homem e eu me identifico como tal”. Jessica conclui o comentário dele: “é um homem que gosta de outro homem”.

Tendo em mente essas cisões e exigências quanto a masculinidade, o Canal das Bee tenta subverter os ideais homonormativos, como no vídeo roteirizado “como ser um bom gay cis”, onde satirizam esses gostos excludentes e falam em favor de homens trans e/ou afeminados⁷¹. Há também o vídeo que Jessica faz com o convidado Kawan Godoy, que relata como ser afeminado já fez ele ser menosprezado, não só por possíveis pares românticos, mas também em círculos de amizade, porém, apesar desses infortúnios, ele exalta essa característica e incita a audiência a agir da mesma forma. Kawan provoca: “manas, pensem comigo: qual o problema de ser afeminada? Tem que dar muito close mesmo. Tem que ser poc”⁷². A justificativa para esse tom crítico diante da homonormatividade aparece no vídeo em que Jessica e Debora conversam com Carla Cristina Garcia, uma pós-doutora em Ciências Sociais⁷³. Para elas, o machismo vai muito além de violentar apenas mulheres, pois torna abjeto todo indivíduo que fuja dos ideais esperados para o

⁷⁰ NÃO ao rótulo: pergunte às Bee 124. São Paulo, Canal das Bee, 2016. 1 vídeo (6 min). Publicado pelo Canal das Bee. Disponível em: <https://youtu.be/hURjtTfrQyl>. Acesso em: 18 abr. 2024.

⁷¹ COMO SER um bom gay cis: Bee fun. São Paulo, Canal das Bee, 2015. 1 vídeo (3 min). Publicado pelo Canal das Bee. Disponível em: <https://youtu.be/LuuV9Z8qnZ8>. Acesso em: 18 abr. 2024.

⁷² MENOS carão, mais carinho: pergunte às Bee 93. São Paulo, Canal das Bee, 2015. 1 vídeo (6 min). Publicado pelo Canal das Bee. Disponível em: <https://youtu.be/AlrBkOGjyU0>. Acesso em: 18 abr. 2024.

⁷³ MACHISMO e sexualidade: pergunte às Bee 66. São Paulo, Canal das Bee, 2015. 1 vídeo (10 min). Publicado pelo Canal das Bee. Disponível em: <https://youtu.be/dKrvMV43hm0>. Acesso em: 18 abr. 2024.

gênero designado em seu nascimento. Assim, para elas, todo homem que não seja branco, heterossexual e de uma classe social abastada está vulnerável as violências do machismo, que são diversas e podem afligir homens homossexuais afeminados em convergência com a homofobia.

A partir das imposições e questões colocadas desde a infância para pessoas supostamente homossexuais, ou seja, homens que não são viris, o canal constitui um sujeito homossexual desprendido de ideais apenas masculinos. No discurso do canal, um homem gay deve se constituir a partir de elementos que ultrapassem o ideal viril, como alguns pressupostos compreendidos como femininos. Diante dessa possibilidade de existência, o Canal das Bee visa positivar as características e elementos tidos como femininos, historicamente abjetificados, e elege, diante de um ideal libertário jurídico, os homens gays que flertam com o feminino como os homossexuais libertos, livres e verdadeiros. Essa possibilidade é respaldada pela divisão explícita entre sexualidade e gênero, duas categorias que se chocam e não precisam, ao menos para o canal, serem coerentes entre si, como prega os regimes de verdade heterocentrados. Essa não é a única diferença entre categorias que o canal aciona para legitimar uma experiência abjetificada, como será possível ver no tópico seguinte.

5. 3. Fronteiras transitórias: antigas experiências, novos dilemas

Se quando abordam a homossexualidade masculina os integrantes do Canal das Bee acentuam a distinção entre sexualidade e de gênero, quando discutem a transgerenidade eles marcam a diferença entre sexo e gênero⁷⁴. Como Herbet e Fernanda destacam, de modo geral a identidade de gênero é a forma como a pessoa se identifica, já o sexo é demarcado pela presença ou ausência da vagina e do pênis, elementos usualmente acionados como marcadores de gêneros. Tendo em vista a possibilidade da existência de pessoas transgêneras, eles indicam que sexo e gênero não deveriam ser definidos por outras pessoas, como juízes, advogados ou médicos, já que ninguém tem o direito de decidir o que o outro é ou não.

Diante das marcações que Herbet e Fernanda fazem, o gênero não só é diferente da sexualidade, mas também é outra coisa que não o sexo. Porém, ao retomarem a partir de uma lógica libertária essa separação, que Butler (2003) desfez

⁷⁴ GÊNERO não-binário: guia básico #7. São Paulo, Canal das Bee, 2019. 1 vídeo (6 min). Publicado pelo Canal das Bee. Disponível em: <https://youtu.be/HwmWqtAyj2E>. Acesso em: 17 abr. 2024.

em suas obras já na década de 1990, os integrantes do canal não se atentam ao ponto de que os saberes que definem a experiência médica e jurídica são, em parte, os mesmos que consagram as diferenças entre sexo, gênero e sexualidade ao longo dos desdobramentos do dispositivo de sexualidade. Portanto, apesar da boa intenção de nomear outras experiências, o canal cai, mais uma vez, na armadilha de crer que é possível fugir das relações de poder. Muitas vezes, ao apresentar essas diferenças como antagonistas das imposições de um poder jurídico e maléfico que o canal visa combater, ele também contribui para o apagamento das estratégias do poder.

Apesar da problemática desse ideal libertário acionado no canal, ele apresenta essas classificações e diferenciações como uma estratégia de dizer quem se é no mundo. Uma vez que, para o canal, é a partir da diferença e da dissociação entre sexo e gênero que é possível haver uma experiência de vida que não haja correspondência entre sexo e gênero, ou seja, uma experiência transgênera. Dessa forma, no canal, ainda impera a lógica de que ser travesti ou transexual diz respeito ao desejo de ultrapassar os limites impostos pela divisão binária dos gêneros e que, para isso, seria preciso se libertar de algumas lógicas institucionalizadas, mesmo que sejam elas as acionadas para marcar as diferenças que inauguram essas experiências, como observado anteriormente em suas proveniências. Essa estratégia de marcar diferenças e, a partir delas, inaugurar categorias, parece um elemento comum na constituição de si entre pessoas de sexualidade e gênero dissidentes, ao menos no discurso do canal.

Apesar disso, é importante salientar que a marcação dessa diferença tem porquês e efeitos mais diversos do que servir de esteio para uma bandeira política, uma vez que essa separação, evidenciada pelo canal, colabora com a inteligibilidade do mundo a partir da diferença entre sexo e gênero. Por isso, o canal objetiva o mundo e incita os sujeitos a se posicionarem nele, uma vez que o indivíduo é o responsável por definir sua sexualidade, como já visto anteriormente, e, agora, seu gênero. Dessa maneira, para o Canal das Bee, o homem gay é aquele que deve construir a si mesmo a partir da segurança que algumas categorias e identidades dão, mesmo que para realocar essas experiências que aparecem, em alguns momentos, como essenciais a todos.

Além dessa diferença marcada pelos integrantes do canal, a separação entre transgeneridade e outras experiências que constituem a comunidade LGBT é evidenciada no canal em dois vídeos. Primeiro, no Bee Comenta, quando Victor e Debora afirmam que o tema da Parada de 2014 deveria ser referente a visibilidade de pessoas transgêneras⁷⁵, pois, para eles, isso seria de grande ajuda para a PL 5002, que visava facilitar o processo de redesignação de gênero em suas facetas burocráticas e administrativas. No encerramento desse vídeo, eles conclamam as pessoas gays, lésbicas e bissexuais para contribuírem com a luta de pessoas transgêneras, que, segundo Victor, enfrentam mais desafios atualmente do que as outras pessoas da comunidade. Em outro vídeo, a ênfase na disparidade entre essas pessoas aparece de maneira invertida, quando os jovens da Rede Nacional de Adolescentes LGBT alertam para a atenção voltada apenas para homens gays brancos de classe média, alegando que outras pessoas da comunidade também precisam desse mesmo apoio⁷⁶.

Nesses dois vídeos, o tom é de crítica, uma vez que em ambos é apontada a prevalência de algumas experiências de vida sob outras. Como o caso mais específico do segundo vídeo sobre a homossexualidade masculina, que desde a pandemia da Aids tem mais visibilidade midiática e política que outras sexualidades ou gêneros dissidentes. Essa prevalência da homossexualidade masculina diante das outras possibilidades abjetificadas é criticada a partir da presunção de que, priorizados, alguns homens gays não apoiam as experiências de vida que não se sustentam por ideais semelhantes aos da homonormatividade que impera em alguns microgrupos dessa comunidade. Apesar dessas críticas, o Canal das Bee não marcou as diferenças entre homossexuais e pessoas transgêneras para incitar atos de violência ou de desmoralização, mas sim para convidar esses dissidentes a se unirem. Isso fica evidente no tom pedagogizante que o canal aciona ao ensinar e provocar atitudes críticas em seus interlocutores.

Esse tom convidativo fica mais evidente quando o Canal das Bee faz um especial gravado na Parada do Orgulho de 2016⁷⁷, vídeo em que as diferenças entre

⁷⁵ PARADA LGBT ou LGB?: Bee comenta. São Paulo, Canal das Bee, 2014. 1 vídeo (3 min). Publicado pelo Canal das Bee. Disponível em: <https://youtu.be/-Ocfgrsmv3g>. Acesso em: 17 abr. 2024.

⁷⁶ ADOLESCENTES LGBT. São Paulo, Canal das Bee, 2016. 1 vídeo (15 min). Publicado pelo Canal das Bee. Disponível em: <https://youtu.be/A9Q8Et9SawY>. Acesso em: 17 abr. 2024.

⁷⁷ PARADA LGBT SP 2016. São Paulo, Canal das Bee, 2016. 1 vídeo (9 min). Publicado pelo Canal das Bee. Disponível em: <https://youtu.be/cb7wpqxFFE0>. Acesso em: 17 abr. 2024.

essas pessoas também aparecem menos como uma violência entre elas e mais como uma possibilidade de apoio entre si. Essa tentativa de união pelas diferenças não só apareceu no tema dessa Parada, "lei de identidade de gênero, já! todas as pessoas juntas contra a transfobia!", mas também quando Jean Wyllys discursou em um trio elétrico na Parada do Orgulho enfatizando a vulnerabilidade da comunidade transgênera em relação às outras sexualidades e gêneros marginalizadas. Diferente do que ocorreu no final do século XX, a fala do deputado mostra que na década de 2010 não é preciso mais recusar um para afirmar o outro, já que agora podem ser companheiros políticos.

Entre a crítica e o tom convidativo, o Canal das Bee provoca o homem gay a olhar para si, reconhecer suas diferenças e acionar suas posições privilegiadas para contribuir com outras lutas, como o caso do reconhecimento da existência de pessoas transexuais. Para os integrantes do canal, o homossexual ideal não deve só se reconhecer enquanto tal e se livrar de algumas amarras masculinas, como discutido anteriormente, mas também deve contribuir para o reconhecimento das outras possibilidades de sexualidade e gênero dissidentes, uma vez que esse homem gay não é apenas mais uma vítima, mas também alguém capaz de violentar o outro se não reconhecer sua posição de privilégio entre esses outros páreas.

Apesar desse potencial transformador depositado na figura do homem gay, como já mostrado, pessoas transgêneras também são capazes de afetar o meio em que emergem no discurso do Canal. É o que mostram Herbert e Fernanda quando apontam João W. Nery, o primeiro homem transgênero a realizar a cirurgia de redesignação de gênero no Brasil, como uma pessoa que contribuiu para pensar o que é ser homem, como expressar as masculinidades e como não ter medo da feminilidade⁷⁸. Dessa forma, no discurso do canal, a transgeneridade masculina também perturbou a estabilidade do ideal masculino, contribuindo com a aproximação entre o universo feminino e masculino, da mesma forma que incitam os homens gays a fazerem ao longo das discussões sobre homossexualidade e masculinidade nos vídeos analisados no tópico anterior.

Até aqui, o debate sobre transgeneridade no Canal das Bee visa mostrar a potencialidade das zonas fronteiriças dessas diferentes experiências marginalizadas.

⁷⁸ HOMOSSEXUALIDADE não é Crime: Bee News 15. São Paulo, Canal das Bee, 2018. 1 vídeo (24 min). Publicado pelo Canal das Bee. Disponível em: <https://youtu.be/wR2Q0NDzr9o>. Acesso em: 17 abr. 2024.

Uma vez que, apesar das disparidades de força, o canal aciona essas diferenças como um motivo para a união e a constituição de novas possibilidades, que parecem ser possíveis diante das críticas que os integrantes do canal fazem aos ideais homonormativos. Dessa forma, o homem gay ideal para o Canal das Bee não deve ser em si mesmo, mas em relação com os outros, principalmente os outros diferentes.

É nessa zona fronteiriça atritante que as discussões sobre transgeneridade no canal passam a não mais se referenciar apenas às pessoas transexuais e às travestis, mas também às pessoas que se denominam como não binárias. Ariel, a pessoa não binária entrevistada, relata que teve contato com essa temática pela primeira vez quando fazia pesquisas acadêmicas sobre feminilidade e travestilidades⁷⁹. Na entrevista, a não binariedade é experienciada pelas pessoas que visam não se alocar em categorias binárias, como as ideias de homem e de mulher e seus respectivos universos. A partir dessa definição, Jessica e Victor afirmam que muitas pessoas que assistem o canal podem não conhecer essa identidade ainda e, por isso, a explicação de Ariel pode contribuir para que mais pessoas se identifiquem dessa maneira agora.

A não binariedade não só é uma novidade para os integrantes e inscritos do canal, mas também é um tema polêmico, como conta Jessica ao entrevistar Xisto, outra pessoa não binária convidada⁸⁰. Xisto relata que seu primeiro contato com essa temática foi na internet, espaço em que a transgeneridade e a não binariedade ganhavam cada vez mais destaque. Nessa fala, é curioso notar que a própria internet, que inclui o Canal das Bee, é também um espaço que propaga esses ideais e não mais só o ambiente acadêmico-científico que, tradicionalmente, foi central para a organização do dispositivo de sexualidade no mundo. Esse deslocamento, evidentemente, também coloca questões aos saberes científicos, como é o caso da discussão sobre a linguagem neutra que a não binariedade provoca, como discutem em um outro vídeo que continua a entrevista com Xisto⁸¹.

⁷⁹ GÊNEROS não binários 1: pergunte às Bee 62. São Paulo, Canal das Bee, 2015. 1 vídeo (9 min). Publicado pelo Canal das Bee. Disponível em: <https://youtu.be/l-FaOm-pbHc>. Acesso em: 17 abr. 2024.

⁸⁰ GÊNEROS não-binários com Xisto (parte 01): pergunte às Bee 151. São Paulo, Canal das Bee, 2017. 1 vídeo (10 min). Publicado pelo Canal das Bee. Disponível em: https://youtu.be/U3xTCRkl_3s. Acesso em: 17 abr. 2024.

⁸¹ GÊNEROS não-binários com Xisto (parte 02): pergunte às Bee 152. São Paulo, Canal das Bee, 2017. 1 vídeo (9 min). Publicado pelo Canal das Bee. Disponível em: <https://youtu.be/kpghyqxVHFM>. Acesso em: 17 abr. 2024.

Esse tema volta às discussões do Canal das Bee no quadro #OrgulhoDeSer⁸², onde Jessica entrevista Xisto novamente e também Wallace, uma mulher transgênera não binária. Os entrevistados afirmam que o gênero é algo imposto pela sociedade e não algo que nasce com o indivíduo, o que, para eles, é uma discussão tão nova quanto a não binariedade. Jessica também contribui com a entrevista ao afirmar que a binariedade homem-mulher é um fator limitante na vida das pessoas. Novamente, agora sob a imagem da pessoa não binária, o Canal das Bee apresenta a dicotomia homem-mulher como algo que deve ser superado, agora não só pelos homens homossexuais, mas por qualquer pessoa da sociedade, uma vez que os limites impostos por essas categorias privariam essas pessoas de viverem em plenitude suas experiências de vida.

É curioso notar que a relação explícita entre os discursos do canal e os discursos acadêmicos aparecem com mais frequência nas discussões sobre transgeneridade. A partir dessa constatação, é possível inferir que isso ocorra devido à rigidez da verdade científica que funda os sexos e os gêneros, que parece ser possível de superar apenas através de uma verdade apoiada em sólidos subsídios teóricos, ou redes de enunciados, científicos-acadêmicos. Dessa forma, a estratégia do Canal das Bee para mobilizar politicamente esses indivíduos é fazer convergir saberes acadêmicos e performances cotidianas que incitam processos de objetivação e subjetivação em seus ouvintes.

A discussão em torno da transgeneridade no Canal das Bee revela o desejo quase utópico pelo mundo igualitário, que no discurso do canal pode ser alcançado através de uma inspeção de si, que deve reconhecer suas vantagens em sociedade e acioná-las para tornar possível outras experiências. Essas outras possibilidades de viver a vida podem ter uma trajetória mais longa, como a história das travestis e transexuais, ou serem recém inauguradas, tal qual a experiência não binária, uma novidade não só para o canal e seus inscritos, mas também para essa pesquisa, que interpreta essa novidade não como uma descoberta, mas como um acontecimento diante da incitação da ultrapassagem dos limites de gênero postos a transgeneridade tradicional, a homossexualidade idealizada pelo Canal das Bee e, evidentemente, outras instâncias não estudadas aqui.

⁸² #ORGULHODESER: pessoa não-binária!. São Paulo, Canal das Bee, 2017. 1 vídeo (12 min). Publicado pelo Canal das Bee. Disponível em: <https://youtu.be/87jF0M5L7zU>. Acesso em: 17 abr. 2024.

6. Considerações finais

Diante do apresentado até aqui, é possível traçar uma história do sujeito homossexual. A partir de uma pesquisa anterior, é possível começar essa história quando o sujeito homossexual foi, primordialmente, constituído entre uma elite médica-científica, que instaurou a verdade sobre a homossexualidade em meio as perspectivas populares e dispersas sobre a bicha e o viado. Com a epidemia da Aids, a imagem da bicha e do viado foi sobreposta pela figura do homem homossexual, que emergiu através de um dispositivo embasado por regimes de verdades organizados por saberes científicos, médicos, religiosos, familiares, econômicos e culturais, todos constituídos por sujeitos históricos e, ao mesmo tempo, constituintes de sujeitos. Nesse cenário, se antes a bicha e o viado eram figuras abjetas que não pertenciam de maneira ideal a categoria de homem e mulher, com os homens homossexuais passou-se a reivindicar uma masculinidade muitas vezes pautada por ideais patriarcais e neoliberais, fomentando uma experiência homonormativa.

Esse regime homonormativo, que rearticula a masculinidade viril para o campo da homossexualidade, é pautado diante da possibilidade de ser homem e homossexual, uma impossibilidade para as antigas bichas e viados. Isso fica mais evidente entre as décadas de 1990 e 2000, quando o homem gay se constitui a partir de ideais virilizantes, como a exacerbação do falo e a recusa de elementos interpretados como femininos. Esse ideal fomentou uma política baseada no consumo e na docilização desses homens gays e viris, que se agrupam entre si e rejeitam seus diferentes. Em meio a essa exacerbação da masculinidade viril, alguns homens gays entraram em confrontos políticos com uma outra figura abjetificada em emergência, as travestis.

Essas pessoas nascidas com pênis, portanto do sexo masculino, mas que não adequam seu gênero ao sexo, por isso transgêneras, dividiam com os homens homossexuais, principalmente antes da vida adulta, um cenário em que a incongruência entre sexo, gênero e sexualidade era supostamente perceptível pelos gostos e trejeitos adamados. Por conta dessas experiências confluentes, homossexuais e travestis eram nomeados e interpretados de forma indiferenciada. Por isso, alguns homens gays escolheram como estratégia política se afastar, rejeitar e apagar as travestis, contribuindo com o latente estigma de que as travestis

eram noturnas e, por isso, promíscuas, cenário que a homossexualidade masculina visava se desvencilhar para constituir sua legitimidade civil diante das pessoas heterossexuais.

A tentativa de diferenciação não partiu apenas dos homossexuais, já que as pessoas transexuais, outra experiência transgênera, também acionaram essa estratégia para serem legitimadas pelo discurso médico, que incitava essas pessoas a se diferenciarem dos homens gays. Sendo essa distinção a única forma de alcançar o processo de redesignação sexual, foram cada vez mais marcadas as diferenças políticas e pessoais entre homossexuais e transgêneros, que só se uniram de forma evidente quando passaram do Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas para o Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis em 1997, o que não significa que todas as diferenças políticas desses grupos foram dissolvidas.

Apesar dessa cisão que marcou as duas experiências, é preciso salientar criticamente que algumas lideranças dos movimentos de homens gays escolheram uma estratégia que abjetificava as travestis e lhes negava o espaço de cidadãos. Por conta disso, essa primeira aproximação entre pessoas transgêneras e homossexuais foi marcada por uma violência simbólica que, no seu extremo, contribuiu com a violência física que muitas dessas travestis e transexuais sofreram. É em resposta a esses preconceitos dos homens gays, além da incitação médica, que a experiência transgênera também vai se afirmar diferente dos homossexuais e, com isso, constituir os seus próprios limites de gênero e sexualidade.

O conflito entre esses dois tipos de experiência de vida evidencia o acionamento da cisheteronormatividade de forma tradicional, uma vez que essas cisões se pautaram na anormalidade do outro, seja por meio de uma sexualidade abjeta e rejeitada por pessoas transgêneras ou por um gênero tido como impossível e inteligível para os homens gays. Ao mesmo tempo, esses grupos reelaboram essas normas tradicionais quando elas apresentam problemas aos seus modos de vida. Dessa forma, até quando visam liberdade, esse ideal libertário do poder no sentido jurídico, há instauração de normas, sejam elas menos ou mais flexíveis.

A partir dessa proveniência conflituosa entre os homens gays, pessoas transgêneras e os regimes de verdade heterocentrados, muitas questões foram colocadas e/ou reelaboradas pelo Canal das Bee em 2013, espaço onde a homossexualidade masculina, mas não só ela, foi retomada, assimilada, criticada,

restruturada e afirmada. Isso não significa que o Canal das Bee foi o único ou o primeiro espaço a questionar esse fenômeno, mas ele foi uma das instâncias privilegiadas de visibilidade e produção de saber-poder sobre a homossexualidade na década passada, por isso foi importante para perpetuar deslocamentos nos processos de subjetivação de homens gays. Primordialmente, esses deslocamentos não ocorreram através do acionamento de verdades científicas, mas de um regime de veridicção baseado nas muitas experiências pessoais que os apresentadores e convidados usavam para tornar suas opiniões válidas e verdadeiras.

Variando entre as perspectivas essencialista e construcionista, o canal coloca a homossexualidade em uma posição crítica quanto a masculinidade que a permeia, uma vez que visa desestruturar a homonormatividade instaurada nos anos anteriores. Para isso, no canal, a homossexualidade passa a exigir um trabalho sobre si ao fazer da sua masculinidade substância ética, ou seja, um elemento que deve ser elaborado. Portanto, nos jogos de verdade configurados pelo canal, ser homem homossexual não significa ser menos homem, mas o ser de outra maneira, inclusive o atrelando a estéticas muitas vezes interpretadas como femininas, seja nos trejeitos, no linguajar, nas roupas ou até mesmo na possibilidade de expressar sentimentos, o que inclui chorar. Isso não coloca em jogo todo o domínio homonormativo, mas torna possível a coexistência entre os antigos e novos modos de ser homem.

No canal, esses sujeitos continuam sendo homens, mas, cada vez mais, passíveis de flertar com o universo feminino sem serem interpretados ou assumidos como pessoas transgêneras, visto a insistência do canal em explicitar a diferença entre sexualidade e identidade de gênero para tornar possível diferentes experiências. Apesar dessa tentativa de distinção conceitual, muitas vezes a homossexualidade aparece rastreável desde a infância através de brincadeiras, roupas e trejeitos tipificados a partir das diferenciações de gênero, da mesma forma que a experiência transexual e/ou travesti no início de suas vidas. Dessa forma, mesmo que o canal vise estabelecer diferenças entre sexualidades e gêneros, na prática há sempre confusão entre essas categorias que, acionadas para constranger os indivíduos, fomentam masculinidades heterocentradas, sem, no entanto, conseguirem impossibilitar outros modos de ser homem a partir de uma outra sexualidade.

A complexa relação entre gênero e sexualidade aparece no canal como bem demarcada e, ao mesmo tempo, inseparável, uma vez que, apesar de serem distintas, sexualidade e gênero são interdependentes em sua organização heteronormativa. Nesse cenário, fica evidente que, ao trabalhar sobre sexualidade, as questões de gênero sempre serão um ponto importante para essas classificações, principalmente para as consideradas divergentes. Dessa forma, ao colocar a homossexualidade em voga, a figura do que é ser homem parece um elemento decisivo na constituição dessa ideia, uma vez que o homossexual não é apenas gay, mas também um homem. Ser homem e homossexual ao invés de homem ou bicha/viado coloca em jogo as normas já distribuídas sobre gênero e sexualidade, ao mesmo tempo que as realoca e, com isso, constitui novas possibilidades de realidades e sujeitos, é esse movimento que o Canal das Bee faz quando evoca a imagem masculina atrelada a adereços e gostos classificados como femininos. Essa forte contestação da homonormatividade reinaugura a figura da bicha e do viado através do homossexual contemporâneo, que, no canal, não corresponde ao homem idealizado nos regimes heterocentros organizados por idealizações patriarcais.

No Canal das Bee, o homem homossexual ideal é seguro de si, pois não se preocupa com os constrangimentos sociais, já que a verdade de ser homem está nas experiências que ele vivenciou e é capaz de atestar, mesmo que outras pessoas digam o contrário. Por isso, o que torna aparente essa atitude ideal para o canal é o fato do homem gay deixar que os elementos do universo feminino adentrem o seu universo masculino sem que se sinta incomodado ou ameaçado pelas mulheres e homens, sejam eles homossexuais ou heterossexuais. Dessa forma, no discurso do canal, apesar do que dizem as verdades heterocentros, é possível ser um homem mesmo acionando elementos do universo feminino e se envolvendo de forma afetiva ou sexual com outro homem.

No esforço do canal em fundar uma alternativa à homonormatividade, ganha evidência o papel do homem gay em uma sociedade patriarcalmente organizada. Isso fica aparente quando discutida a relação da homossexualidade masculina com as experiências transgêneras, uma vez que o canal convoca os homens gays, devido a um certo privilégio social, para contribuir com a luta transgênera. Diferente do que ocorreu no passado, as diferenças entre esses dois grupos são evidenciadas

não para fundamentar uma rivalidade política entre eles, mas para que unam forças diante dos imperativos cisheteronormativos que visam objetificar características usualmente associadas aos gays e as pessoas transgêneras. Diante dessa outra relação estabelecida entre esses grupos abjetos, a supremacia masculina organizada pelo patriarcado é acionada não mais para violentar aqueles que não correspondem aos seus ideais, mas para combater as próprias verdades patriarcais através do espaço privilegiado que o patriarcado posiciona os homens.

Diante das diferenças entre homossexualidade e outros grupos sociais, o que inclui as experiências transgêneras, o Canal das Bee atua processando informações do universo gay ao debater, confrontar e mobilizar enunciados de acordo com um conjunto de regras sustentados pelo intuito de mobilizar as discussões de modo a fazer frente à homofobia, interesse presente desde a fundação do canal que é alargado para diferentes outros tipos de violência, como a transfobia e o machismo. Para combater essas relações indesejadas pelo canal, uma das principais estratégias acionadas é convidar pessoas com diferentes perspectivas sobre a experiência homossexual para legitimar os discursos contra violências de gênero e sexualidade veiculados ao longo dos anos de atividade do canal.

É dessa maneira que, diante da relação entre masculinidade, transgeneridade e homossexualidade, o Canal das Bee incita uma outra verdade para os homens gays na década de 2010. A partir de então, ser homossexual corresponde a complexidade de estar atado a uma essência ao mesmo tempo que é exigida toda uma construção de si diante de situações dispareas, como o cuidado em se assumir, a forma de se portar diante de violências homofóbicas e até mesmo como responder a problemas sociais enfrentados por outras comunidades marginalizadas, como as travestis e as mulheres transexuais. Além disso, ao alocar o homossexual na categoria homem e alargar essa noção, o canal visa desestabilizar os ideais patriarcais, apesar de não subverte-los totalmente, para tornar possível uma experiência masculina permeada de ideais e coisas tidas como femininas, como os trejeitos, as roupas e alguns gostos. Estando nessa outra posição de homem, quando os homossexuais produzem uma verdade sobre si no interior de um sistema patriarcal, o canal incita como compromisso ético-político não só olhar para si mesmos e sua própria comunidade, mas também resguardar outras experiências

abjetificadas, uma vez que, no discurso do canal, os homens gays parecem estar no topo da pirâmide das experiências abjetas.

A incitação a uma outra possibilidade, a partir de agora nomeada homodiligência, não substitui ou apaga a homonormatividade e o patriarcado. Entre esses modos de ser, a dinâmica mais apropriada é a coexistência, na qual se aproximam e afastam-se conforme determinados jogos de poder-saber. Por isso, é preciso levar em conta as próprias incitações do Canal das Bee e pensar criticamente as heranças homonormativas deixadas para essa comunidade gay homodiligente. Uma vez que, mesmo visando olhar para si no intuito de não ferir o outro, vez ou outra se alia a determinadas normas para reafirmar sua posição e, mesmo que não propositalmente, subjuga experiências femininas e transgêneras. Portanto, diante da vontade de se constituir homodiligentemente, é preciso cuidado ao se colocar nessa posição de entendido para não cair nas armadilhas predatórias da vontade de verdade unívoca, experiência contrária a incitação crítica proposta pelo canal das Bee e que este trabalho endossa.

Considerando o anseio do canal em constituir uma nova possibilidade de ser um homem homossexual, é possível retomar a hipótese, apresentada na introdução deste trabalho, que não se deu apenas pelo cenário social-cultural em que este trabalho foi desenvolvido, mas também devido ao conhecimento prévio do conteúdo do canal na sua época de atividade. Tendo em vista esses predecessores, foi possível supor a incitação do canal para uma masculinidade homossexual descentralizada de ideais viris valorizados pela homonormatividade, que resultaria em uma articulação dos direitos e obrigações dos homossexuais perante a sociedade. Essa hipótese, com o avanço da pesquisa, pareceu se concretizar, já que, mesmo o Canal das Bee não acionando o termo homonormatividade, em vários dos seus discursos eles se voltaram contra ideais de masculinidade fixados pelos regimes patriarcais e neoliberais que sustentam o ideal homonormativo para constituir um sujeito homossexual que deve, agora, não só ser outro tipo de homem, mas também mais olhar apenas para si em vista dos outros, o que faz desenrolar não só novos direitos de ser, mas também obrigações.

Toda essa incitação do Canal das Bee a uma outra possibilidade de ser homem e gay parte de um discurso político e pedagógico, uma vez que traça estratégias, modos de agir e ser no mundo. Dessa maneira, ao comunicar essas

outras possibilidades, o canal não só representa uma realidade ou um grupo de sujeitos, mas constitui e inaugura possibilidades, que não estavam escondidas à espera de serem encontradas, pois correspondem a uma confluência de acontecimentos que incitam ações e reações nos sujeitos. Por isso, esses indivíduos não estão subordinados a uma lógica de causa-efeito, como se estivessem previamente dados à espera de emergirem, mas a uma estratégia que os coloca como efeito e instrumento de uma realidade que não para de mudar. Dito isso, também vale destacar que, apesar desta pesquisa não objetivar e nem dar conta de responder com exatidão a proporção que as incitações do canal tomaram na realidade, quando se fala da verdade sobre a homossexualidade masculina constituída pelo Canal das Bee, é possível inferir que o canal colocou em circulação, mas não impôs como quem detêm uma agulha hipodérmica, outras questões, provocações, estratégias e possibilidades que instituíram outras experiências.

Apesar da impossibilidade de uma verificação precisa, alguns efeitos das provocações do Canal das Bee são passíveis de verificação através da centralidade que outras possibilidades de sexualidade e gênero têm ganhado em território nacional recentemente. Esses efeitos, em parte desencadeados por discursos semelhantes aos dos vídeos publicados na década passada, emergem quando Gil do Vigor, uma figura nacionalmente conhecida através do *reality show* Big Brother Brasil, aparece de unhas pintadas no programa matinal Mais Você, apresentado por Ana Maria Braga⁸³. É possível também perceber alguns desses deslocamentos na criação de crianças, como no caso do casal de homens gays que adotou um garoto e permitiu que ele pintasse as unhas⁸⁴. Além desses desdobramentos, aqui interpretados como positivos, as constantes discussões dessas outras possibilidades de ser homem também podem ser motivo para o desencantamento de ideias perigosas, como o recente movimento Red Pill⁸⁵.

⁸³ KOGUT, Patrícia. Estilo de Gil do Vigor chama atenção no 'Mais você'. **O Globo**, Rio de Janeiro, 7 jul. 2022. Notícias da TV, Disponível em: <https://kogut.oglobo.globo.com/noticias-da-tv/noticia/2022/07/esmalte-cor-de-rosa-de-gil-do-vigor-no-mais-voce-chama-atencao-de-ana-maria-e-da-web.html>. Acesso em: 31 jul. 2024.

⁸⁴ MAYER, Sofia. CASAL de influenciadores atende desejo de filho de 8 anos que queria pintar as unhas: 'Ele é livre'. **G1**, Santa Catarina, 3 ago. 2022. Notícias, Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2022/08/03/influenciadores-atendem-desejo-de-filho-de-8-anos-que-queria-pintar-as-unhas-e-viraliza-ele-e-livre.ghtml>. Acesso em: 31 jul. 2024.

⁸⁵ BARROS, Duda Monteiro de. Movimento Red Pill revela a face cruel e reacionária do machismo nas redes. **Veja**, São Paulo, 4 jun. 2024. Comportamento, Disponível em: <https://veja.abril.com.br/comportamento/movimento-red-pill-revela-a-face-cruel-e-reacionaria-do-machismo>. Acesso em: 31 jul. 2024.

Para gerar efeitos esperados e inesperados, nos jogos entre saber e poder, ou verdade e governo, o Canal das Bee aciona uma política baseada no poder jurídico, onde o ideal libertário é uma questão de subversão total da realidade para uma utopia em que todos viveriam igualmente. É acalentador e esperançoso imaginar o mundo dessa forma, mas é preciso se ater às armadilhas que essa perspectiva pode gerar, uma vez que a busca inalcançável por um mundo livre de relações de poder pode ocultar muitas estratégias que subordinam os sujeitos ao invés de levarem eles a uma liberdade plena. Portanto, mais do que descobrir quem é o verdadeiro homem homossexual na contemporaneidade, cabe pensar as estratégias que levaram esses homens a se tornarem quem são, uma vez que só assim é possível contornar, ao menos em partes, as amarras das relações de poder e inaugurar outras possibilidades de experiências, que, por sua vez, farão emergir outros rearranjos entre saber e poder.

Portanto, por meio de verdades constituídas pelas experiências pessoais dos sujeitos que ocupam a posição de comunicador no Canal das Bee, é idealizado um homem gay que aciona estrategicamente perspectivas essencialistas e construcionistas para se desvencilhar de algumas violências e se constituir como homem. Masculinidade esta que, para o canal, não deve mais ser fundamentada por ideais patriarcais e neoliberais, portanto, homonormativos, mas a um outro universo de possibilidades, antes vedado apenas às mulheres. Além desse cuidado de si, o canal também incita o cuidado com o outro, uma vez que uma experiência egoísta e solitária não condiz com a necessidade coletiva imposta nos dias de hoje por movimentos sociais e políticos. Dessa forma, ao se opor ao ideal homonormativo, o Canal das Bee coloca a comunidade de homens gays um ideal homodiligente, uma vez que provoca esse sujeito a tomar sua vida a partir dos seus próprios termos quando o incita a ser ativo e não se submeter aos modelos homonormativos do que é ser um homem gay. Para isso, o canal propõe um cuidado de si e do outro ao suscitar estratégias para responder quem são os homens gays - que se diferenciam dos pederastas, dos sodomitas, dos entendidos, das bichas, dos viados e, quiçá, dos homossexuais que emergiram na pandemia da Aids. É com o intuito de inaugurar uma outra experiência que o Canal das Bee coloca, mesmo que de forma implícita em seus vídeos, a questão: quem somos nós?

REFERÊNCIAS

- ABOUID, P. O.; CARVALHO, C. A. de. Imaginários e LGBTQIAP+fobia em textualidades midiáticas: Kit gay e Ideologia de gênero durante o período eleitoral no Canal das Bee. **ALCEU**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 48, p. 195 – 215, Setembro/Dezembro 2022. Disponível em: <https://revistaalceu.com.puc-rio.br/alceu/article/view/261>. Acesso em: 14 abr 2024.
- AGAMBEN, G. O que é um dispositivo? **Outra Travessia**, Florianópolis, n. 5, p. 9 – 11, Julho/Dezembro 2005. Disponível em: <https://antigo.periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576/11743>. Acesso em: 31 out 2023.
- AGUIÃO, S.; LOPES, P. V. L. Homossexualidade e favela: reminiscências e diálogos etnográficos interseccionais. In: MAIOR, P. S.; QUINALHA, R. (org.). **Novas fronteiras das histórias LGBTI+ no Brasil**. São Paulo: Elefante, 2023. p. 465 – 486.
- AGUILAR, M. A. B.; GONÇALVES, J. P. Conhecendo a perspectiva pós-estruturalista: breve percurso de sua história e proposta. **Conhecimento Online**, Novo Hamburgo, v. 1, n. 9, p. 36 – 44, Janeiro/Junho 2017. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistaconhecimentoonline/article/view/460>. Acesso em: 12 set 2023.
- ARAÚJO, A. C. da Silva de. **Deleuze e o problema da comunicação**. 2020. 175 p. Tese (Doutorado em comunicação) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/212468>. Acesso em: 05 out 2022.
- AZEVEDO, N. A. de; OLIVEIRA, M. L. de; DUARTE, J. M. B. **Guia ilustrado dos cervídeos brasileiros**. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Mastozoologia, 2021. 41 p. Disponível em: https://sbmz.org/wp-content/uploads/2022/01/Guia_ID_cerv_1a_ed.pdf. Acesso em: 24 jan 2024.
- AZEVEDO, S. D. R. de. Formação discursiva e discurso em Michel Foucault. **Revista Filogênese – Revista Eletrônica de Pesquisa na Graduação em Filosofia da UNESP**, Marília, v. 6, n. 2, p. 148 – 162, 2013. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/FILOGENESE/saraazevedo.pdf>. Acesso em: 31 out 2023.
- BAPTISTA, M. L. C. Quem é o sujeito da comunicação? A perspectiva do sujeito-trama. In: NEVES, J. P. et al. (ed.). **Eu sou tu. Experiências ecocríticas**. Braga: CECS, 2020. p. 151 – 164. Disponível em: http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/3315. Acesso em: 24 jun 2024.
- BENTO, B. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. 3. ed. Salvador: Editora Devires, 2017.
- BERGSON, H. **Memória e vida**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BUSCH, A.; ALMEIDA, D. de. Ativismo digital e empoderamento: uma análise do Canal das Bee nos debates sobre pautas LGBTQ+. In: ANAIS, 2019, Belém. **42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Belém, 2019. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-2253-1.pdf>. Acesso em: 14 abr 2024.

BUTLER, J. **A vida psíquica do poder**: teorias da sujeição. 1. ed. Belo Horizonte: Filô, 2017.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: Feminismo e subversão da identidade. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAIAFA, J. Comunicação da diferença. **Revista Fronteiras - estudos midiáticos**, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, VI, n. 2, p. 47 – 56, Julho/Dezembro 2004. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/6590>. Acesso em: 17 jul 2023.

CANDIOTTO, C. Foucault: uma história crítica da verdade. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 65 – 78, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/trans/a/XDwBwcPhh7C345mfPtrnjQq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 08 nov 2023.

CARVALHO, A. F. de. Foucault: atualizador da genealogia nietzschiana. **Cadernos Nietzsche**, Universidade Federal do Sul da Bahia, n. 30, p. 221 – 249, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/cniet/article/view/7747>. Acesso em: 25 nov 2022.

CASALI, J. P.; GONÇALVES, J. P. Pós-estruturalismo: algumas considerações sobre esse movimento do pensamento. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, v. 10, n. 2, p. 84 – 92, Junho 2018. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/redd/article/view/11344>. Acesso em: 30 jul 2023.

CASTEL, P. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do “fenômeno transexual” (1910- 1995). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 41, p. 77 – 111, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/RrL6gCWPxj6tfQmdrNDLTnB/?lang=pt>. Acesso em: 05 jun 2024.

CÉSAR, M. R. de A. O dispositivo da sexualidade ontem e hoje: sobre a constituição dos sujeitos da anomalia sexual. **Dois Pontos**, Curitiba, São Carlos, v. 14, n. 1, p. 243 – 251, Abril 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/doisPontos/article/view/56551/34034>. Acesso em: 02 Fev 2022.

CORDEIRO, E. Deleuze: comunicação, controlo, palavra de ordem. **Caleidoscópio - Revista de Comunicação e Cultura**, n. 8, p. 37 – 49, 2007. Disponível em: <https://recil.ensinolusofona.pt/handle/10437/550>. Acesso em: 02 jun 2022.

CORDEIRO, E. Foucault e a existência do discurso. **Cadernos do Noroeste**, Braga, v. 8, n. 1, 1995. Disponível em: <http://bocc.ufp.pt/pag/cordeiro-edmundo-foucaultd.pdf>. Acesso em: 31 out 2023.

DANIEL, H.; PARKER, R. **AIDS, a terceira epidemia**: ensaios e tentativas. Rio de Janeiro: ABIA, 2018. 143 p. Disponível em: http://abiaids.org.br/wp-content/uploads/2018/12/aids_a_terceira_epidemia_web.pdf. Acesso em: 12 Set 2021.

DELEUZE, G. **Foucault**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2019.

DELEUZE, G. **Lógica do sentido**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. 34. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. v. 2.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011. v. 1. 128 p.

DEMETRI, F. D.; TONELI, M. J. F. Performatividade contra a precariedade: modulações do sujeito político na obra de Judith Butler. **Psicologia Política**, Florianópolis, v. 17, n. 39, p. 318 – 326, Maio/Agosto 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2017000200010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 16 out 2023.

DRUCKER, P. A normalidade gay e a transformação queer. **Cadernos Cemarx**, Campinas, n. 10, p. 197 – 217, 2017. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/10927>. Acesso em: 10 maio 2024.

DUGGAN, L. The new homonormativity: the sexual politics of neoliberalism. In: CASTRONOVO, R.; NELSON, D. D. (ed.). **Materializing democracy**: toward a revitalized cultural politics. Carolina do Norte: Duke University Press, 2002. (New Americanists), p. 175 – 194.

ESTRELA, H. **Sexo e gênero na ciência**: desigualdades nas atividades acadêmicas científicas entre docentes em Ciências Agrárias. 2020. Dissertação (Mestrado em Comunicação) — Universidade Federal de Goiás. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/items/e5a2795c-df6a-434e-af5c-967ddd1174d>. Acesso em: 30 abr 2024.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FERNANDES, M. das G. M. O corpo e a construção das desigualdades de gênero pela ciência. **Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 1051 – 1065, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/XWVvyvMwKjphVxxh3HT9crmf/?lang=pt>. Acesso em: 04 out 2022.

FERRAZ, M. C. F. Genealogia, comunicação e cultura somática. **Revista FAMECOS**, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 163 – 178, Janeiro 2013. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/13640/9205>. Acesso em: 15 ago 2020.

FERREIRA NETO, J. L. A Analítica da Subjetivação em Michel Foucault. **Revista Polis e Psique**, Porto Alegre, v. 7, n. 3, p. 7 – 25, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/76339>. Acesso em: 27 jun 2024.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do Saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, M. A função política do intelectual. In: MOTTA, M. B. da (org.). **Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016. (Ditos & Escritos, VII), p. 213 – 219.

FOUCAULT, M. **A hermenêutica do sujeito**: curso dado no Collège de France (1981-1982). 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. (Coleção obras de Foucault).

- FOUCAULT, M. **Do governo dos vivos**: curso do Collège de France (1979-1980). 1. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014b. (Obras de Michel Foucault).
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014b.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**: A vontade de saber. 10. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2020a. v. 1. (História da Sexualidade, v. 1).
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**: O uso dos prazeres. 8. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2020b. v. 2. (História da Sexualidade, v. 2).
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021. 432 p.
- FOUCAULT, M. O corpo utópico. In: FOUCAULT, M. (Ed.). **O corpo utópico, as heterotopias**. São Paulo: n-1 edições, 2013. cap. 1, p. 7 – 16.
- FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. (Ed.). **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231 – 249.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: o nascimento da prisão. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2014a.
- FOUCAULT, M. **Da amizade como modo de vida**. [Entrevista concedida a] R. de Ceccaty, J. Danet e J. Le Bitoux. *Gai Pied*, Paris, n. 25, p. 38 – 39, Abril 1981. Disponível em: <http://michel-foucault.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/amizade.pdf>. Acesso em: 01 Dez 2021.
- FOUREZ, G. **A construção das ciências**: Introdução à filosofia e à ética das ciências. São Paulo: UNESP, 1995.
- GIMBO, F. S. Da ordem do discurso ao discurso da ordem: da relação entre saber e poder em Foucault. **Sapere Aude**, Belo Horizonte, v. 7, n. 12, p. 132 – 154, Janeiro/Junho 2016. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/P.2177-6342.2016v7n13p132>. Acesso em: 17 jul 2023.
- GOMES, M. R. Palavra de ordem/dispositivo disciplinar. **Galáxia**, São Paulo, n. 5, p. 91 – 108, Abril 2003a. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/1305>. Acesso em: 18 jul 2023.
- GOMES, M. R. **Poder no Jornalismo**: Discorrer, Disciplinar, Controlar. São Paulo: Hacker Editores, 2003b. 112 p. ISBN 85-86179-37-X.
- GREEN, J. N. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2019. 552 p.
- HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 07 – 41, Janeiro 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773/1828>. Acesso em: 24 out 2022.

IRINEU, B. A. Homonacionalismo e cidadania LGBT em tempos de neoliberalismo: dilemas e impasses às lutas por direitos sexuais no Brasil. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 155 – 178, 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/15088>. Acesso em: 11 maio 2024.

JABLONKA, I. **Homens justos**: Do patriarcado às novas masculinidades. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2021.

LEMOS, F. C. S.; CARDOSO JÚNIOR, H. R. A genealogia em Foucault: uma trajetória. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 21, n. 3, p. 353 – 357, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/GSBwhpbdSBpVd4rGsShqCZG/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 07 dez 2022.

LIMA, B. S. O labirinto de cristal: as trajetórias das cientistas na Física. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 883 – 903, Setembro/Dezembro 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000300007>. Acesso em: 30 abr 2024.

LOPES, F. H. Masculinidades homossexuais afeminadas: hierarquias e virilização do(s) masculino(s) no Brasil, décadas de 1970 e 1980. In: MAIOR, P. S.; QUINALHA, R. (org.). **Novas fronteiras da histórias LGBTI+ no Brasil**. São Paulo: Elefanta, 2023. p. 555 – 574. ISBN 978-85-93115-91-2.

LOPES, M. I. V. de. Proposta de um modelo metodológico para o ensino da pesquisa em comunicação. In: MOURA, C. P. de; LOPES, M. I. V. de (org.). **Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. p. 99 – 107. ISBN 978-85-397-0803-1. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/e-dipucrs/acessolivre/Ebooks//Pdf/978-85-397-0803-1.pdf>. Acesso em: 30 ago 2021.

LORENZINI, D. Foucault, regimes de verdade e a construção do sujeito. **Cadernos de ética e filosofia política**, São Paulo, v. 2, n. 37, p. 192 – 204, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/172518>. Acesso em: 25 jun 2024.

MACHADO, R. **Foucault, a ciência e o saber**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

MACHADO, R. Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. (Ed.). **Microfísica do Poder**. 11. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2021. p. 7 – 34.

MAIOR JÚNIOR, P. R. S. O ‘assumir’ na emergência do movimento homossexual brasileiro: os casos do Somos (SP), Grupo Gay da Bahia (BA) e Dialogay (SE). **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 22, n. 1, p. 171 – 197, 2017. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/9348>. Acesso em: 30 jun 2024.

MAIOR, P. S. Enquadramentos da confissão da homossexualidade masculina durante a epidemia de aids no Brasil (1985-1995). **Anos 90**, Porto Alegre, v. 29, p. 1 – 21, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/109907>. Acesso em: 30 jun 2024.

MAIOR, P. S. O dispositivo de sair do armário no Brasil: interseccionalidade e homonormatividade nos anos 1990. In: ANAIS ELETRÔNICOS, 2021, Florianópolis. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 12**. Florianópolis, 2021. Disponível em: https://www.fg2021.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/fg2020/1625672197_ARQUIVO_5cc438e98ac69e4923b41ff4544bb788.pdf. Acesso em: 11 maio 2024.

MARACCI, J. G.; PRADO, M. A. Homonormatividade e homonacionalismo: conceitos para pensar o Brasil recente? In: IRINEU, B. A. et al. (org.). **Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero: saberes plurais e resistências**. Campina Grande: Realize Editora, 2021. v. 1, p. 2965 – 2978. ISBN 978-65-86901-34-4. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/edicao/detalhes/e-book-x-cinabeh---vol-01>. Acesso em: 10 maio 2024.

MARTINS, M. de L. O ponto de vista argumentativo da comunicação. In: ANAIS, 1998, Aracajú. **II Congresso da LUSOCOM**. Aracajú: Universidade Federal de Sergipe, 1998. p. 45 – 56. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/25356>. Acesso em: 17 jul 2023.

MELO NETO, J. E. T. de. **10 lições sobre Nietzsche**. Petrópolis: Vozes, 2017. (Coleção 10 lições).

MOREIRA, E. A. da S.; MARCOS, C. M. Breve percurso histórico acerca da transexualidade. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 593 – 609, Agosto 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682019000200013. Acesso em: 05 jun 2024.

NIETZSCHE, F. **A gaia ciência**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

NIETZSCHE, F. **A genealogia da moral**. São Paulo: Lafonte, 2017.

OLIVEIRA, E. A. de; BECKER, S. Regimes de verdade, regimes de governamentalidade: uma análise foucaultiana sobre o Estatuto da Família. **Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, Cuiabá, v. 5, n. 9, p. 15 – 30, Janeiro/Julho 2018. ISSN 2358-5587. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/6569>. Acesso em: 08 nov 2023.

OLIVEIRA, E. A. S. de. O conceito de dispositivo de sexualidade na obra foucaultiana a vontade de saber. **Kalagatos - Revista de Filosofia**, Fortaleza, v. 12, n. 24, p. 89 – 108, 2015. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/kalagatos/article/view/6165>. Acesso em: 24 out 2023.

OLIVEIRA, F. D. dos S.; DINIZ, F. R. A. Corpo e sexualidade: dos dispositivos disciplinares à estética da existência. **Cadernos Cajuína**, Piauí, v. 6, n. 1, p. 36 – 47, Fevereiro 2021. ISSN 2448-0916. Disponível em: <https://cadernoscajuina.pro.br/revistas/index.php/cadcajuina/article/view/447>. Acesso em: 24 out 2023.

OLIVEIRA, F. N. A. de. Gênero, cultura e o dispositivo da transexualidade: A formação da identidade travesti no Brasil. **Darandina Revisteletrônica**, Juiz de Fora, v. 10, n. 1, Junho 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/darandina/article/view/28254>. Acesso em: 06 jun 2024.

OLIVEIRA JÚNIOR, A. de. “**Penas especiais para homens especiais**”: as teorias biodeterministas na Criminologia Brasileira na década de 1940. 2005. 155 p. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) — Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/3998>. Acesso em: 02 nov 2023.

ORLANDI, E. P. Efeitos do verbal sobre o não-verbal. **Rua**, v. 1, n. 1, p. 35 – 47, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638914>. Acesso em: 17 jul 2023.

PARKER, R. **Abaixo do equador**: culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2002. 384 p.

PASCHOAL, A. E. Da crítica de Nietzsche ao sujeito ao sujeito de sua crítica. **Cadernos Nietzsche**, Guarulhos/Porto Seguro, v. 39, n. 1, p. 93 – 119, Janeiro/Abril 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cniet/a/KXMsH9vVNYjkbFMzvzjLfr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 04 out 2023.

PASSOS, M. C. A. dos. **Pedagogias das travestilidades**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

PERES, E. Cigarro, baralho e ensino e aprendizado da leitura no Brasil no início do século XX. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 39, Setembro 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/T8SrZFc6D4hqbcDbvqvXp8t/>. Acesso em: 24 jan 2024.

PETRY, A. Lídia R. Mulheres transexuais e o Processo Transexualizador: experiências de sujeição, padecimento e prazer na adequação do corpo. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 70 – 75, Junho 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rgenf/a/GGgZ9WkMxHwq5ZBfpCzpTYj/?lang=pt>. Acesso em: 11 jun 2024.

PETRY, A. R.; MEYER, D. E. E. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 193 – 198, Janeiro/Julho 2011. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/7375>. Acesso em: 07 jun 2024.

PINTO, R. P. do N. **Movimentos homossexuais e a constituição de identidades masculinas homonormativas nos trópicos**: um estudo sobre o jornal Somos (1973-1976) e do jornal Lampião da Esquina (1978-1981). 2021. 149 p. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal de Goiás. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11156137. Acesso em: 09 maio 2024.

PRECIADO, P. B. Money makes sex, ou a industrialização dos sexos. In: PRECIADO, P. B. (Ed.). **Manifesto contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. Rio de Janeiro: Zahar, 2022. p. 125 – 146.

QUEIROZ, N. **Os meninos são a cura do machismo**: como educar crianças para que vivam uma masculinidade da qual nos orgulhemos. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2021.

QUINALHA, R. **Movimento LGBTI+**: uma breve história do século XIX aos nossos dias. Belo Horizonte: Autêntica, 2022. (Coleção Ensaios).

RATTO, C. G. Compulsão à comunicação: modos de fazer falar de si. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 31, n. 2, p. 27 – 42, Julho/Dezembro 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/6843>. Acesso em: 18 jul 2023.

RODRIGUES, G. de O. **Corpos em evidência**: uma perspectiva sobre os ensaios fotográficos de 'G Magazine'. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) — Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27153/tde-22072009-180730/pt-br.php>. Acesso em: 12 maio 2024.

RODRIGUES, V. C. da S. Nietzsche e Foucault: aproximações e distanciamentos entre as noções de vontade de potência e poder. **Cadernos Cajuína**, Piauí, v. 6, n. 1, p. 288 – 300, Fevereiro 2021. ISSN 2448-0916. Disponível em: <https://cadernoscajuina.pro.br/revistas/index.php/cadcajuina/article/view/465>. Acesso em: 28 set 2023.

ROHDEN, F. O império dos hormônios e a construção da diferença entre os sexos. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 133 – 152, Junho 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/BRydp45Z7Ct4nmfzFQN7n9n/?lang=pt>. Acesso em: 04 out 2022.

SÁEZ, J.; CARRASCOSA, S. **Pelo cu**: políticas anais. Belo Horizonte: Letramento, 2016. 192 p.

SANTOS, A. L. dos Santos e. O jogo agonístico: liberdade-poder segundo Foucault. **Cadernos Cajuína**, Piauí, v. 6, n. 1, p. 308 – 325, Fevereiro 2021. ISSN 2448-0916. Disponível em: <https://cadernoscajuina.pro.br/revistas/index.php/cadcajuina/article/view/469>. Acesso em: 28 set 2023.

SANTOS, L. de F.; COSTA, D. P. da; GOMES, S. H. de A. Poder e resistência na invenção midiática da homossexualidade no Brasil. Afluente: **Revista de Letras e Linguística**, Bacabal, v. 8, n. 23, p. 253 – 276, Junho 2023b. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/afluente/article/view/21505>. Acesso em: 29 jun 2023.

SANTOS, L. de F.; COSTA, D. P. da; GOMES, S. H. de A. Do efeito dos meios às palavras de ordem. In: BORGES, R. M. R.; CORDEIRO, D. F. (ed.). **XVII Seminário Internacional de Mídia, Cultura, Cidadania e Informação**. Goiânia, 2023a. v. 17, p. 664 – 684. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1072/o/ANAIS_ELETRONICOS_XVII_SEMIC_III_SEMI_JOVEM.pdf?1707507241. Acesso em: 10 maio 2024.

SANTOS, R. de O. R.; PEREIRA, I. A. Nietzsche e sua crítica à unidade metafísica do sujeito. **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 30, n. 2, p. 381 – 390, Abril/Junho 2020. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/7952>. Acesso em: 04 out 2023.

SEDGWICK, E. K. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, n. 28, p. 19 – 54, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/hWcQckryVj3MMbWsTF5pnqn/?fo>

rmat=pdf&lang=pt. Acesso em: 07 nov 2022.

SILVA, E. R. A. da. **Transgressão e felicidade**: uma abordagem da temática homossexual a partir das cartas dos leitores enviadas à revista G Magazine. 2003. Dissertação (Mestrado em Comunicação) — Universidade de Brasília. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/39945>. Acesso em: 12 maio 2024.

SILVA, F. R. da. **Ser ou não ser**: a representação de virilidade nas capas da G Magazine (1997-2007). 2010. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal de Campina Grande. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/3768>. Acesso em: 12 maio 2024.

SILVA, G. F. da; MACHADO JÚNIOR, S. da S. O discurso em Michel Foucault. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Dourados, v. 8, n. 16, Julho/Dezembro 2014. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/3821>. Acesso em: 28 out 2023.

SILVA, I. P. da. **A transexualidade sob a ótica dos direitos humanos**: a redesignação de sexo na sociedade globalizada. Porto Alegre: Sulina, 2018.

SILVA, L. A. V. da; LOPES, M. Corpos híbridos e transexualidade: para além da dicotomia de gênero. In: COELHO, M. T. A. D.; SAMPAIO, L. L. P. (org.). **Transexualidades**: um olhar multidisciplinar. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 25 – 39. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/16265>. Acesso em: 11 jun 2024.

SONTAG, S. **Aids e suas metáforas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 112 p. ISBN 85-7164-052-1.

SOUSA, M. A. de. O perspectivismo de Nietzsche e a compreensão. **Líbero**, São Paulo, v. 19, n. 37-A, p. 109 – 116, Julho/Dezembro 2016. Disponível em: <https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/87>. Acesso em: 22 maio 2024.

SOUZA, A. C. S. de; RODRIGUES, M. L. MST: palavra de ordem. **Web-Revista Página de Debate: questões de linguística e de linguagem**, Campo Grande, n. 13, p. 1 – 14, Fevereiro 2010. Disponível em: <http://linguisticaelinguagem.cepad.net.br/EDICOES/13/Arquivos/02%20Marlon%20e%20Antonio%20Carlos.pdf>. Acesso em: 17 jul 2023.

SOUZA, V. G. A. de. Poder, sujeição e resistência. In: PRATA FILHO, R.; CASTRO, T. de B. (org.). **Lendo Judith Butler**: apropriações teóricas e políticas interdisciplinares. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2021. cap. 9, p. 168 – 177. ISBN 978-65-88831-29-8. Disponível em: http://www.iri.puc-rio.br/wp-content/uploads/2021/08/Lendo-Judith-Butler_ebook_iri.pdf. Acesso em: 13 out 2023.

STUMPF, I. R. C. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2017. cap. 3, p. 51 – 61.

TEMER, A. C. R. P.; NERY, V. C. A. **Para entender as Teorias da Comunicação**. Uberlândia: Aspectus, 2004. 174 p.

TEMPLE, G. C. O acontecimento. In: TEMPLE, G. C. (Ed.). **Acontecimento, poder e resistência em Michel Foucault**. Cruz das Almas/BH: UFRB, 2013. cap. 2, p. 125 – 196. ISBN 978-85-61346-46-1. Disponível em: <http://www.repositorio.ufrb.edu.br/handle/123456789/873>. Acesso em: 10 Mar 2021.

TOMAZETTI, T. P. **Genealogias dissidentes: os estudos de gênero nas teses e dissertações em comunicação no Brasil (1972-2015)**. 2019. 201 p. Tese (Doutorado em comunicação) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/193542>. Acesso em: 29 set 2022.

TREVISAN, J. S. **Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018. 552 p.

TREVISAN, J. S. **Seis balas num buraco só: a crise do masculino**. 2. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2021.

TUCHERMAN, I. Michel Foucault, hoje, ou ainda: do dispositivo de vigilância ao dispositivo de exposição da intimidade. **Revista FAMECOS**, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v. 12, n. 27, p. 40 – 48, Agosto 2005. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3321/2579>. Acesso em: 16 junho 2021.

UBERTI, L. Estudos pós-estruturalistas: entre aporias e contra-sensos? **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 31, n. 2, p. 95 – 116, Julho/Dezembro 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/6847>. Acesso em: 13 set 2023.

VASCONCELOS, W. P. A relação entre linguagem e palavra de ordem em Gilles Deleuze e Félix Guattari. **Revista Ao Pé da Letra**, Recife, v. 23, n. 2, p. 1 – 12, Julho/Dezembro 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/pedalettra/article/view/253080>. Acesso em: 17 jul 2023.

WEINMANN, A. de O. Dispositivo: um solo para a subjetivação. **Psicologia & Sociedade**, v. 18, n. 3, p. 16 – 22, Setembro/Dezembro 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/sg6tCv5VrHKSGWTYp9bTymz/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 31 out 2023.

WOLLINGER, L. B. W.; FILHA, E. O. de A. O Ciberativismo LGBT: Uma Análise do Canal das Bee na Articulação e Promoção do Diálogo Entre Jovens. In: ANAIS, 2016, Curitiba. **XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul**. Curitiba, 2016. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/sul2016/resumos/R50-0927-1.pdf>. Acesso em: 14 abr 2024.

YAZBEK, A. C. **10 lições sobre Foucault**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. (Coleção 10 lições).